

EDUARDO GIAVARA

VIAGEM AO DESCONHECIDO ...
O olhar científico nas fronteiras do oeste paulista
1886-1905

ASSIS
— 2008 —

EDUARDO GIAVARA

VIAGEM AO DESCONHECIDO ...
O olhar científico nas fronteiras do oeste paulista
1886-1905

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador:
Dr. Paulo José Brando Santilli.

551

G436v GIAVARA, Eduardo.

Viagem ao desconhecido: o olhar científico nas fronteiras do oeste paulista 1886-1905 / Eduardo Giavara. – Assis, 2007.

178 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2007.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José Brando Santilli.

1. História - Oeste Paulista. 2. Desenvolvimento humano - Cultura. 3. Geografia – Comissões geográficas. I. Autor. II. Título.

EDUARDO GIAVARA

VIAGEM AO DESCONHECIDO ...
O olhar científico nas fronteiras do oeste paulista
1886-1905

Banca examinadora

Orientador(a)	<hr/> Dr. Paulo José Brando Santilli FCLAr/Unesp – Araraquara
Examinador	<hr/> Dr. Jozimar Paes de Almeida UEL – Londrina
Examinador	<hr/> Dr. Paulo Alves UEL – Londrina
Examinadora	<hr/> Dr(a). Célia Reis FCL – Unesp – Assis
Examinador	<hr/> Dr. Paulo Henrique Martinez FCL – Unesp – Assis

Aos três motivos de minha existência:
Suilei, Vitória e Ana Luísa.

AGRADECIMENTOS

Dirijo as primeiras linhas desse agradecimento ao professor Paulo Santilli por ter me acolhido em um momento difícil e por sempre acreditar no meu trabalho.

Também gostaria de agradecer aos professores Jozimar Paes de Almeida e José Carlos Barreiro pela leitura minuciosa e pelas importantes sugestões dadas na qualificação. Ao professor Paulo H. Martinez também gostaria de agradecer a leitura minuciosa e as sugestões fundamentais para que o trabalho ganhasse vida.

Ainda não posso me esquecer do pessoal administrativo da seção de Pós-graduação, em especial, à Zélia Maria de Souza Barros, secretária da pós-graduação em História, que tantas vezes me atendeu com presteza, dedicação e, principalmente, paciência. Ao Carlos Alberto Sampaio, pela dedicação que tem prestado ao programa de pós-graduação.

Agradeço a Clarice e a Regina, secretárias do Departamento de História. Ao pessoal da Biblioteca, em especial, ao Auro Sakuraba que nunca mediu esforços para me auxiliar.

Devo também agradecer aos amigos Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus, Bruno Mendes, Renato Dardes, Fábio e Márcio Ruela, e tantos outros que me ouviram e deram sugestões pertinentes ao trabalho.

Agradeço as minhas filhas e a minha esposa por serem compreensivas durante a minha ausência. Aos meus pais e meus irmãos que sempre me apoiaram.

A CAPES pela bolsa que me permitiu dedicar o tempo necessário à pesquisa. Enfim, agradeço todos que colaboraram direta ou indiretamente para este sonho se concretizasse.

RESUMO

No final do século XIX, a crescente economia do café no mercado externo mobilizou os produtores em torno de um modelo científico que explorasse as terras do oeste paulista, atendesse a demanda por novas técnicas agrícolas e assegurasse a implantação de mão-de-obra imigrante para suprir a falta do escravo. Em 1886, a criação da Comissão Geográfica e Geológica (CGG), por Orville Derby, procurou atender aos anseios da elite, sendo fundamental no mapeamento das fronteiras e das potencialidades agrícolas. A primeira viagem de exploração – nos rios Itapetininga e Paranapanema – resultou em publicações no Boletim da CGG com estudos geológicos, da flora, da viabilidade de navegação e, separadamente, foi publicado um relatório contendo um conjunto de mapas que abrangia toda região oeste do rio Paranapanema, no Estado de São Paulo. Outras viagens ao Vale do Paranapanema destacaram nomes como de Cornélio Schmidt e Edmundo Krug, cujos relatórios serão o objeto de análise deste trabalho. Longe da agricultura de exportação, a população que vivia nas fronteiras agrícolas lançava-se no “sertão bravio” e construía pequenas vilas, onde viviam das lavouras de subsistência e da criação de animais. Diante do olhar científico, o homem livre, situado na fronteira agrícola, foi apresentado como preguiçoso, lascivo e, perante a civilização, teria que sucumbir.

Palavras-chave: Vale do Paranapanema – relações de trabalho – Comissão Geográfica e Geológica – Agricultura – História da Ciência no Brasil

ABSTRACT

In the end of the century XIX, the growing coffee economy in the external market mobilized the producers around a scientific model that explored the lands of the west region of São Paulo state, assisted the demand for new agricultural techniques and assured the implantation of immigrant labor to supply the lack of slave labor. In 1886, the creation of the Geographical and Geological Commission (CGG), by Orville Derby, tried to assist the purposes of the elite, being fundamental to the mapping of borders and agricultural potentialities. The first exploration trip - in the Itapetininga and Paranapanema rivers- resulted in papers in the Periodical of CGG with geological studies, flora, navigation viability and, separately, a report was published with the maps that covered every area west of the river Paranapanema. Other trips to Paranapanema Valley detached names as Cornélio Schmidt and Edmundo Krug, whose reports will be the object of analysis of this research. Far away from the export agriculture, the population that lived in the agricultural borders rushed in the wild interior and built small towns, where they lived on the subsistence' s farming and on the creation of animals. Due to the scientific glance, the freeman, located in this agricultural frontier, was presented as lazy, lewd and, before the civilization, would have to succumb.

Key-word: Paranapanema Valley - Labor relations - Geographical and Geological Commission - Agriculture - History of Science in Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I. AGRICULTURA E CIÊNCIA	20
Da escravidão ao colonato	24
República e agricultura	38
A CGG e as expedições ao extremo oeste	52
II. VIAGEM AO DESCONHECIDO	63
Cientistas e viajantes no interior paulista	65
A Geografia e a construção do espaço	73
O sertão desconhecido	90
Os índios do oeste paulista	109
III. ENTRE VIAJANTES E CAIPIRAS	121
O modelo agrícola das frentes civilizatórias	123
Pequenas lavouras	131
A espoliação da natureza	143
A ferrovia e o fim dos horizontes	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
BIBLIOGRAFIA	168
ANEXOS	176

INTRODUÇÃO

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola [...]

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria L.

Na região do Vale do Paranapanema, na margem paulista, o avanço da “ agricultura moderna” tem preocupado ambientalistas e pesquisadores, já que o uso cada vez maior e descontrolado de defensivos agrícolas e sementes transgênicas deverão, a curto prazo, causar danos irreparáveis aos ecossistemas regionais. Tecnologias que, empregadas na ocupação de áreas de cerrados – ambientes muito sensíveis à prática agrícola – levam a um processo de degradação irreversível.

Essa ofensiva da agricultura ainda é mais preocupante pelo risco que tais práticas oferecem aos rios do Peixe e Paranapanema, dois importantes mananciais de água do estado ainda não poluídos.

Analisando a economia agrícola de nossa região, percebemos que as premissas da grande produção destinada ao mercado de exportação estão amplamente colocadas. A essa situação se acrescenta a expansão da lavoura

canavieira que, nos últimos anos, ampliou significativamente sua área de atuação atendendo as exigências internacionais pela diminuição do aquecimento global e da emissão de resíduos fósseis na atmosfera.

Na região do Vale do Paranapanema, cada vez mais, a lavoura de exportação ganha espaço nas pequenas propriedades e, desta forma, se firma um modelo empresarial de agricultura exportadora e é restringido o espaço para as pequenas lavouras como o milho, a mandioca e o trigo e, em outros casos, para o cultivo de hortaliças e a produção de leite, ambos destinados ao mercado local.

Nesse cenário, uma agravante é que os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos ainda acumulam a responsabilidade de serem os principais fornecedores agrícolas para os países desenvolvidos, o que oferece riscos ambientais e prejuízos causados pelo avanço da agricultura em quase todo o mundo.

Assim, a “moderna agricultura” coloca em cheque o pequeno agricultor, cuja produção, dedicada apenas ao mercado interno, está sujeita às intempéries, ao uso de sementes de baixa qualidade e a falta de recursos para investir em mecanização da lavoura – problemas que têm impulsionado muitos a abandonarem suas terras, cedendo-as para o arrendamento ou para a venda.

O avanço da agricultura tem ocupado também ecossistemas muito sensíveis à ação humana, alguns dos quais estão na iminência de desaparecer. A produção se concentra cada vez mais, em sementes geneticamente modificadas, além disso, o aumento no uso de defensivos agrícolas mais potentes tem provocado distúrbios irreparáveis na natureza.

O desenvolvimento desse trabalho coincide com o avanço da lavoura canavieira, que, nos últimos anos, ganhou espaço considerável em virtude dos acordos internacionais para a utilização de energia renovável.

Condição do produtor/por estabelecimento no Estado de São Paulo

	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Estabelecimentos	326.780	273.187	278.349	282.070	218.016
Proprietário	207.918	199.177	187.021	195.854	179.058
Arrendatário	48.877	29.507	29.194	30.493	18.648
Parceiro	51.197	32.292	40.234	37.231	10.780
Ocupante	18.788	17.373	16.738	18.492	9.530

Fonte: IBGE – Senso agropecuário¹.

A partir dos dados apontados pela tabela acima, podemos notar que as posições tradicionais “ arrendatário” , “ parceiro” e “ ocupante” tiveram quedas expressivas, proporcionando o desligamento definitivo do homem com a terra. Outro dado preocupante é a redução do número de estabelecimentos e, conseqüentemente, de proprietários entre as décadas de 1970 e 1990, no Estado de São Paulo, fenômeno que revela a concentração de terras e a expansão do modelo agrícola exportador.

Esse panorama de instabilidade ocasionado pelo desenvolvimento agrícola, nas últimas décadas, tem promovido um extenso debate em torno da agricultura regional, levando a indagações – cujo espaço era modesto nos fins do século XIX – acerca do modo de produção, das prioridades de alguns produtos e do destino dessa produção.

Na tentativa de se esboçar um panorama do Vale do Paranapanema, suas tradições e costumes e, principalmente, como se processou a destruição da mata que se estendia por todo o Vale Paranapanema, ao longo do século XX, recorreremos a alguns trabalhos sobre a região produzidos entre final do século XIX e a primeira década do século XX, dentre os quais encontramos obras importantes como os relatórios da viagem empreendida por Teodoro

¹ A tabela foi produzida com base nos dados fornecidos pelo IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/35/d35_t01.shtm> acessado no dia 20/08/2007.

Sampaio, em 1886, e outros, do começo do século XX, escritos por Edmundo Krug e Cornélio Schmidt.

Embora essas obras tenham despertado a atenção por estarem presentes na maioria das teses e dissertações produzidas sobre a região do Vale do Paranapanema, não preenchem uma lacuna importante que é a análise desse material e do contexto em que foram produzidos.

Há que se ressaltar, ainda, um outro desdobramento da problemática levantada, ou seja, a representação desses documentos como parte do desenvolvimento das instituições científicas e da organização administrativa do Estado de São Paulo, funcionando como instrumentos importantes para a delimitação geográfica da região e de sua ocupação.

Nesse contexto, o estudo propõe analisar o processo de ocupação de Vale do Paranapanema, entre as décadas de 1880 e 1910, a partir do olhar da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e dos relatos de viagem de Edmundo Krug e Cornélio Schmidt, nos quais são esboçados o cotidiano e os conflitos sociais vividos pela população local.

A partir destes documentos como objeto de pesquisa, pretendemos entender a dinâmica da ocupação territorial e os desdobramentos da ação humana sobre o meio ambiente. Desta forma, a perspectiva da história ambiental nos fornece condições de estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento como as ciências naturais, a antropologia, a biologia², etc.

Frente a essa conjuntura, a análise dos documentos exige um esforço interpretativo que ultrapasse as fronteiras do conhecimento histórico e possa criar uma perspectiva mais ampla das condições econômicas, sociais e físicas da região, o que exige um diálogo interdisciplinar, para compreender os conflitos entre o homem e o meio físico.

² WOSTER, Donald. Para fazer a história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215. p. 214.

A preocupação com a questão agrícola, presente em todos os autores, centrou-se na “ degradação” do espaço promovida pelo caipira. O uso da terra para a agricultura de subsistência era visto como um atraso econômico por estes escritores que, ao coadunar com os interesses dos cafeicultores, acreditavam que o uso “ irracional” da natureza poderia comprometer o seu aproveitamento futuro para o mercado exportador.

A expansão da lavoura cafeeira para o oeste paulista justificava devidamente essas preocupações, pois, de certa forma, possibilitou a modernização da agricultura, o que contribuiu para dinamizar o sistema produtivo, aumentando as margens de lucro e a possibilidade de ocupação de solos anteriormente “ mal utilizados” .

Em conseqüência desse cenário de ocupação regional, o que era visto como progresso gerou impactos negativos ao meio ambiente e às pequenas propriedades, uma vez que o uso das novas tecnologias e os paradigmas neoliberais intensificavam o uso da terra e atendiam somente aos interesses da agricultura de exportação.

A problemática ambiental passou a ocupar os debates públicos há mais de três décadas, chamando a atenção de vários segmentos da sociedade, como antropólogos, sociólogos, juristas, economistas, arquitetos, historiadores entre outros, a repensar o papel do conhecimento científico diante de um mundo em transformação e com o progresso das forças produtivas ameaçadas pelo esgotamento do planeta.

Nos primeiros anos da década de 1970, alguns intelectuais ligados à história chamaram para si a responsabilidade de rever o papel do pensamento historiográfico diante do iminente caos ecológico que havia se instalado. De pronto, percebeu-se que a análise factual e centrada somente no passado não poderia ser condizente com as necessidades prementes. Assim, a “ história ambiental” , surgiu como “ esforço revisionista para tornar a disciplina de

história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”³.

A gênese da “ história ambiental” está ligada aos manifestos ambientalistas expostos no Relatório do Clube de Roma – publicado em 1972 – e o Relatório Brundtland – publicado em 1983⁴ – que foram impactantes no pensamento ocidental e conduziram o mundo a uma nova era em que o crescimento econômico teria que passar necessariamente pelo uso dos recursos naturais e das fontes energéticas. Nesse contexto, os historiadores ambientais acreditavam em uma responsabilidade moral, “ tendo por trás fortes compromissos políticos”⁵.

Ao longo das décadas seguintes, os compromissos morais e políticos abriram espaço para atuação acadêmica e, deste modo, foi possível “ aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através do tempo, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”⁶.

No Brasil, o “ apelo político” fez com que o desenvolvimento da temática fosse bem modesto e os primeiros trabalhos apareceram somente no final da década de 1980, com esforços individuais de Warren Dean e de Jose Augusto de Pádua⁷. A partir de 1990, os trabalhos históricos se multiplicaram pelo país afora e, no mesmo ritmo, o conhecimento de “ história ambiental” foi institucionalizado e a disciplina foi incorporada ao currículo acadêmico de

³ Idem. Ibidem. p. 199.

⁴ VIEIRA, Flávio Lúcio R. Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito. **Revista Saeculum**, João Pessoa, n. 10, pp. 79-112. Esses relatórios foram publicados no Brasil da seguinte forma: MEADOWNS, Donella H., MEADOWNS Dennis L., RANDERS, Jorgen., BEHRENS III, William W. **Limites do crescimento**. Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade, São Paulo: Perspectiva, 1973.; CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

⁵ WOSTER, D. Op. cit.; p. 199.

⁶ Idem. Ibidem, p. 199.

⁷ DEAN, Warren. **O Brasil e a luta pela borracha**. São Paulo, Editora Nobel, 1990; PÁDUA, José Augusto. 1986. **Natureza e projeto nacional**: as origens da ecologia política no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ. [mimeografado]

algumas universidades. Nos últimos anos, a temática ganhou novos adeptos, estimulando a formação de grupos de trabalho, de núcleos de pesquisa e seminários temáticos.

No contexto regional, a pesquisa em história ambiental foi modesta na década de 1980, porém, nos últimos anos, ganhou espaço no meio acadêmico em decorrência do amplo debate que vem acontecendo em vários segmentos da sociedade; fato que obrigou a universidade a participar ativamente do movimento. Com isso, temas como o uso da água e a produção agrícola estão entre as questões mais pesquisadas.

Desde a década de 1980, a região vem sendo estudada sistematicamente, principalmente, por professores e alunos ligados a instituições universitárias de Assis e Presidente Prudente, cujos trabalhos oferecem uma perspectiva histórica, geográfica e biológica da região e tratam com profundidade temas como a ocupação e as práticas agrícolas, as relações de trabalho e a formação político-administrativa.

Segundo suas abordagens, poderíamos organizar os trabalhos que tratam da formação histórico-regional em dois grupos: O da ocupação e luta pela posse da terra e o das condições em que o capitalismo se reproduziu na região.

Podemos aqui ressaltar trabalhos como o de Maria do Carmo Sampaio Di Creddo⁸, José Ferrari Leite⁹, Célia de Carvalho Ferreira Penço¹⁰ e Ademir Pereira dos Santos¹¹, preocupados com a ocupação regional.

⁸ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. **A propriedade da terra no Vale do Paranapanema: a Fazenda Taquaral (1850-1910)**. São Paulo: Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 1987.

⁹ LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo. Hucitec, 1998.

¹⁰ PENÇO, Célia de Carvalho Ferreira. **A evaporação das terras devolutas no Vale do Paranapanema**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1980.

¹¹ SANTOS, Ademir Pereira dos. **Terrenos desconhecidos: solos historiográficos sobre uma mesma base documental**. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Unesp, Assis, 1992.

Quanto às condições de reprodução do capitalismo cabe destacar a pesquisa de Anna Maria Martinez Correa¹², que analisa a região no momento em que a ferrovia consolidou seu trajeto de Salto Grande até o ponto final na cidade de Porto Epitácio. Porém, sua preocupação maior reside na análise da formação política regional e na respectiva dinâmica de poder.

Outras obras importantes que também tratam da consolidação capitalista regional são os trabalhos de Jozimar Paes de Almeida¹³, Pedro Paulo de Andrade¹⁴ e Eduardo Giavara¹⁵.

O trabalho de Jozimar Paes de Almeida, pioneiro na abordagem dos impactos ambientais causados pela atuação da agroindústria canavieira na região, apontou o processo de expansão de industrialização da agricultura como grande estimuladora da devastação da floresta local.

Entre os trabalhos mais recentes sobre a questão ambiental está a dissertação de mestrado, *O sonho iluminado*, que procurou analisar os impactos resultantes do aproveitamento hidrelétrico de Salto Grande. Já o trabalho de Pedro Paulo de Andrade¹⁶ se preocupa com a temática ambiental e analisa o desenvolvimento da lavoura cafeeira e qual seu papel na devastação da cobertura vegetal do vale.

O estudo que ora se apresenta tem a preocupação de propor uma leitura dos documentos produzidos por Teodoro Sampaio, Edmundo Krug e Cornélio

¹² CORREA, Anna Maria Martinez. **Poder político e representatividade partidária no Vale do Paranapanema**: (1920-1930). Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 1988.

¹³ ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris**: a agroindústria e a eco-história. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, 1987.

¹⁴ ANDRADE, Pedro Paulo de. **A devastação da floresta no Vale do Paranapanema**: uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944) 2004. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2004.

¹⁵ GIAVARA, Eduardo. **O sonho iluminado**: A hidrelétrica de Salto Grande: memória e representação. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras/Unesp. Assis, 2001.

¹⁶ ANDRADE, Pedro Paulo de. **A devastação da floresta no Vale do Paranapanema**: uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944) 2004. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2004.

Schmidt, analisando seu universo político e social e o olhar lançado sobre as fronteiras do oeste paulista.

Aliada a essa leitura dos textos propostos, outra problemática que ganha relevância no trabalho apresentado é o papel que a ciência desempenhou na construção e na consolidação das instituições de pesquisa no Estado de São Paulo. Desta forma, a constituição da idéia de região perpassa por interesses científicos, baseados em um modelo de civilização que se contradiz com o modo de vida desenvolvido nas áreas de fronteira do oeste.

Inicialmente, procuramos analisar o desenvolvimento da ciência no Estado de São Paulo, principalmente, seu papel na consolidação e no progresso das forças produtivas. Paralelamente, contemplamos a criação do Instituto Agrônomo de Campinas e a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, destacando a atuação dessas instituições na ocupação do “sertão paulista” como descritoras do universo social e econômico da vida caipira, qualificando e classificando os recursos naturais da região. Frente a isso, é importante ressaltar que essas instituições foram legítimas representantes do desenvolvimento científico, além de atenderem aos interesses da elite agrícola que entrevia nesse paradigma a possibilidade de progresso e aumento da área agricultável.

O capítulo seguinte, **Viagem ao Desconhecido**, procura analisar quais foram os mecanismos utilizados pelos cientistas e exploradores na construção do espaço, deste modo, o pensamento geográfico do período desempenhou função decisiva na concepção de uma região que pudesse atrair o progresso sobre as áreas extremas do Estado. Assim, se tornou imprescindível inventariar e classificar os recursos naturais para que pudessem ser revertidos ao processo de expansão do capital cafeeiro. O capítulo ainda prossegue com a análise do fenômeno da frente pioneira, e quais as impressões construídas por esses “modernos viajantes”, relatando os

primeiros habitantes e o embate com a natureza inóspita e o conflito com o indígena.

O terceiro e último capítulo procura fazer uma análise mais apurada dos relatórios e diários produzidos nas viagens à região do Vale do Paranapanema. Assim, procuramos analisar como o olhar científico tratou a grande aventura dos pioneiros que se embrenharam pelo “sertão” afora em busca de terras que pudessem ser úteis à lavoura cafeeira.

As questões levantadas nesse trabalho são apenas um esboço sobre a ocupação do Vale do Paranapanema, pois existem ainda outras lacunas que contribuíram para a degradação do espaço regional. Assim, as construções de hidrelétricas, a formação e a expansão das áreas urbanas, por exemplo, são algumas demandas que ainda precisam ser estudadas sob a perspectiva da história ambiental.

AGRICULTURA E CIÊNCIA

O caminho é por vezes lindamente ornamentado com as altas e soberbas mattas virgens de ambos os lados, apresentando arvores gigantescas e de um verde tão agradável aos olhos, que o viajante, involuntariamente, percebe que percorre fértil terra, e sente immensamente que estas possantes testemunhas de séculos idos tenham de ceder em breve a arma cortante de um boçal caboclo para ahi, nesse mesmo lugar ser feita uma rocinha cujo producto não vale a millesima parte do valor existente actualmente. Barbarismo!

Edmundo Krug, 1923

As palavras acima foram ditas pelo Engenheiro Edmundo Krug, por ocasião de uma exploração pelo Vale do Rio Paranapanema, em 1902.

Na oportunidade, o engenheiro observou uma natureza quase que intacta que cobria grande parte do oeste paulista. Segundo o engenheiro, a imponente floresta ainda exhibia cores, suntuosidade e exalava aromas dos mais diversos. Entretanto, na mesma exploração, percebeu que esse cenário sofria com as ações agrícolas e pecuárias de agricultores que ocupavam as fronteiras do oeste paulista.

Desde a segunda metade do século XIX, os vários grupos de migrantes que se instalam na região estabelecem o início de um longo período marcado por conflitos sociais, decorrentes da posse sangrenta das terras e da abertura da região à economia agro-exportadora. A mesma exploração ainda foi parte

de outras viagens empreendidas na região, as quais exerceram papel decisivo para que o Vale do Paranapanema fosse estudado, mapeado e catalogado.

Rapidamente, o Vale do Paranapanema passou a figurar como uma região a ser “ aberta pela civilização” paulista, cujo intuito era utilizar as terras para a economia cafeeira. Desse modo, o trabalho da ciência, no final do século XIX, foi de suma importância para que as fronteiras do oeste paulista fossem abertas a esse tipo de Produção. No entanto, o discurso científico – ancorado nos princípios do positivismo, do determinismo geográfico e do darwinismo social – permeou a elaboração da idéia de região e ainda era concernente com os interesses da elite cafeeira, que projetava nessas áreas extremas do Estado a ampliação das lavouras e a comercialização de terras aos imigrantes europeus que aportavam no país.

Os relatórios de exploração, elaborados a partir de 1889, mostraram uma região submersa em intensas mudanças sociais e econômicas que acarretaram a transformação da paisagem. Dentre essas, a mercantilização das terras pela lavoura cafeeira e a chegada dos trilhos Estrada de Ferro Sorocabana estimularam conflitos pela posse da terra – os quais fugiram da esfera jurídica e ganharam proporções de extrema violência que se estende até os nossos dias. Além disso, impuseram à região uma nova configuração geográfica, na qual antigas cidades perderam seu prestígio político e econômico para aquelas que margeavam a ferrovia.

Desta forma só é possível entender expansão agrícola sobre as áreas do oeste paulista como parte do “ desenvolvimento histórico de reprodução e ampliação do capital, através da constituição de uma economia de caráter nacional, estabelecendo relações e interações com o capitalismo internacional” ¹. Segundo Iraci Salles, “ a alta fertilidade das terras do oeste paulista criava condições para a manutenção e aumento das taxas de lucro,

¹¹ SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 34.

viabilizando a ocupação de novas áreas” . Entretanto, o transporte de carga e infra-estrutura viária eram entraves a esse desenvolvimento capitalista, era preciso a superação da distância que separava o extremo oeste do litoral paulista, deste modo, seria necessária a “ montagem de um sistema ferroviário” , destinado a “ expansão da fronteira agrícola da cafeicultura” ² .

É possível compreender que, a partir da segunda metade do século XIX, os conflitos e dilemas ocorridos na região pela posse da terra estão inseridos num contexto mundial. As origens se concentram no mundo urbano-industrial que expandiu suas fronteiras econômicas para além dos limites geográficos da Europa e, desse modo, o velho sistema colonial não mais satisfazia as necessidades do capitalismo. A nova fisionomia da economia internacional, regida pelas idéias liberais, tornou-se hegemônica e conduziu grande parte dos países da Europa e da América a reformular suas políticas internas e suas diretrizes econômicas.

Entre as mudanças advindas desse mundo industrial estão as intensas transformações que ocorreram nos processos produtivos e no incremento de técnicas e equipamentos que substituíam o trabalho humano. A construção de ferrovias e a melhoria dos transportes navais proporcionaram mobilidade rápida de mercadorias e pessoas. A modernização da indústria e o desenvolvimento de aços e ligas metálicas permitiram a construção de maquinários e ferramentas cada vez mais complexos. Segundo Nicolau Sevcenko:

Essas transformações drásticas do modo de vida ocorreram concentradamente em especial entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX, entre os países mais desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos. [...] Mas desse ponto em diante, quando o impacto da Revolução Científico-Tecnológico se faz sentir na sua plenitude, alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quando o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e do trabalho, o mundo que então se

² Idem. Ibidem, p. 34-35.

estabelece já nos parece francamente familiar. Seus potenciais são medidos em escalas técnicas abstratas de estrito valor matemático [...]³

Frente a esse novo contexto de transformações na economia mundial, a terra foi incorporada como produto ao sistema capitalista, o que afetou diretamente as relações de propriedade e a produção agrícola. Desta forma, as antigas lavouras de subsistência foram cedendo lugar às grandes pastagens e as extensas plantações de algodão para atender aos interesses do mundo urbano-industrial. Desse modo, a terra passou a fazer parte da economia de mercado, exigindo “ uma reavaliação das políticas de terras e do trabalho” ⁴.

Dentro da realidade brasileira, essas mudanças se apresentaram com contornos diferenciados, pois grande parte do território nacional ainda era inexplorado, isso fez com que a disputa por essas áreas acirrasse os ânimos dos agricultores, episódio que provocou a reestruturação do sistema agrário nacional. Entre essas mudanças, é possível destacar o Fim do Tráfico Negreiro e a promulgação da Lei de Terras – medidas que impulsionaram os novos rumos na economia e da política e, conseqüentemente, a adoção de políticas de colonização que pudessem atender aos novos rumos da economia. Portanto, a busca por novas terras, a inserção do trabalhador livre na economia e a busca por um modelo de agricultura que atendesse às novas necessidades da economia mundial foram fatores decisivos para a criação de instituições políticas, econômicas e científicas destinadas a repensar o modo de exploração do trabalho e o aprimoramento do modelo agrícola nacional.

³ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____ . **História da Vida Privada – III**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.10-11.

DA ESCRAVIDÃO AO COLONATO

Em 1850, a promulgação da Lei de Terras e o Fim do Tráfico Negro marcaram a história brasileira e, especialmente, os rumos econômicos e sociais da segunda metade do século XIX, abriram-se espaço para a diversificação étnica e cultural da sociedade brasileira. Também foi nesse momento que o café rompeu os limites geográficos do Vale do Paraíba e avançou rumo ao oeste paulista, exercendo forte influência na ocupação territorial dos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

A expansão da cafeicultura paulista também tinha alguns obstáculos a serem superados: o primeiro era a busca por novas áreas agricultáveis no Estado de São Paulo, que pudessem garantir o aumento da lavoura; o segundo item dessa pauta era a suplementação da mão-de-obra escrava, a qual vinha se tornando escassa pelas exigências da economia internacional, principalmente, pela proibição do tráfico negro. Em contrapartida a esses obstáculos a produção cafeeira crescia a passos largos e, entre as décadas de 1820 e 1850, a produção saltou aproximadamente de 3 milhões de sacas para mais de 18 milhões, o que representa um crescimento de mais 577%⁵.

A superação do primeiro item, a busca de terras agricultáveis foi, de certo modo, respaldado com a promulgação da Lei de Terras em 1850 e outras medidas reguladoras que serviram de subsídios para que se pudesse manter a terra sobre o domínio dos grandes latifundiários. A Lei estabeleceu um controle sobre as terras definindo, na época, as terras de propriedade pública, e restringiu o acesso as terras públicas somente pela via da compra. Ainda acrescentava que os fundos provenientes da venda das propriedades

⁴ HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções – 1789–1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 36-37.

⁵ Caio Prado ainda acrescenta que, depois de 1850, o relativo sucesso do café brasileiro está diretamente ligado ao processo de desenvolvimento do mercado norte-americano. As exportações de café para os EUA, elevam a potência a maior consumidora de produtos brasileiros, desbancando nos anos seguintes tradicionais mercados como Europa e Ásia. PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1994.

devolutas e do imposto sobre a propriedade rural deveriam ser reservados ao incentivo de políticas de imigração, destinada a substituição dos escravos. Porém, o uso posterior que se fez da legislação foi uma estratégia para impedir possíveis regularizações de áreas ocupadas por posseiros, meeiros, arrendatários e escravos forros, pois, desse modo, foram criados “ obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas” ⁶.

O fim da posse de terras pela via da doação também trouxe outra consequência que incidiu diretamente no manejo do solo, uma vez que a facilidade de posse ocasionava uma prática agrícola desmesurada que esgotava o solo em poucos anos, obrigando a busca de novas terras. No entanto, a nova legislação fez com que muitos agricultores se deparassem com uma outra realidade, na qual teriam que pensar em técnicas mais modernas que poupassem o solo do manejo predatório⁷ ou buscar novas porções de terras para a abertura de novas frentes de agricultura.

O segundo item, defendido na pauta dos agricultores era a escassez de mão-de-obra diante da expansão da lavoura cafeeira. A implantação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro gerou acusações dos vários setores agrícolas que acusavam o governo de se omitir frente às necessidades de mão-de-obra. As políticas públicas de imigração ainda eram insuficientes para que pudessem atender a demanda da cafeicultura.

⁶ COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia a república.**, p.177. Ver também: SILVA, Lígia Maria Osório. A apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (org). **História Econômica da Primeira República.** São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de História Econômica/ Edusp/Imesp, 2002. p. 160.

⁷ Outro aspecto relevante da Lei de Terras foi a dificuldade que os posseiros, arrendatários e meeiros encontraram para ter acesso a terra, pois os custos do registro sempre excediam o preço das suas propriedades e, em outros casos, tinham que disputar seus espaços com o grande fazendeiro que, através do tráfico de influências, acabava por anexar pela força as pequenas propriedades que viviam na órbita de suas terras. SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição:** estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Com a falta do imigrante para atender a demanda, os trabalhadores nacionais eram qualificados como incapazes e preguiçosos para assumirem a agricultura cafeeira. Segundo Iraci Galvão Salles, “ as possibilidades de utilização de mão de obra nacional eram muito reduzidos, uma vez que a produção não apoiada no trabalho escravo retinha o trabalhador à terra através, principalmente, da auto-subsistência” ⁸.

Frente a esse novo contexto do fim do tráfico negreiro as autoridades brasileiras foram obrigadas a aplicar políticas de imigração e a avaliar a condição na qual se encontrava o trabalhador nacional. Uma das estratégias encontradas pelos agricultores foi a reabilitação do tráfico interno e, desse modo, o nordeste, com a lavoura canavieira seriamente afetada por crises sucessivas, forneceu o maior contingente de escravos para a região sudeste. Rapidamente os negros se tornaram importantes moedas de troca para muitos fazendeiros e a possibilidade de abolição do trabalho servil foi logo afastada, reafirmando os laços de dependência do sistema escravista ao universo político e econômico brasileiro⁹.

A relação servil também foi um grande obstáculo ao avanço do pensamento liberal no Brasil, pois a manutenção de sua estrutura trazia conseqüências drásticas para o desenvolvimento de políticas públicas para o incentivo do trabalhador livre e ainda contribuía, em mesma medida, para a consolidação de instrumentos e técnicas agrícolas mais modernas.

⁸ SALLES, Iraci Galvão. Op. cit., p. 37.

⁹ PRADO JR., Caio. Op. cit., p. 173. Joseph Love, utilizando-se de uma análise de segunda mão, afirma que em São Paulo, entre os períodos de 1874 e 1884, o aumento do número de negros é em decorrência das exigências das lavouras de café pelo braço escravo. Assim, podemos concluir que o número de escravos, apesar de um crescimento em detrimento de outros Estados. Mesmo com esse aumento, os negros não eram suficientes para atender a demanda das lavouras, fato que impulsiona os fazendeiros do oeste paulista a exigirem do governo políticas de imigração mais eficientes. LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na Federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 19.

Caio Prado, em *História Econômica do Brasil*, diz que estrutura escravocrata, em 1861 (ano da primeira Exposição Nacional)¹⁰, era a grande responsável a ausência de manufaturas, atribuía ao trabalho escravo os obstáculos que impediam o desenvolvimento da indústria nacional¹¹. Fernando de Azevedo, ao analisar o desenvolvimento da economia nacional, soube explicar de forma concisa qual era o peso que a escravidão exerceu no final do século XIX.

Diante das necessidades sociais e da mentalidade corrente que reinava, nessa sociedade liberal, de economia agrícola e de hábitos coloniais, organizada sobre uma lei de conformidade e preocupada com suas criações literárias e jurídicas, não se tornava possível nenhuma reação verdadeiramente eficaz em favor dos ofícios e profissões industriais. [...] no Brasil, a escravidão constituía ainda uma barreira insuperável ao desenvolvimento da agricultura e das artes e profissões industriais. Por todo o Império e em grande parte do período republicano, a organização econômica, antes e mesmo depois da abolição do regime da escravatura, não oferecia nenhuma base de ação industrial donde partisse esse impulso que já revolvia a sociedade de algumas nações [...]¹²

Com isso, se forma o consenso entre republicanos e liberais de que era preciso romper com a escravidão para que o país também pudesse se libertar

¹⁰ Em 1861 foi realizada, na Escola Central (Futura Escola de Engenharia) do Rio de Janeiro, a primeira Exposição Nacional, visitada por mais de 50 mil pessoas. Lá foram escolhidos, entre 438 expositores, os produtos que representariam o Brasil na exposição de Londres. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹ PRADO JR., C. Op. cit., p. 175. A exposição que Caio Prado se refere aconteceu na Escola Central (Futura Escola de Engenharia) do Rio de Janeiro. Intitulada Exposição Nacional, a mostra foi visitada por mais de 50 mil pessoas. Lá foram escolhidos, entre 438 expositores, os produtos que representariam o Brasil na exposição de Londres. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹² AZEVEDO, Fernando. **Cultura Brasileira**. 5ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1971. p. 740.

das “ amarras ideológicas” que prendiam o desenvolvimento do país. Entre esses republicanos e liberais assíduos na luta abolicionista se destacaram Joaquim Nabuco e André Rebouças, que acusavam o país de ser “ anacrônico e vergonhoso, face ao mundo moderno, e descompassado com o progresso do nosso século.”¹³

Nabuco, severo crítico da escravidão e uma das maiores lideranças abolicionistas, apontava os efeitos negativos da escravidão sobre a agricultura:

[...] as vastas regiões exploradas pela escravidão colonial têm um aspecto único de tristeza o abandono: não há nelas o consórcio do homem com a terra, as feições das habitações permanentes, os sinais do crescimento natural. O passado está aí visível, não há, porém, prenúncio do futuro: o presente é o definhamento gradual que precede a morte. A população não possui definitivamente o solo: o grande proprietário conquistou-o à natureza com os seus escravos, explorou-o, enriqueceu por ele extenuando-o, depois faliu pelo emprego extravagante que tem quase sempre a fortuna mal adquirida, e, por fim, esse solo voltou a natureza, estragado e exausto¹⁴.

O texto deixa claro que os problemas do regime escravista iriam além dos aspectos morais e residiam também em um modelo de agricultura que ainda tinha suas raízes fortemente ligadas ao colonialismo; logo, as referências de “ definhamento” , “ exploração” , “ falência” e “ exaustão” aparecem como sinônimos desse modelo vigente. Outro aspecto relevante era a concentração de terras nas mãos do “ grande proprietário” , fato que, além de abrir precedentes de exploração indiscriminada do solo sem preocupação

¹³ SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976. p. 34.

¹⁴ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. p.106.

de preservá-lo, também afastava a população de homens livres da posse da terra.

As idéias expostas por Nabuco estão, em certa medida, presentes nos ideais republicanos, pois o grupo defendia propostas políticas que deixavam transparecer em seu programa a “ noção de progresso” . A idéia estava intimamente ligada as aspirações liberais, que entrevia transformações sociais, a intensificação e o desenvolvimento da economia nacional, o desenvolvimento da vida urbana e de uma infra-estrutura que pudessem garantir o desenvolvimento do país¹⁵.

Também não podemos nos esquecer que as “ idéias de progresso” foram importantes canais de difusão das teorias científicas concebidas na Europa, as quais eram recebidas e divulgadas de modo controverso ao serem adaptadas ao contexto do pensamento brasileiro e, muitas vezes, eram vulgarizadas e se distanciavam das origens européias. Na Europa, o conceito de “ progresso” tinha como princípio a condução de uma sociedade baseada na racionalidade e no cientificismo para a consolidação das forças produtivas. Roberto Schwarz argumenta que as idéias professadas pelos políticos nacionais refletiam “ a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu” ¹⁶, assim, as idéias que aportam no país são transferidas para a cultura e para o pensamento “ colonial ibérico” que prezava por relações cotidianas baseadas no servilismo e no favor, deixando espaços muito estreitos para a racionalidade e a ciência¹⁷.

A manutenção da escravidão, também sustentou culturalmente na sociedade brasileira, do século XIX, a idéia de que o trabalho não podia ser associado a idéia de liberdade¹⁸. Assim, o conceito de trabalho não se apresentava de forma racional, de tempo de produção, não exigia o

¹⁵ SALLES, Iraci Galvão. Op. cit., p. 42.

¹⁶ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p. 12.

¹⁷ Idem. Ibidem, p. 18-19.

aprimoramento de técnicas ou de eficiência, mas um conjunto de tarefas que se distribuíam ao longo do dia a ocupar de forma mais intensa possível o dia do escravo.

Os primeiros sinais de esgotamento do sistema escravista vieram do Vale do Paraíba, reduto da herança colonial, a região tinha sua economia baseada no latifúndio, na monocultura e no trabalho servil. A diminuição do trabalhador escravo e a dificuldade de implantação do imigrante europeu rapidamente conduziram a região ao esgotamento do solo, situação que acarretou seu declínio econômico e político no cenário nacional.

As transformações mais significativas no sistema escravista brasileiro, só foram possíveis com o avanço da revolução industrial e a consolidação do capitalismo Europeu, que exigiram das antigas colônias de domínio ibérico a modernização de suas economias, a abolição dos contingentes escravos e criação e consolidação de mão-de-obra livre e imigrante. No Brasil, as primeiras reformas concretas contra a escravidão só vieram em 1850, com a lei proposta pelo ministro Eusébio de Queirós, a qual colocava fim ao tráfico negreiro no país.¹⁹

Nas décadas que se seguiram ao fim do tráfico negreiro, a proposta de abolição do trabalho escravo se associou aos republicanos através dos fazendeiros do oeste paulista, que vislumbravam no final da escravidão possibilidades de implantação de políticas públicas mais efetivas de imigração, a fim de sanar o problema de mão-de-obra. A proposta democrática do Partido Republicano Paulista “ foi engendrada no bojo das transformações da sociedade brasileira e como instrumento político do desenvolvimento do capitalismo no país” , a causa também atingiu os setores urbanos da

¹⁸ SALLES, Iraci Galvão. Op. cit., p. 39.

¹⁹ A lei foi eficaz, fato que pôde ser percebido na redução do número de escravos que entraram no país depois de 1850. Caio Prado lembra que no ano anterior a lei, entrava no país aproximadamente 54.000 escravos, dois anos depois esse número caiu para cerca 700 escravos. PRADO JR, Caio. Op. cit., p. 152-153.

sociedade que viam no fim da escravidão a realização do ideal de progresso e o estabelecimento de uma *ordem civilizada*²⁰.

A Sociedade Auxiliadora Nacional da Indústria fazendo discurso semelhante dos Republicanos defendia a idéia de que o início da modernização da agricultura viria pela moralização do trabalho nas classes populares, mas isso seria inviável diante da situação de ambigüidade do sistema escravista, o qual sustentava práticas agrícolas atrasadas, afetando diretamente a produtividade²¹.

Em meio a esse cenário, de crise do trabalho escravo e de estímulo à imigração européia, situava-se o trabalhador nacional, sujeito a condições precárias de propriedade e inserido no contexto marginal da grande lavoura cafeeira. A maioria se estabelecia nas terras em condições de posseiros, meeiros ou parceiros e, com menos freqüência, pequenos proprietários, viviam alheios ao universo do mercado exportador ou, quando muito, eram fornecedores de gêneros alimentícios ou criadores de gado. Frente a essa realidade, era preciso estimular o trabalhador nacional a se incorporar ao grande latifúndio para que pudesse atender a demanda de mão-de-obra nas lavouras de café, porém esta realidade esteve muito distante de acontecer.

Brevemente poderíamos dizer que dois problemas fundamentais inviabilizaram o trabalhador nacional como mão-de-obra: o primeiro era a sua dispersão no território brasileiro; e o segundo, a sua resistência à incorporação aos grandes complexos agrícolas. Somando-se a isso também existia a oposição dos fazendeiros em aderir ao trabalhador nacional, pois ele era visto como desregrado e indolente para as atividades agrícolas.

Segundo Dafert, coordenador das pesquisas do Instituto Agrônomo de Campinas, o “caipira” precisava ser enquadrado dentro da nova ordem de

²⁰ SALLES, Iraci Galvão. Op. cit., p. 44-45.

²¹ LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura Ilustrada**: liberalismo e escravidão nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Unicamp, 2001. p. 133. COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo: Edunesp, 1998. p. 260-261.

trabalho que despontava na agricultura nacional, assim, argumentava que era preciso:

[...] que *contra os vadios e desocupados* se procure por todos os meios e principalmente pela instrução elevar o moral dos proletários, inculcando-lhes idéias de progresso que, criando novas ambições e necessidades, os obrigarão a maior constância no trabalho, e, em última analyse, applicando rigorosamente a “ lei contra a vagabundagem ” , promulgada nos últimos tempos da monarchia.²²

Poucas décadas depois, Monteiro Lobato, também contribuiu em muito para a imagem degenerada do “ caipira ” . Apontava-o como um tipo de homem “ inadaptável a civilização ” e que vive nas “ zonas fronteiriças ” , e diante do avanço do progresso se refugia cada vez mais distante e “ recua para não adaptar-se ”²³.

Apesar de desempenhar papel importante na economia agrícola o “ caipira ” era visto com preconceito, pois os agricultores associavam sua vida, baseada apenas na manutenção da subsistência, a uma forma de atraso diante das necessidades de produção em larga escala na cafeicultura. Por outro lado, também existia a rejeição da população urbana que considerava a vida no sertão insalubre e cheia de perigos.

Darcy Ribeiro ao fazer uma breve análise das palavras de Monteiro Lobato, comenta que a construção dessa caricatura só ressaltava a preguiça, a verminose e o desalento dessa população e não conseguiu ver, em sua época,

[...] o traumatismo cultural em que vivia o caipira, marginalizado pelos despojos de suas terras, resistente ao engajamento no colonato e ao abandono compulsório de seu modo tradicional de vida. É certo que, mais tarde, Lobato

²² DAFERT, Franz W. A falta de trabalhadores agrícolas em São Paulo. In. **Lista de publicações officiaes do Instituto Agrônômico de Campinas nos annos de 1888-1893**. Campinas: Instituto Agrônômico de Campinas, 1894. p. 36.

²³ LOBATO, Monteiro. Uma velha praga. In: **Estado de São Paulo**. 12/11/1914. p. 3.

compreendeu que o caipira era o produto residual natural e necessário do latifúndio agroexportador²⁴.

Antonio Candido, também ao estudar a vida do “ caipira” paulista na região de Botucatu, na década de 1940, percebeu que uma característica histórica do “ caipira” , em sua condição de parceiro ou de meeiro, era sua dedicação à produção de lavouras de subsistência, e na manutenção de um núcleo familiar de pequenas proporções territoriais, limitadas em bairros ou aguadas²⁵.

Dentro desse contexto que conferia certa autonomia e liberdade, o “ caipira” entrevia no emprego nas grandes lavouras de exportação a possibilidade de redução de suas chances de mobilidade, pois seu vínculo com esse modelo de trabalho exigiria tempo para se dedicar às atividades mais sistemáticas de produção, o que provocaria o abandono de sua rotina de lazer. Segundo Celso Furtado é possível entender que as raízes culturais que afastavam fazendeiros e os trabalhadores nacionais estavam nas:

[...] dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, aqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência, contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a “ grande lavoura” .²⁶

Porém, em meio às críticas que desqualificavam o trabalhador nacional, emergiam outras favoráveis como as de André Rebouças que, no final do século XIX, foi seu defensor e apontava a necessidade de reformas sociais, econômicas e financeiras que poderiam contribuir para atrair o grande

²⁴ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. p. 352.

²⁵ CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformações de seus meios de vida**. São Paulo. Editora 34, 1998.

²⁶ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. p. 127.

contingente de pessoas que vagavam pelo sertão, que viviam de pequenos roçados que mal alimentavam a própria família²⁷.

As críticas de Rebouças também encontraram eco na Sociedade Nacional de Agricultura – SNA – que propunha a modernização e a racionalização da agricultura nacional. Entretanto, o grupo que apoiava essas mudanças acreditava que o sucesso só poderia se concretizar com a participação do pequeno e médio agricultor. Com isso, esse novo agricultor teria seu perfil parecido com a do *farmer* norte-americano e as seqüelas do “atraso agrícola” só poderiam ser sanadas “com o aumento da produção” e “ [...] a generalização do uso das máquinas agrícolas” .²⁸

Sônia Regina de Mendonça mostrou que o debate em torno do modelo de agricultura a ser praticado pela SNA era um tanto conservador ao propor “modernizar, apenas o bastante para garantir a produção de excedentes capazes de atenderem a um mercado ampliado, porém com o mínimo de alteração possível na estrutura fundiária” .²⁹

No final do século XIX e começo do XX, o que prevaleceu em São Paulo foi a construção desse quadro negativo do “trabalhador nacional” . Assim, a atitude de caracterizá-lo pejorativamente, como “caipira” ou “caboclo” e acusá-lo de produzir uma lavoura apenas para subsistência, se acomodava aos interesses de grandes agricultores que queriam legitimar a posse da terra através da implantação de um modelo de agricultura agro-exportadora. Restou apenas ao trabalhador nacional a condição de sujeito na disputa pela posse da terra, ficando a mercê do poder do coronel ou de outros interesses burocráticos instituídos para a manutenção do poder.

²⁷ Cf. REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional**: estudos econômicos; propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883. 2ª ed. fac-similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1988.

²⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. Grande propriedade, grandes proprietários (1890-1930). In. SZMRECSANYI, Tamas & SILVA, Sérgio. **Historia econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 175-177.

²⁹ Idem. Ibidem. p. 179.

O panorama do trabalho livre no país só terá mudança mais significativa com a abolição da escravatura e a vinda dos imigrantes europeus, que impulsionou uma nova mentalidade cuja base era direcionada pelas idéias liberais e a possibilidade de abertura de pequenas propriedades familiares. Os primeiros fluxos de imigração significativos só se tornaram realidade com a crise em torno da escravidão, ocorrida nas duas últimas décadas do século XIX.

Outro aspecto da crise da mão-de-obra que se instalou no Brasil, na segunda metade do século XIX, estava os imigrantes que já desempenhavam papel decisivo no oeste paulista, promovendo um aumento significativo da produção cafeeira. Desta forma, o trabalhador estrangeiro se caracterizou como a alternativa encontrada, pelos cafeicultores do oeste, para suprir as necessidades naquele momento, porém tal iniciativa encontrou algumas barreiras, como a convivência em um mesmo espaço de trabalhadores livres e cativos, contribuindo para que, em muitos momentos, os imigrantes fossem sujeitados às mesmas condições do escravo.

De certa forma, as políticas de imigração que ocorreram no Brasil se sucederam ao longo de quase todo o período do Império, as primeiras iniciativas ocorreram através de projetos de imigração baseados na pequena propriedade como Nova Friburgo, no Rio de Janeiro e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. O governo imperial entevia nessas pequenas propriedades como subsidiárias do latifúndio e não como concorrente direta da lavoura de exportação. “ A pequena propriedade devia ocupar espaços vazios, promovendo a valorização fundiária” e na mesma medida deveria ser provedora de uma classe “ intermediária” que pudesse tornar a economia mais dinâmica, criando, assim, um mercado consumidor e fornecedor de gêneros alimentícios, dos quais a grande propriedade nunca se ocupou³⁰.

³⁰ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade** (1824-1930). São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 17.

Com o crescimento da lavoura cafeeira, nas últimas décadas que antecederam a abolição os debates em torno da abolição ganharam novos rumos e oscilava entre uma política de imigração fixada na pequena propriedade ou de uma destinada apenas a se tornarem mão-de-obra.

Nessa disputa prevaleceu, em grande parte, a alternativa pela imigração baseada na mão-de-obra. Entretanto, a opção por criar um fluxo de mão-de-obra livre encontrou um anacronismo que tomava conta das relações trabalhistas e estimulavam as críticas de empresários estrangeiros e agenciadores da mão-de-obra imigrante, que acusava o governo de omissão diante dos problemas ligados às relações de trabalho. Além disso, era necessário afastar os riscos de epidemias e criar uma legislação que beneficiasse o acesso do imigrante à terra e a melhores salários, obstáculos a serem superados para tornar o país mais interessante aos imigrantes³¹. As mudanças precisavam ir além das relações cotidianas de trabalho, era necessário transformar as estruturas jurídicas que separavam o homem livre do escravo, a sociedade precisava de uma nova:

[...] ordenação da sociedade a nível legal. O aparato jurídico de uma sociedade baseada na escravidão não mais satisfazia as necessidades sociais, alteradas as relações de produção. A nova personagem (*sic*) – o trabalhador livre – exigia a reorganização das relações de dominação, tornando-se urgente uma legislação que regulamentasse a compra e a venda da força de trabalho³².

Essa regulamentação também encontrou obstáculos para ser implementada, a persistência do modelo do latifúndio colonial, ainda muito presente, abrigava contradições entre o trabalho livre e o trabalho escravo, e,

³¹ PRADO JR, Caio. Op. cit.: p. 186-187. Cf. também COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia a República**: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1999. (em especial o capítulo “ Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos” , páginas 169-193)

³² SALLES, Iraci Galvão. Op. cit., p. 39.

coronéis e políticos ligados aos parlamentares faziam manobras que tinham como finalidade contribuir para a manutenção dessa situação.

Não tardou para que autoridades estrangeiras reconhecessem o Brasil como país “ duvidoso” para o estabelecimento de imigrantes. Em vários momentos vários países europeus como Suíça, Alemanha, Itália e Espanha promoveram políticas de restrições de fluxos migratórios para o país, alegavam, na maioria das vezes, abusos exercidos pelos fazendeiros e autoridades brasileiras contra seus cidadãos.

Exemplo evidente dessa situação foi a imigração dos italianos ao país, pois muitos se sujeitavam às condições de vida piores que na Itália,

[...] suas moradias eram [...] precárias e as condições sanitárias quase com certeza piores. Isolados, desumanizados, sem escolas e sem as compensações e o estímulo oferecido pela vida comunitária na Itália, não é de surpreender que os imigrantes tenham impressionado muitos observadores pela regressão cultural que tinham sofrido”³³.

Frente a essa situação, o governo italiano tomou algumas medidas que pudessem restringir a vinda de imigrantes nessas condições:

O governo italiano, finalmente, foi levado em 1902 a proibir a emigração subsidiada para São Paulo e, embora a proibição fosse burlada de várias maneiras, reduziu substancialmente o número de italianos importados para trabalharem nas fazendas. Por algum tempo, os fazendeiros e seus aliados se voltaram para fontes ibéricas de mão-de-obra barata, embora em 1910, o governo espanhol imitasse o italiano, proibindo a emigração subsidiada de seus cidadãos³⁴.

Ainda se acrescenta a essa situação um outro obstáculo ao imigrante: a restrição de acesso a terra. A opção por uma imigração como mão-de-obra fez com que parte de setores agrícolas tomassem medidas para restringir o

³³ HALL, Michael. Italianos em São Paulo (1880-1920). In. **Anais do Museu Paulista**. Tomo XXIX. São Paulo, 1979. p. 206. (201-215)

³⁴ Idem. Ibidem. p. 207.

acesso a terra para o imigrante, de tal modo que fosse forçado a se estabelecer na condição de colono nas grandes propriedades. No entanto, essas políticas restritivas acabaram por afastar os imigrantes do Brasil, entretanto, em outros momentos de fluxos migratórios muito baixos, foi necessária a revogação dessas medidas para que a pequena propriedade retornasse a ser um sonho possível ao imigrante.

Com a promulgação da abolição da escravatura e a abertura de terras no oeste paulista foi preciso preestabelecer regras e condições para que a mão-de-obra imigrante pudesse ter os resultados esperados dentro dessa nova conjuntura. Dentre as medidas que inovaram nesse momento foi o estabelecimento da pequena propriedade como “isca” para atrair o imigrante europeu para regiões ainda “despovoadas” do território paulista e Estados limítrofes. Assim, a pequena propriedade além de funcionar como atrativo para o imigrante foi um “reservatório de braços com os quais o fazendeiro podia contar por ocasião da colheita” e serviu como importante instrumento regulador do mercado imobiliário em São Paulo³⁵.

REPÚBLICA E AGRICULTURA

O advento das idéias republicanas e liberais proporcionaram uma nova configuração na sociedade brasileira. As mudanças das relações trabalhistas e de propriedade da terra proporcionaram um novo panorama para a economia nacional, contudo, ainda era preciso mais, era necessário que o país se consolidasse no cenário internacional como produtor de café e pudesse suplantar outros entraves do pensamento nacional: a herança colonial do latifúndio e da servidão. Para tanto, foi necessário que as idéias republicanas e liberais se alinhassem a essa concepção de progresso científico.

³⁵ PETRONE, Maria Thereza Schorer. Op. cit., p. 48-49.

Como vimos anteriormente, a expansão da agricultura requeria uma superação das limitações que o trabalho servil oferecia ao seu desenvolvimento. No entanto, a consolidação do trabalhador livre na cafeicultura demandava também algumas necessidades que pudesse tornar o trabalho livre mais eficiente e menos dispendioso ao fazendeiro. Junto a essas necessidades estava a busca de terras agricultáveis que pudesse atender as necessidades de novas áreas para lavoura cafeeira, contudo essa demanda somente pode ser resolvida através de estudos sistemáticos que pudessem mapear e inventariar as terras disponíveis para o mercado.

Para tanto, as respostas para essas questões veio, em certa medida, pela criação de instituições científicas que tinham como objetivo encaminhar os problemas para além das práticas de agricultura ou da abertura de novas áreas agrícolas: era preciso estimular a vinda de mão-de-obra imigrante para atuar nas lavouras de café, proporcionar mudanças significativas no manejo do solo, implementar técnicas que pudessem melhorar a produtividade e promover a criação de escolas agrícolas, destinadas a instrução do trabalhador livre no manejo do solo³⁶.

Na década de 1880, as preocupações citadas acima foram debatidas por políticos e cafeicultores paulistas, principalmente, por aqueles que não conseguiam ter acesso ao braço escravo. Diante desse cenário, as idéias científicas passaram a serem apresentadas como viáveis para resolver os problemas que travancavam o desenvolvimento da economia brasileira. A solução apresentada pelo governo Imperial foi a criação de estações agronômicas que pudessem propor novos modelos de exploração agrícola e a diversificação dos produtos agrícolas nacional. Especificamente no Estado de São Paulo, foram criadas, nessa mesma década, duas importantes instituições científicas: o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e a Comissão

³⁶ MELONI, Reginaldo A. **Ciência e produção agrícola**: a imperial Estação Agronômica de Campinas 1887-1897. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 90.

Geográfica e Geológica (CGG), sendo que as duas atuaram diretamente na ampliação da economia agrícola, proporcionando avanços nas práticas de manejo e uso do solo e na exploração territorial.

O modelo científico que conduziu a formação dessas duas instituições era importado da Europa e, pouco conseguia dizer da realidade nacional. Da mesma forma, acadêmicos e intelectuais que atuaram na formação dessas instituições também vinham de centros de estudos europeus e embasados por uma realidade diversa da encontrada em terras brasileiras. De um modo geral, os ideais defendidos pelos intelectuais e acadêmicos brasileiros, no último quartel do século XX, se alinhavam com as propostas do positivismo comtiano e esperavam uma ciência capaz de explicar a história da humanidade e o seu destino com métodos investigativos baseados nas leis da natureza³⁷. Os profissionais que conduziram a formação dessas instituições, respondiam, antes de tudo, aos interesses de políticos, agricultores e empresários que anteviam no desenvolvimento científico como um recurso para a expansão e para a maior rentabilidade da lavoura no Estado de São Paulo.

Essa apropriação que se fazia dos ideais positivistas propunham uma fé incondicional na ciência como paradigma de explicação de vários fenômenos sociais. No Brasil, o positivismo, “ enquanto doutrina sobre o conhecimento e sobre a natureza do pensamento científico, incorporou-se a outras de correntes análogas, que procuraram valorizar as ciências naturais e suas aplicações práticas” ³⁸ e, conduziu intelectuais nacionais, a se aproximarem de teorias como o determinismo geográfico, o darwinismo social, o spencerismo e tantas outras. Foi essa aproximação com os princípios do positivismo que conduziram os rumos políticos e sociais dos primeiros anos República e, conseqüentemente, fundamentou a ideologia das instituições

³⁷ COMTE, Auguste. **Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 7. Ver também: **Dicionário do pensamento social do século XX**. Editado por William Outhwaite & Tom Bottmoore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 593-96.

³⁸ COMTE, Auguste. Op. cit.; p. XV.

científicas para que pudessem pensar a realidade social, pautando-se no utópico objetivo de conduzir o país ao “ porto da civilização” ³⁹.

Segundo Antonio Paim, o comtismo nacional encontrou adeptos fervorosos, divididos em vários grupos, desde os mais ortodoxos – adeptos da Igreja Racionalista – até os seguidores do Positivismo Ilustrado – vertente que mais conquistou espaço no cenário político da Primeira República e “ enfatizou, sobretudo o aspecto pedagógico do comtismo, apostando na reforma dos espíritos” ⁴⁰.

Dentro da lógica econômica e política que operava no Brasil do século XIX, o positivismo atendia quase que plenamente os anseios da elite nacional, pois apontava uma direção viável para a consolidação da sociedade brasileira. Frente à conjuntura nacional,

[...] o positivismo identificou-se logo, no Brasil, com as ciências aplicadas, que começavam justamente a ganhar respeitabilidade junto a elite pensante. [...] O positivismo parecia também atraente àqueles membros da elite que desejavam o progresso econômico sem mobilização social. Julgando a massa da população “ despreparada” para participação plena na sociedade (devido ao analfabetismo, ao meio racial inferior etc.), achavam o aspecto autoritário do positivismo um modelo de modernização, que explicava e justificava a continuada concentração de poder nas mãos da elite.⁴¹

Os ideais positivistas encontraram, no país, eco numa parcela da população jovem e disposta a romper com a tradição católica e com o ensino religioso como forma de ampliar os horizontes nacionais e criar uma educação respaldada no cientificismo e na razão. Essas idéias encontraram campo

³⁹ SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e Arte**: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001, p. 32.

⁴⁰ PAIM, Antonio. Trajetória da Filosofia no Brasil. In. FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: EPU; Edusp, 1979. p. 20.

⁴¹ SKIDMORE, Thomas. Op. cit.,; 28.

profícuo na Escola Militar e na Politécnica – ambas no Rio de Janeiro – primeiras instituições a comporem os primeiros quadros de engenheiros que alimentavam as instituições científicas que então se instalavam no país.

Também coube às duas instituições científicas estudadas nesta pesquisa a elaboração de propostas modernizadoras à agricultura nacional e o estímulo à abertura das fronteiras agrícolas do oeste paulista às lavouras de café. Em virtude disso, as extensas terras do Estado passaram por uma leitura atenta e minuciosa que fez perceber as diferenças entre as escarpas de São Carlos do Pinhal e os campos de cerrados entre os rios Tietê e Rio Grande, deixando clara a riqueza das paisagens e a diversidade de solos do território paulista, fatores que apontavam para um futuro próspero para a economia local.

Segundo Meloni, o “cientificismo se encontrava difuso na sociedade”, algumas cobranças partiam de fazendeiros, intelectuais e dos próprios cientistas, que procuravam a solução de problemas pertinentes à agricultura, ao saneamento urbano, à geologia, dentre outros. Porém, o mais importante é que se operava no país transformações no modo de produção e, portanto, era preciso o desenvolvimento de instituições científicas para atender a essa demanda. Diante dessas mudanças, o governo brasileiro:

[...] viu-se diante do desafio de incorporar a idéia de progresso e os métodos da ciência nas novas relações de produção que estavam sendo construídas, pois o momento exigia novas técnicas que pudessem auxiliar os produtores a enfrentar os mercados europeu e norte-americano com produtos de boa qualidade e de baixo custo de produção⁴².

Dentro desse quadro favorável de desenvolvimento, em poucas décadas, a cafeicultura encontrou no oeste paulista um solo fértil e um relevo propício à lavoura, onde, algumas cidades como Jundiaí, Campinas, Itu entre outras, se destacaram pelas extensas fazendas. Com a expansão da ferrovia, esta região

⁴² MELONI, Reginaldo A. Op. cit.; p. 38-39.

se tornou uma das mais importantes na economia nacional e, muitos agricultores, beneficiados pelo transporte rápido e seguro, ampliaram suas lavouras para áreas extremas do Estado. Além disso, tal expansão exerceu papel fundamental na reorganização do espaço produtivo, acontecendo, notadamente, nos “ terrenos desconhecidos” , entre as décadas de 1890 a 1920, momento da consolidação da economia cafeeira no cenário político nacional⁴³.

Além da função dinamizadora da ferrovia na abertura de novas áreas no interior do Estado de São Paulo, é válido ressaltar que a crescente circulação de mercadorias e de mão-de-obra imigrante trouxe mudanças que incentivaram a venda de terras virgens da franja pioneira a baixo custo para os novos agricultores, que fugiam do oneroso trabalho de recuperação do solos⁴⁴.

Segundo Sérgio Milliet, essa economia cafeeira, capaz de povoar regiões “ abrindo zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas, que durante muito tempo irão viver do café” ⁴⁵. A economia pujante do território paulista invadiu outros estados fronteiriços, conservando características próprias e desenhando um perfil único que marcou o período com uma cultura própria e singular. Segundo Monbeig:

[...] a "marcha para o Oeste" é essencialmente paulista e continua a sê-lo, mesmo ao penetrar territórios de outros Estados, porque não somente o impulso é dado por São Paulo, como a maior parte dos homens provêm desse Estado e as relações econômicas se fazem sobretudo com São Paulo e Santos. Nem sempre foi assim. Sabe-se que foi a cultura do café que desencadeou essa progressão: ela começou fora de São Paulo, em regiões já povoadas, havia muito tempo, embora as culturas mal as tenham atingido. Freqüentemente descreveu-se o itinerário do café, que começou nas partes montanhosas do

⁴³ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa-Omega, 1974, p. 46-48.

⁴⁴ MELONI, Reginaldo A. Op. cit.,; p. 25.

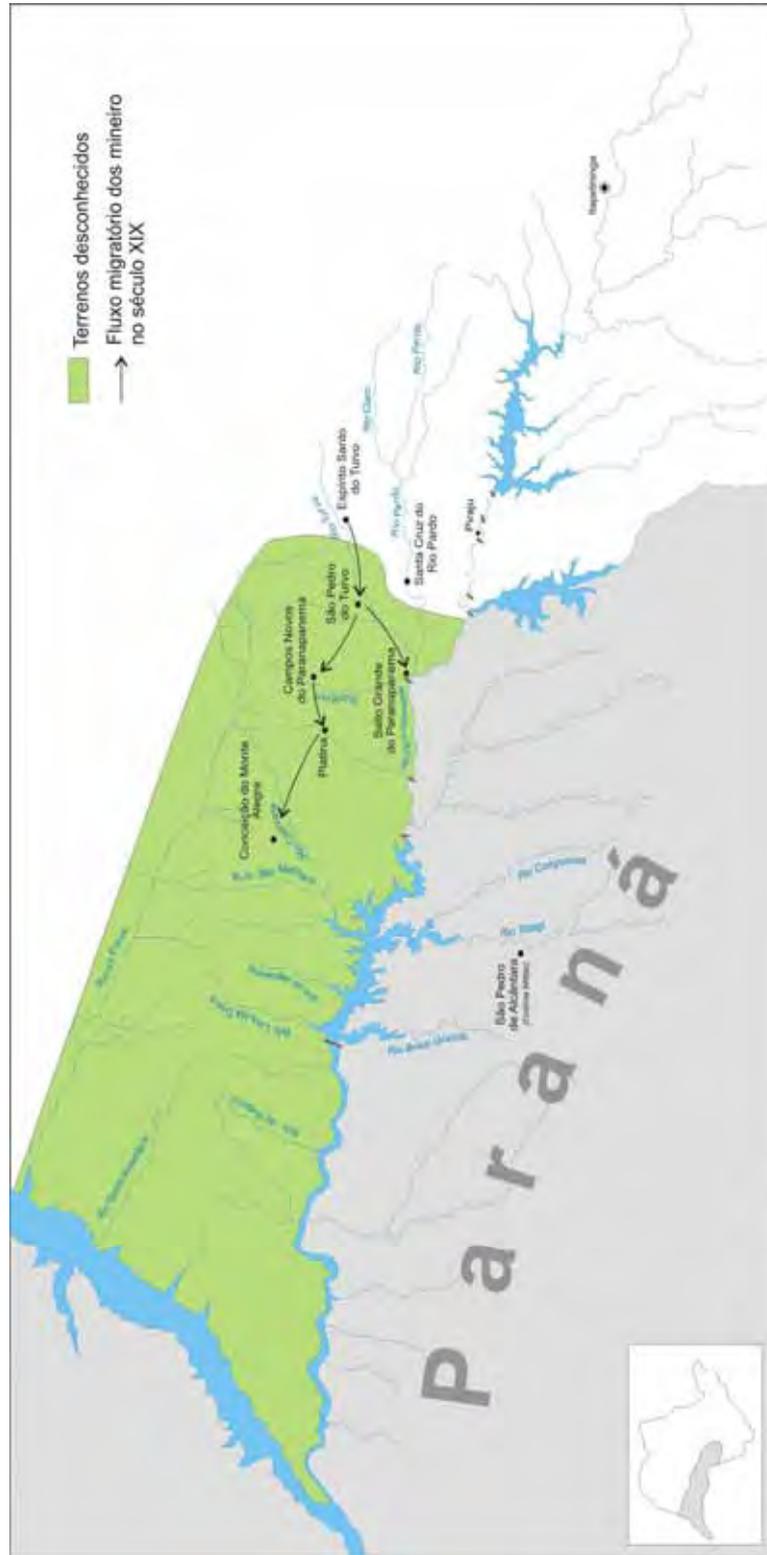
⁴⁵ MILLIET, Sérgio. **O roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Bipa, 1946. p. 20.

Estado do Rio de Janeiro, no segundo quartel do século XIX; acompanhou o vale do Paraíba do Sul, penetrando assim nas terras paulistas; depois, na segunda metade do mesmo século, expandiu-se pelo interior de São Paulo. Foi por volta de 1870-1880 que o movimento se intensificou, alcançando os planaltos ocidentais [...]⁴⁶

Foi nesse cenário que as instituições científicas puderam desempenhar papel importante na produção e instrução do conhecimento agrícola para o avanço e o sucesso da agricultura de exportação, pois estimularam transformações no manejo do solo, nas pesquisas agrícolas e nos estudos pedológicos, fundamentais no processo de racionalização do uso da terra. Assim, o acúmulo de pesquisas, ocorridos nas primeiras décadas de funcionamento dessas instituições, foi importante para a expansão agrícola no Estado e para a exploração dos “terrenos desconhecidos”, que representavam uma parte significativa da carta geográfica paulista (MAPA - 01). No conjunto, essas entidades propunham a formação de um inventário dos recursos naturais do país⁴⁷, com o objetivo de integrar a economia brasileira ao crescente capitalismo dos países industrializados.

⁴⁶ MONBEIG, Pierre. Op. cit.; p. 23. Cabe também citar o trabalho de Darcy Ribeiro, O povo brasileiro, no qual ele ressalta que a influência paulista nas áreas limítrofes do Estado se dá mesmo antes da produção cafeeira, assim, segundo o autor a cultura caipira teria imprimido um modo de vida muito peculiar, que se caracteriza pela dispersão demográfica desvinculada dos mercados consumidores e ligando-se a uma pequena produção de subsistência. RIBEIRO, D. Op. cit.; p. 383.

⁴⁷ Segundo Robert de Moraes, o conceito de **recurso natural** aparece intrínseco a uma dada sociedade, que tem por função de discriminar alguns elementos da natureza para que possam ser utilizados em processos produtivos. Assim, a elaboração desse conceito, no século XIX, só pode ser entendido como parte dos mecanismos de produção e reprodução do capitalismo brasileiro. Cf. MORAES, Antonio Carlos R. de. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 102.



Mapa 1: Terrenos Desconhecidos

Além das demandas estruturais apresentadas acima, houve também por volta da segunda metade do século XIX, o surgimento de pragas na lavoura cafeeira e esgotamento dos solos em decorrência da precariedade de manejo do solo. Essas dificuldades não eram novas, porém os avanços científicos e industriais permitiram aos políticos e agricultores paulistas acreditarem que a solução desses problemas poderia estar na criação de instituições de pesquisa e ensino que pudessem apresentar soluções para esses problemas.

Em 1887, é apresentada pelo Império a criação de Estações Agronômicas por todo o país e, em São Paulo, o local escolhido foi a cidade de Campinas, principal centro econômico da Província.

Em São Paulo, a Estação Agronômica em Campinas veio se juntar a recém criada Comissão Geográfica e Geológica, instituída por iniciativa do governo paulista. Desta forma, estas duas instituições proporcionaram a consolidação dos trabalhos científicos em duas frentes: a expansão do território agrícola e o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas aplicadas à agricultura. Ainda cabe lembrar que a Estação Agronômica teve em seu estatuto fundador o compromisso de proporcionar a abertura e a criação de espaços de ensino e pesquisa para o desenvolvimento da agricultura paulista⁴⁸.

Esta preocupação em modernizar a agricultura tem suas raízes no final da década de 1850, momento em que o Império brasileiro adotou a iniciativa de criar Estações Agronômicas inspiradas em experimentos realizados na Europa. Anteriormente, as Estações e o Jardim Botânico no Rio de Janeiro tinham desempenhado a função de aclimatar algumas espécies de valor econômico, mas foi somente na segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico negreiro, que veio à tona a necessidade de se criar mecanismos mais

⁴⁸ RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da Corte Portuguesa ao início da República. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, nº 4 (1), jan/abr 1987, p. 22-23.

efetivos de pesquisa. Em 1859, foi criada a primeira dessas instituições pelo Império, o “ Imperial Instituto Baiano de Agricultura” , um ano mais tarde, a experiência se repetiu nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul. Desses institutos, apenas o da Bahia e o do Rio de Janeiro funcionaram efetivamente no desenvolvimento de pesquisas. A finalidade deles era suprir as dificuldades encontradas pelos agricultores e criar condições favoráveis para que a mão-de-obra livre pudesse preencher os postos de trabalho deixados pelo trabalho escravo. Desta forma, o princípio de atuação dessas instituições era:

- 1º. facilitar a substituição dos braços necessários à lavoura por meio de máquinas e instrumentos apropriados [...] colonização nacional e estrangeira [...];
- 2º. fundar estabelecimentos normais, onde se experimentem as máquinas e instrumentos aplicáveis à nossa lavoura [...] aperfeiçoamento e a conservação dos produtos agrícolas [...];
- 3º. promover a aquisição das melhores sementes e renovos de plantas [...];
- 4º. cuidar do melhoramento das raças de animais úteis [...];
- 5º. auxiliar pelos meios ao seu alcance a administração pública no empenho de facilitar o transporte dos gêneros, promovendo a abertura de novas vias de comunicação [...];
- 6º. promover a exposição anual dos produtos de agricultura, animando-a por meio de prêmios, e facilitando o transporte e venda dos ditos produtos;
- 7º. formar e rever anualmente a estatística rural [...];
- 8º. criar e manter um periódico no qual, [...] se publiquem artigos, memórias, traduções e notícias [...] os melhoramentos que merecem ser adaptados nos processos agrícolas, e os princípios da economia rural indispensáveis para o judicioso emprego dos capitais [...];
- 9º. criar nos estabelecimentos normais, [...] escolas de agricultura, onde se aprendem os princípios gerais e as noções especiais indispensáveis para que o trabalho se torne mais suave, útil e vantajoso⁴⁹.

⁴⁹ Apud. RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Op. cit., p. 17-18.

Em São Paulo, a iniciativa de propor a Estação partiu de um pedido de Rodrigo Augusto da Silva, Ministro da Agricultura, que autorizou a implantação de uma Estação Agronômica, na cidade de Campinas. Instalada nos moldes das demais Estações que funcionaram no país foi a que mais obteve sucesso no cenário nacional, devido a proximidade com a economia paulista e com as lavouras cafeeiras.

A instalação da Estação culminou com alguns problemas agrícolas que já eram apontados na região, como sinais aparentes de esgotamento e fraqueza do solo, principalmente, em fazendas do Vale do Paraíba. Outro aspecto que também preocupava fazendeiros da região era o aparecimento de pragas que atacavam os cafezais. Fatos como esses deixavam um clima de desconforto nos cafeicultores; portanto, era preciso buscar soluções mais racionais para esses problemas⁵⁰.

Constituída a Estação Imperial de Agronomia, representantes brasileiros solicitaram ao Professor August Von Hofmann, da Universidade de Berlim, a indicação de um pesquisador que pudesse assumir a sua instalação. O nome indicado foi do austríaco Franz Joseph Wilhelm Dafert, experiente químico, doutor pela Universidade de Giessen, atuou como professor assistente na Universidade de Munique e ajudou na organização da Academia Agronômica de Poppelsdorf – Bonn.

Dafert ao assumir a direção da Estação, passou a assumir a responsabilidade pelos trâmites de implantação, como compra do terreno, equipamentos para laboratórios, contratação de técnicos, etc. Logo no início dos trabalhos, Dafert deixou claro que o papel da instituição era estimular a pesquisa científica e promover a sua difusão para que os lavradores pudessem produzir com uma técnica mais apurada, obtendo, assim, maior rentabilidade sem comprometer as qualidades do solo⁵¹.

⁵⁰ MELONI, Reginaldo A. Op. cit., p. 41.

⁵¹ Idem. Ibidem, p. 54-56.

As pesquisas desenvolvidas no Agrônomo se concentraram basicamente nos estudos físico-químicos das propriedades do solo e na aclimação de plantas. Porém, em um país onde a pesquisa científica ainda era incipiente, muitos outros problemas demandavam urgência, por isso a tarefa da Instituição também foi a de modernizar as relações de trabalho, principalmente do imigrante, que buscava no Brasil condições de moradia, saúde e salário que pudessem garantir a sua reprodução⁵².

Entre as várias pesquisas desenvolvidas pelo Agrônomo a mais importante teve o papel de desmistificar a idéia de que o solo paulista possuía extrema fertilidade. Em um artigo publicado em seu relatório anual, Dafert apontava que grande parte do solo paulista era improdutivo e exigia “ técnicas de estrumação ” para recompor os nutrientes necessários à lavoura. Cabe ainda lembrar que as terras estudadas não atingiam todo o território, mas em breve análise apontava que:

[...] As terras do Estado de São Paulo *até agora estudadas* são, sem excepção, pobres em substancias nutritivas. A *cal* em todas ellas existe uma quantidade insufficiente ou apenas traços. A quantidade de *azoto* (nitrogênio) é muito variável, mas parece ser normal. As propriedades physicas dessas terras deixam reconhecer diferenças grandes, que exigem nos estudos futuros observações especiais nesse sentido⁵³.

Apesar das limitações técnicas da pesquisa, a existência de solos com qualidades distintas é assinalada por Dafert, cujas preocupações se tornaram mais claras com os trabalhos da CGG, que, ao explorarem de forma mais sistemática o Estado, definiram formações geológicas diversas e de qualidade variada.

⁵² Idem. Ibidem, p. 78-79.

⁵³ DAFERT, F. W. As terras do Estado de São Paulo. In: **Coleção dos trabalhos agrícolas apresentado nos Relatórios anuais da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de São Paulo**, 1893, p. 105.

Em 1896, as primeiras críticas aportaram na instituição, justamente no momento em que a produção do café passou por uma crise no mercado internacional. A queda na produção levou os agricultores a cobrarem do Agrônomo medidas mais efetivas para reparar as perdas que se acumulavam na agricultura⁵⁴.

Os comentários quanto à forma como as pesquisas relativas ao solo estavam sendo dirigidas se dividiam em dois grupos: o primeiro, entendia o solo como um recurso esgotável, com isso, o agricultor deveria lançar mãos de técnicas de recomposição das qualidades químicas para que a contínua produtividade fosse assegurada. O segundo, embora não visasse o conhecimento das qualidades químicas, pedia que fossem adotadas medidas de aclimação de algumas espécies de plantas nos solos exauridos⁵⁵.

Um fato que também incomodava era falta de proximidade da instituição com os fazendeiros e agricultores que solicitavam capacitações técnicas com demonstrações de novas sementes, maquinários e técnicas de plantio, a fim de melhorar a qualidade da mão-de-obra nacional. Porém, essas medidas somente vieram a se tornar realidade após 1907, com o Congresso de Taubaté, onde os cafeicultores paulistas se unem em defesa de uma política nacional do café.

Frente às críticas, Dafert acabou por ser afastado da instituição e seu crítico mais severo, Gustavo D'utra, assume a administração e impõe um novo rumo às pesquisas agrícolas, privilegiando os trabalhos que prezavam mais pela policultura. Nesse novo momento, a instituição abandona o modelo

⁵⁴ Desde os primeiros momentos em que o austríaco esteve a frente da Instituição ele já apontava para a diversificação dos produtos agrícolas nacionais, exemplo disso, foi a aclimação de uvas para o fabrico de vinho. Outras espécies de cana-de-açúcar também foram introduzidas no país a fim de estimular novamente a produção açucareira no nordeste brasileiro. MELONI, Reginaldo A. Op. cit., p. 100.

⁵⁵ Idem. Ibidem, p. 120.

de ciência mais teórica de Dafert e adota medidas mais objetivas, com resultados em curto prazo e com trabalhos direcionados aos agricultores⁵⁶.

Nas duas últimas décadas do século XIX, o desempenho das pesquisas agrícolas proporcionou avanços importantes para a lavoura cafeeira, mas foi também nesse mesmo período que as primeiras crises econômicas atingiram diretamente os produtores. Não obstante, eles acreditavam que as instituições científicas poderiam propor a exploração de novos produtos e tecnologias que pudessem salvaguardar o capital financeiro.

No fim do século, a busca por metodologias agrícolas mais racionais, foi ofuscada pela abertura das áreas extremas do oeste do Estado. A procura pela terra-roxa revelou, em poucos anos, o latifúndio cafeeiro como grande promotor da devastação de grandes áreas de floresta tropical, subtropical e de campos de cerrado no extremo oeste paulista, abrindo espaço para lavouras e áreas de pastagens.

A difusão do conhecimento e das técnicas agrícolas, produzidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas, ainda foi referência para os avanços da agricultura paulista, porém, o trabalhador livre, pequeno proprietário ou na condição de posseiro, nunca encontrou espaço para ampliar seus horizontes, pois restava-lhes apenas o universo das tradições agrícolas que atendiam suas necessidades de subsistência, nem sempre vistas como racionais ou eficientes pela parcela intelectualizada da sociedade. Marginalizados dentro do sistema escravista e, novamente, excluído pela economia cafeeira, o “caipira” só encontrou lugar nas frentes pioneiras de agricultura ou se estabelecia em solos menos privilegiados dentro do sistema produtivo.

⁵⁶ Idem. Ibidem. p. 128.

A CGG E AS EXPEDIÇÕES AO EXTREMO OESTE

Por volta da década de 1830, a expansão do café se concentrou basicamente, na região do Vale do Paraíba, responsável por aproximadamente 88% da produção, enquanto os 12% restantes ficavam a cargo do oeste paulista. Cinquenta anos mais tarde, esses números quase se inverteram, de tal modo que o oeste paulista passa a figurar como principal produtor⁵⁷. (MAPA 02).

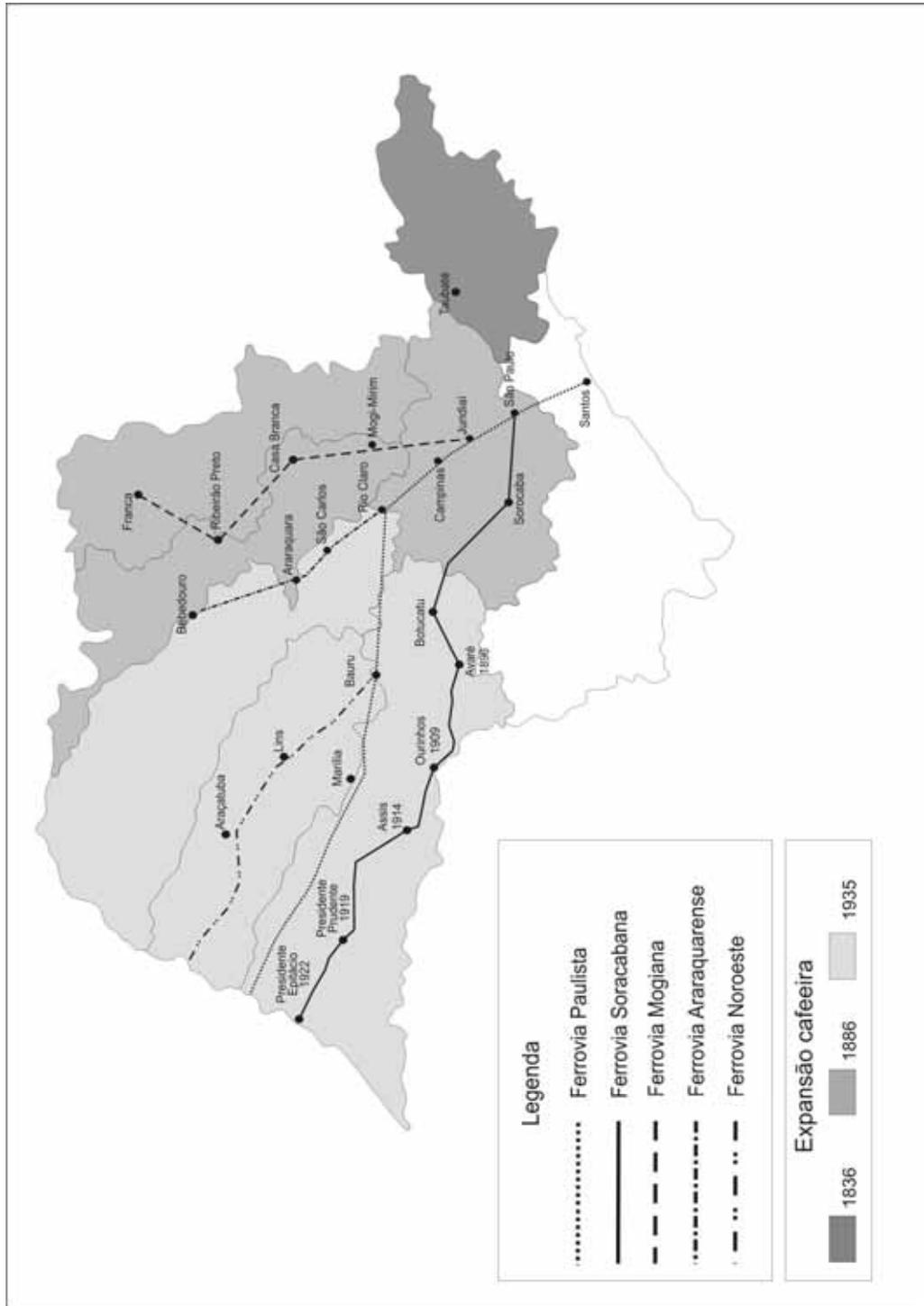
A expansão da lavoura cafeeira para região oeste do Estado trouxe ao governo paulista a necessidade de um mapeamento preciso das terras e de suas qualidades para que viabilizá-las à agricultura. Diante dessa questão, o governo paulista e a elite agrícola, acreditavam que a opção pela exploração científica pudesse resolver os problemas de mapeamento apontados pela economia cafeeira naquele momento.

Entre 1850 e 1930, todo o território paulista foi ocupado, “ até a última polegada” , pela lavoura de café ou pelos capitais oriundos da cafeicultura. O êxito dessa ocupação deveu-se a dois fatores: a extensão de “ terra roxa” , situada no vale do Paranapanema e nas escarpas de Botucatu; e a geografia que proporcionava um clima ameno, com altitudes médias que variavam entre 500m e 700m e relevo levemente acidentado – condições ideais para a lavoura.

Porém, a procura desenfreada pelas terras do oeste paulista também revelou o lado mais negativo do trato com a terra, pois muitos fazendeiros que corriam em busca das novas propriedades já haviam esgotado suas antigas fazendas pelo uso intensivo da agricultura ⁵⁸.

⁵⁷ MILLIET, Sérgio. Op. cit.; p. 18-27.

⁵⁸ MELONI, Reginaldo A. Op. cit.; p. 165.



Mapa 2: Esquema da expansão cronológica do café e da ferrovia

Diante das novas necessidades, era preciso criar mecanismos que pudessem dar respostas aos agricultores do Estado sobre o potencial de terras agricultáveis, a solução encontrada para as dúvidas foi a criação de uma Comissão Geográfica e Geológica, que pudesse atender às necessidades de exploração do território paulista.

Em 1886, portanto, o conselheiro João Alfredo de Oliveira Corrêa, em consonância com as necessidades dos agricultores paulistas, propõe a criação de uma comissão que desse conta de mapear o território, procurando aprofundar o conhecimento sobre as características geográficas e geológicas, sobre os recursos naturais disponíveis e sobre as vias de transporte que poderiam ser utilizadas na expansão da agricultura de exportação. Assim, o Conselheiro solicita ao americano Orville A. Derby a elaboração de uma proposta para compor uma comissão científica.

No mesmo ano, o Conselheiro João Alfredo apresentou sua proposta aos deputados paulistas na Assembléia legislativa, na oportunidade elogiou os avanços prodigiosos que a província estava obtendo nas últimas décadas, mas ressaltava que ainda havia muito a fazer.

[...] Sabem todos a extensão da província de São Paulo, e quanto ainda há coberto e por assim dizer desconhecido. Devem também saber, que é justamente nessa parte mais desconhecida da província onde a qualidade das terras se ostenta na sua maior uberdade; é justamente nessa parte onde se acha conciliados a uberdade da terra com o clima temperado, primeira condição de nossa principal lavoura, que é a do café. Entretanto, vêm-se os administradores da província embaraçados e embaraçadíssimos, por que seus próprios engenheiros fiscais também embaraçam-se pelo mesmo motivo, com a falta de conhecimento topográfico da província. Há um pedido de privilégio não se apresenta um mapa por que não há, e assim vai se contratando as vezes serviços com prejuízo até de direitos adquiridos, vai-se vetando a esmo os privilégios. Os engenheiros da província não podem levantar uma carta topográfica sem que façam para isso os necessários estudos, que demandam de um conhecimento geral, que só se pode obter por uma Comissão composta de homens profissionais,

devidamente habilitados com os indispensáveis instrumentos, com os quais possam se habilitar devidamente para um trabalho seguro e positivo⁵⁹.

Em outros momentos a necessidade de se explorar os extremos da província é alinhada aos interesses do capitalismo internacional, pois a natureza passa a ter um aspecto valorativo ao ser referenciada como “ riqueza” ; assim, imbuído da visão naturalista o conselheiro João Alfredo “ acreditava que era preciso realizar um inventário que pudesse dar *valor* às riquezas naturais” . Neste contexto, o nome de Derby aparece como o mais qualificado para responder às dúvidas dos agricultores⁶⁰.

Silvia Figuerôa diz que existiam três características fundamentais que conduziram a formação da Comissão: em primeiro lugar, existia a certeza por parte da elite agrícola de que as terras do oeste paulista eram uma região de vastos “ mananciais” de riqueza e prosperidade para a agricultura de exportação; depois, havia a urgência de um plano de ocupação do Estado, expandindo as áreas agricultáveis e a infra-estrutura viária para que a região fosse viabilizada economicamente; e, por último, havia a certeza depositada no cientificismo como instrumento da modernização⁶¹.

Assim, as razões que credenciaram Derby ao trabalho estavam justamente na experiência acumulada desde a sua participação ao lado de Charles Frederic Hartt, nas expedições Morgan, entre 1870 e 1871, até a instalação da Comissão Geológica do Brasil, em 1875.

O modelo proposto por Derby era fundamentalmente baseado em sua experiência de trabalho com Hartt e nos estudos das explorações americanas, em especial o *US Geodetic Survey* e *US Geological Survey*. De um modo

⁵⁹ Apud FIGUERÔA, S. **Modernos Bandeirantes**: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931). Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Letras. Universidade de São Paulo, 1987, p. 43.

⁶⁰ Idem. Ibidem, p. 56.

⁶¹ FIGUERÔA, Silvia. **As ciências geológicas no Brasil**: uma história social e institucional. (1875-1934). São Paulo. Hucitec, 1995. p. 164.

geral, os contratemplos da sociedade americana não se distanciavam muito daqueles encontrados na realidade brasileira, pois o fim da Guerra da Secessão deu um novo ritmo na economia, impulsionando a procura por novas terras no oeste americano; assim, as expedições geográficas e geológicas tinham por finalidade elaborar cartas “ exatas e minuciosas” do território e ainda classificar as terras quanto aos recursos minerais disponíveis, estrutura geológica, clima e, além disso, deveriam inventariar as terras públicas⁶².

Como já foi dito, nesse contexto, a Comissão foi estruturada com o intento de explorar as regiões extremas de São Paulo e de elaborar uma carta que atendesse aos anseios do governo e da elite agrária de expandir seus negócios. Segundo Silvia Figuerôa, “ a CGG tinha por finalidade a prestação de serviços e no atendimento das necessidades básicas pré-determinadas, sendo que a pesquisa básica e sistemática não passava pelo crivo do governo” ⁶³.

Frente às necessidades que se configuravam, quinze dias após a formação da CGG foi feita uma viagem entre os rios Itapetininga e Paranapanema. A expedição, chefiada pelo Eng^o Teodoro F. Sampaio – auxiliado por Francisco de Paula Oliveira e João Frederico Washington de Aguiar – visava sanar o desconhecimento de uma vasta região do Estado. O resultado foi exposto em um relatório que continha um conjunto de cartas topográficas, ricas em detalhes de toda a extensão dos rios explorados e um estudo geológico das margens e as melhorias que precisariam ser feitas para viabilizar a navegação.

Todos os apontamentos e o material coletado na viagem serviram posteriormente para publicações no Boletim da instituição sobre problemas diversos: como as condições climáticas, problemas de terras devolutas, o

⁶² FIGUERÔA, Silvia. **Modernos Bandeirantes**. p. 58.

⁶³ Idem. *Ibidem*, p. 72.

desenvolvimento da agricultura, os recursos naturais entre outros assuntos de interesse dos pesquisadores da instituição.

Entre os textos mais expressivos merece destaque o de Theodoro Sampaio, *Considerações geográficas e econômicas sobre o valle do rio Paranapanema*, publicado em 1890, no Boletim da CGG e o do naturalista Alberto Loefgren⁶⁴, sobre a constituição da flora paulista, que desempenhou papel fundamental para a primeira catalogação dos vegetais e suas potencialidades comerciais. Também merece destaque o dos geólogos Luis Felipe Gonzaga Campos e Francisco de Paula Oliveira, que fizeram as primeiras observações geológicas sobre a região do Vale do Paranapanema, destacando a formação de “ terra roxa” , nomeando-as formação Botucatu e Faxina e o estabelecimento dos primeiros estudos de estratigrafia⁶⁵ em São Paulo. Esses últimos resultados foram expressivos para as ciências geológicas, pois foram classificadas nove espécies novas de minerais⁶⁶.

Por quase duas décadas, a viagem empreendida por Teodoro Sampaio, foi o trabalho de maior envergadura da instituição e, passado o mesmo período a CGG não tinha produzido nenhuma outra exploração nas áreas do extremo oeste do Estado. Diante desse quadro, alguns profissionais ligados à Escola Politécnica de São Paulo passaram a criticar a falta de uma carta topográfica do território paulista e a ingerência exercida por Derby.

A oposição mais significativa à CGG era liderada pelo professor da Escola Politécnica de São Paulo, Francisco Bhering, que acreditava que os trabalhos da instituição usavam uma metodologia atrasada e ineficiente.

⁶⁴ LOEFGREN, Alberto. Contribuição para a flora paulista; região campestre. **Boletim da CGG**. São Paulo. 1890. n.º 5. p. 157-205.

⁶⁵ Estudo sobre a formação, e a sucessão, no tempo e no espaço, das seqüências de rochas de uma região, buscando-se determinar os eventos, processos e ambientes geológicos associados, o que inclui, entre outros, a determinação de fases de erosão ou de ausências de deposição.

⁶⁶ Cabe destacar o trabalho do geólogo Eugen Hussak, que teve participação nessa classificação geológica do estado. Ver FIGUERÔA, Silvia. **Modernos Bandeirantes**. p. 78.

Durante três anos, os debates travados entre Derby e Bhering ilustraram as páginas dos jornais *O Estado de São Paulo* e o *Comércio de São Paulo*, com acusações de ambos os lados.

Em 1905, muitas das críticas atingiram diretamente a administração da CGG, por isso o Secretário de Agricultura, Carlos Botelho, propôs transformações na instituição. Diante desse quadro, Orville Derby, não encontrando mais espaço, pede exoneração da instituição por não concordar com as mudanças instituídas⁶⁷.

Entretanto, cabe ressaltar que a queda de qualidade dos trabalhos da CGG estava ligada diretamente à administração pública que, ao longo dos anos, reduziu as verbas da instituição, conseqüentemente houve cortes de pessoal técnico e das expedições científicas. As desavenças entre a Comissão Geográfica e Geológica e a Escola Politécnica eram, antes de tudo, um embate entre metodologias científicas: a primeira, baseada no modelo geológico americano e a segunda em princípios franceses, assentado principalmente sobre o positivismo comtiano⁶⁸. Segundo Silvia Figuerôa:

A visão naturalista de Derby acabou, entretanto, por confrontar-se com os interesses mais imediatos das elites e do poder público de São Paulo. Após, quase vinte anos de trabalho, a CGG ainda não havia cumprido sua principal tarefa, explícita desde a sua criação em 1905, o chamado “sertão” de São Paulo [...] não se encontrava mapeado a fim de viabilizar e sua ocupação e exploração⁶⁹.

Com a saída de Derby, em janeiro de 1905, inicia-se um processo de profundas transformações no modelo científico da instituição. O princípio de uma ciência pura, isto é, a ciência pela ciência é substituída por uma de caráter mais pragmático. Nesse processo, a principal deficiência apontada

⁶⁷ FIGUERÔA, Silvia. **As ciências Geológicas no Brasil**. p. 193.

⁶⁸ FIGUERÔA, Silvia. **Modernos Bandeirantes**. p. 85-87.

⁶⁹ FIGUERÔA, Silvia. **As ciências Geológicas no Brasil**. p. 171.

pelos críticos de Derby, ou seja, a falta de resultados da CGG quanto aos “ terrenos desconhecidos” , começou a ser solucionada.

Frente a essas emergências, Carlos Botelho fez uma dotação orçamentária especial, que garantiu à instituição o início das explorações do sertão. Assim, entre os dias 10 e 24 de maio de 1905, saíram quatro expedições rumo aos rios Aguapeí-Feio, Paraná, Peixe e Tietê, cujos resultados foram apresentados em forma de relatórios e traziam em seu bojo um discurso mais pragmático, diferenciando-se das posições da primeira viagem, em 1886⁷⁰.

Segundo Silvia Figuerôa, nessas explorações pelo “ sertão desconhecido” :

[...] o tom do discurso textual é claramente triunfalista, em que se ressalta a ideologia burguesa de apropriação da natureza (ou seja, a apologia da Mãe-natureza exuberante, pródiga e inculta a espera de utilização econômica pelo Homem) bem como a supervalorização do papel da ciência nesse processo de transformação da *natureza em Recurso Natural*⁷¹.

Contudo, a conquista da natureza “ inóspita” e o fim da situação de “ barbárie” pela civilização foi o fio condutor dos trabalhos da CGG e, nos anos posteriores a sua fundação, as fronteiras do oeste paulista passaram a ser sistematicamente estudadas em proveito da economia cafeeira e, gradativamente, as lacunas que ocupavam lugar de destaque no mapa paulista deixaram de existir.

Porém, em muitos outros momentos, os trabalhos das duas instituições foram questionados por apresentar uma ciência mais teórica e de pouca aplicabilidade, distante da realidade mais imediata da agricultura. Na verdade, o que existia era um grande abismo a ser transposto pela ciência no Brasil, a

⁷⁰ FIGUERÔA, Silvia. **Modernos Bandeirantes**. p. 78. Ver também COMISSÃO GEOGRAFICA E GEOLICA. **Exploração do Rio do Peixe**. São Paulo. Typ. Rothschild, 1913.

⁷¹ FIGUERÔA, Silvia. **As ciências Geológicas no Brasil**. p. 198.

agricultura tropical ainda era pouco estudada e não existiam modelos de classificação de plantas, animais e nem de solos. Isso gerava a necessidade de inventariar o meio, estudá-lo e submetê-lo a experimentos mais precisos que pudessem dar subsídios mais eficazes de aproveitamento.

Todo esse processo de pesquisa poderia demandar décadas de estudos e investimentos, situação que não era aceita pela elite agrária paulista. Daí se justifica o fato dos pesquisadores Derby e Dafert nunca encontrarem respaldo dentro da classe dirigente paulista, que vislumbravam resultados mais efetivos em curto prazo.

Frente a todas essas demandas que emergiam, a conquista do extremo oeste foi crucial para que a expansão da lavoura cafeeira continuasse a proporcionar os fartos lucros que, até então, tinham alimentado os cafeicultores paulistas. Assim, as instituições deveriam dar suporte necessário e oferecer metodologias de trabalho que pudessem garantir a exploração e o inventário dos recursos disponíveis no território paulista.

Porém, no campo ideológico a CGG e o IAC enfrentaram problemas com a aplicação desses conceitos e princípios científicos, havia a resistência de acadêmicos nacionais, de alguns setores menos progressistas dos agricultores e de políticos brasileiros que as acusavam de difundirem conceitos incondizentes com a realidade brasileira.

Portanto, é possível concluir que agricultores, acadêmicos e políticos do Estado de São Paulo, ligados a idéias positivistas mais pragmáticas, professavam uma ciência aplicada e inspirada na Escola Militar do Rio de Janeiro e na Escola Politécnica de São Paulo. De tal modo que Thomas Skidmore alega que esse positivismo nacional:

[...] parecia atraente àqueles membros da elite que desejavam o progresso econômico sem mobilização social. Julgando a massa da população “despreparada” para participação plena da sociedade (devido ao analfabetismo, ao meio racial inferior etc.), achavam o aspecto autoritário do positivismo um modelo

de modernização, que explicava e justificava a continuada concentração do poder nas mãos da elite. A ênfase de Comte na família como elemento social básico era outra idéia atraente para aqueles brasileiros interessados na modernização, mas preocupados com o forte acento no individual que o pensamento liberal europeu introduzia e que implicaria, possivelmente, no enfraquecimento da família⁷².

Diante dos problemas de desenvolvimento do pensamento científico difundido nas duas instituições é presumível que o positivismo, mesmo não tendo grande respaldo da sociedade, exercia forte influência sobre os destinos dos cientistas e do modelo científico que deveria ser adotado e que a elite brasileira, associada ao militares dissemina um modelo ideológico conhecido como “ positivismo de quartel” . Sobre essa égide a República brasileira será fundada e se tornará hegemônica na aplicação de políticas e no direcionamento da pesquisa e da educação no país.

Segundo Benjamin Constant, era preciso basear nossa:

[...] educação nos princípios científicos, acessível (...) que este plano seja para o povo uma espécie de religião, contendo como dogmas de fé científica o maior número possível de princípios teóricos reduzidos a preceitos de imediata aplicações gerais a vida prática, e por assim dizer usuais e domésticas“ ⁷³.

Nesse contexto, de “ princípios teóricos reduzidos” , “ a CGG raramente foi encarada como uma instituição de pesquisa *stricto sensu*, ou seja, um órgão que tivesse suas funções inquisitiva e aquisitiva norteadas por políticas/planos de médio e longo prazo” ⁷⁴. Contudo, é possível compreender que sobre as ações e iniciativas propostas por essas instituições sempre pesaram mais as decisões políticas que vislumbravam respostas mais

⁷² SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p. 28-29.

⁷³ Apud. BARROS, Roque S. M. **A ilustração brasileira e a idéia de Universidade**. São Paulo: Editora da USP, 1959. p. 122

⁷⁴ FIGUERÔA, Sílvia. **Modernos Bandeirantes**. p. 123.

imediatas aos interesses de alguns grupos e, principalmente, aos interesses dos cafeicultores.

Assim, o projeto alçado por essas instituições científicas nas áreas fronteiriças do Estado visava “ apresentar” um mundo “ inóspito” com homens livres e índios em constante luta pela terra. A essas instituições caberia a “ nobre função” de conduzir à “ civilização” a terra dominada pela “ barbárie” , e de resto deveria revelar à sociedade as riquezas naturais.

O período entre 1886 e 1905, para a história da CGG, foi caracterizado por pesquisas importantes no interior paulista e por profundas mudanças na administração e no seu redirecionamento institucional. É também nesse período que a instituição responde as críticas e lança as últimas viagens ao extremo oeste paulista.

Ao mesmo tempo, os trabalhos produzidos nesse importante momento foram fundamentais para que os cientistas pudessem registrar suas impressões sobre a região do Vale do Paranapanema, descrevendo sobre seu olhar o modo de vida dos indígenas, as vilas, a população local, o comércio e os vários aspectos da vida cotidiana. Os outros exploradores, que vieram entremeio as explorações da CGG, também proporcionaram relatos importantes, e nos forneceram, na mesma dimensão, um panorama sobre a ação do homem no meio natural.

Ainda que, alimentados por uma visão oficial e elitista, é essencial salientar que esses documentos oferecem-nos uma perspectiva do embate do homem branco com o indígena, o conflito pela posse da terra, o processo de integração da região à economia cafeeira e atuação da elite agrícola paulista nesse momento histórico.

II

VIAGEM AO DESCONHECIDO

A região quase deserta, uma solidão completa onde a mata virgem com os seus rumores misteriosos domina por toda a parte, e uns tantos receios fundados na perspectiva de uma viagem perigosa e incerta geravam a nostalgia e talvez arrependimentos bem sinceros. Ao desânimo e arrependimento bem podia seguir-se deserções e não seria em sítios tão pouco habitados que havíamos de preencher as nossas fileiras rareadas.

Teodoro Sampaio, 1889.

Como já vimos, na segunda metade do século XIX, a busca por um modelo científico foi o ponto de convergência entre a CGG e o IAC. Tal modelo deveria atender às aspirações de uma elite agrícola que, ansiosa por expandir a produção, vislumbrava nessas instituições a possibilidade de modernização no manejo do solo e a conquista de novas fronteiras no território paulista – intenções clarificadas nos relatórios de exploração, nos artigos e nas opiniões dos técnicos, engenheiros e estudiosos ligados a esses órgãos.

Desta forma, para que o território brasileiro fosse conhecido e aproveitado economicamente foram necessárias apropriações de modelos científicos e de técnicas, formando um conjunto ideológico utilizado como base para a construção de discursos que justificavam a submissão de indígenas, das comunidades ribeirinhas e dos caipiras entre outros povos que viviam à margem do modelo de produção agro-exportador.

Os resultados desses procedimentos ultrapassaram os limites da mera observação, pois expressavam as ambições de uma elite que buscava a reafirmação do poder e a reprodução do capital financeiro nas áreas extremas do país.

Diante desse referencial, parece ser importante analisar os relatórios de viagens e os boletins informativos produzidos pelos órgãos em questão, observando os parâmetros utilizados na construção da idéia de região, suas imbricações com o mundo urbanizado e as dinâmicas sociais e políticas da fronteira agrícola no Vale do Paranapanema e procurando evidenciar como os viajantes e os exploradores construíram a paisagem a partir do olhar científico do século XIX, pois tais documentos apresentam ao mundo cosmopolita uma região marcada por violentos conflitos entre índios e brancos pela posse da terra. Ainda dentro desse contexto, não se deve esquecer que esses viajantes e cientistas respondem aos interesses do capital agrícola na região do extremo oeste paulista.

Tais documentos foram produzidos graças a esforços institucionais como da CGG e da Secretaria de Agricultura, cujos representantes foram engenheiros como Teodoro Sampaio e Cornélio Schmidt.¹ Quanto ao esforço individual merece destaque o trabalho de Edmundo Krug, que se tornou, ao longo de décadas, um importante referencial de pesquisa sobre o interior paulista, em especial, do Vale do Paranapanema.

O relatório de T. Sampaio foi publicado no Boletim da CGG, enquanto que o texto de Edmundo Krug, produzido em 1901 foi publicado somente em 1923, na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Por último, o diário de Cornélio Schmidt também foi publicado posteriormente, em 1941, nos Anais do Museu Paulista². De um modo geral, essas obras se diferenciam

¹ Cabe ressaltar que esses documentos se classificam em relatórios e diários de viagem, sendo este utilizado apenas por Cornélio Schmidt.

² O texto publicado nos Anais do Museu Paulista foi iniciativa do sociólogo Carlos Borges Schmidt, filho de Cornélio Schmidt.

daquelas produzidas pelos viajantes da primeira metade do século XIX, pois não eram amplamente difundidas, destinando-se a revistas especializadas. Atualmente esses documentos fornecem uma visão ampla da região, pois abordam os costumes e as tradições, as técnicas agrícolas, a dinâmica do comércio bem como os recursos disponíveis à manutenção da vida cotidiana.

Desta forma, o entendimento da perspectiva construída por esses autores se faz necessário, pois a análise desse material requer uma leitura aprofundada das afinidades científicas e políticas de cada autor com o contexto social em que seus documentos foram produzidos.

CIENTISTAS E VIAJANTES NO INTERIOR PAULISTA

Dentre os viajantes que estiveram nas fronteiras do oeste paulista, com certeza, nenhum teve a envergadura e o renome de *Teodoro Fernandes Sampaio (1855-1937)*.

Liberto da senzala no interior da Bahia, onde nascera e fora educado, vai para o sul do país e aprimora os conhecimentos que lhe permitiram entrar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1872. Antes mesmo de se formar, é contratado pelo Museu Nacional para prestar serviços gráficos. Lá, conhece o geólogo americano Orville Derby, importante amigo que o ajudou na sua formação e de quem, Teodoro Sampaio ressaltava o apoio, devotando-lhe gratidão: [...] “ pelo seu conselho, pela sua interferência oportuna. Devo-lhe muito do que sei e aprendi no grande livro da natureza, cujas folhas ele me ensinou a volver com amor e confiança” ³.

³ SAMPAIO, Teodoro Fernandes. Discurso na sessão solene do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Histórico da Bahia**. 42: 199, 1916. Apud. LIMA, Arnaldo do Rosário. **Teodoro Sampaio: sua vida e sua obra**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1981.

Após sua formação em 1877, o mesmo Derby o convida para a expedição ao Rio São Francisco – fundamental para que sua “ vocação de geógrafo, geólogo e naturalista viesse à tona” .⁴ Contratado como engenheiro de 2ª classe, elaborou uma série de considerações econômicas, geográficas e antropológicas durante esta viagem e, anos mais tarde, esses apontamentos resultaram em seu livro intitulado *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, uma das mais importantes análises do interior nordestino durante décadas, destacando-se como uma obra de geografia regional cujos apontamentos auxiliaram Euclides da Cunha na composição de *Os Sertões*.

Theodoro passa a ser reconhecido pelos seus pares e, com a constituição da Comissão Geográfica e Geológica em São Paulo, organizada por Orville Derby, ganha ainda mais notoriedade e, com apenas 31 anos, torna-se 1º Engenheiro e Chefe de Topografia da Comissão, assumindo a responsabilidade de explorar os Rios Itapetininga e Paranapanema. A viagem durou aproximadamente 130 dias, durante os quais foi percorrida a distância de 1.321 km. Suas análises, como na viagem do São Francisco, também privilegiaram os dados econômicos, geográficos e antropológicos.

Sua atuação em São Paulo foi além da CGG, destacando-se ainda como um importante intelectual no Estado, ao compor, juntamente com Antônio Toledo Piza, Cesário Mota, Horácio de Carvalho e Antônio Francisco de Paula Souza a Comissão responsável pela instalação da Escola Politécnica.

Outro momento também importante de sua carreira intelectual foi a publicação do livro *O Tupy na Geografia Nacional*, em 1901, que rapidamente se tornou referência nos estudos lingüísticos. Parte da obra foi composta a partir de seus apontamentos sobre o contato com várias tribos indígenas durante a viagem ao vale do Paranapanema, os quais foram depois divulgados

⁴ COSTA, Luís Augusto Maia. **O ideário urbano paulista na virada do século:** o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas. (1886-1903). Dissertação de Mestrado. FAU/USP, 2001. p. 24.

como compêndio no relatório de viagem apresentado ao Boletim da Comissão Geográfica e Geológica.

Sampaio ganhou espaço e prestígio na elite paulista e foi convidado para assumir, como engenheiro sanitário, a chefia do Serviço de Água e Esgoto da cidade de São Paulo, função que lhe permitiu ser parte ativa do replanejamento do sistema de esgoto e do abastecimento de água. Participou também da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da construção de hospitais, sanatórios e atuou diretamente na criação de uma legislação sanitária entre muitas outras coisas.

Em 1904, assume, junto ao governo da Bahia, a organização de uma empresa que fosse capaz de gerir a distribuição de água e o saneamento básico. Lá, experimenta uma intensa vida intelectual e profissional que o tornou uma das pessoas mais ilustres, culminando com a sua candidatura, a convite da elite, para deputado federal. Entretanto, eleito, teve uma passagem apagada nas cadeiras da Assembléia Nacional. Perto do final da vida, ainda assume alguns cargos como a administração da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.⁵

Conseguiu importante posição entre os intelectuais brasileiros e destacou-se como um dos maiores nomes da engenharia nacional, principalmente, pelas viagens de exploração. Renegado pela história, sua imagem está sendo resgatada nos últimos anos pelo Movimento Negro como um importante cientista brasileiro no século XIX.

Edmundo Krug (1871-1951) é o viajante menos conhecido e sua inserção na comunidade científica não se dá dentro de instituições como o IAC ou a CGG, talvez por isso, seus escritos passaram à margem dos debates em torno da ocupação da região. Embora Teodoro Sampaio e Edmundo Krug tenha

⁵ Idem. Ibidem. 28-31.

sido contemporâneos e membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, não existe nenhum debate ou crítica aos seus respectivos trabalhos.

Nascido em Campinas, em 28 de outubro de 1871, Krug sempre foi definido como um homem múltiplo. Em um recorte do *Correio Popular*, de Campinas, ele é apontado como engenheiro, historiador, folclorista, etimologista e antropólogo; enfim, um homem de cultura vasta, cuja formação em engenharia civil e agronomia se deu na Real Escola Técnica de Buxtehude e na Real Escola Técnica de Hannover. Durante alguns anos, lecionou no Mackenzie College, Colégio Anglo-brasileiro, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas e foi o fundador do Centro de Ciências e Letras de Campinas (CCLAC), também foi figura ativa na política paulista, atuando como mentor na revolução de 1932⁶.

Sua inserção científica se dá pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — (IHGSP), local onde publica seus primeiros escritos sobre o Vale do Paranapanema e Vale do Ribeira. Ainda esteve presente na fundação da Sociedade de Etnografia e Folclore⁷, criada por Mario de Andrade para reunir estudiosos das tradições folclóricas do país. Apesar de sua polivalência como intelectual, ele acabou sendo reconhecido mais pelos seus trabalhos ligados a cultura e ao folclore nacional.

Embora as viagens realizadas no interior do Estado tenham sido para locais desprestigiados pela cafeicultura como os Vales do Ribeira e o Vale do Rio Paranapanema, através de seus documentos de memórias é possível esboçar um perfil de um homem de múltiplos conhecimentos. Em sua viagem ao Paranapanema relembra que, ao descansar estava “palestrando sobre política e agricultura”.⁸ Na mesma viagem, declara sua paixão pela antropologia e preocupou-se em coletar material sobre as superstições do

⁶ Piauí, Francellino S. Campinas Bibliográfica 16. *Correio Popular*. 15/04/1973.

⁷ CENTRO CULTURAL SÃO PAULO. *Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. São Paulo. CCSP, S/D.

⁸ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. In. *Revista do IHGSP*. p. 405.

interior paulista, o que serviu como fonte para a publicação de duas obras: *Curiosidades da superstição brasileira e A superstição paulistana*⁹.

O texto de Edmundo Krug oferece características bem marcantes, que o diferem dos demais viajantes, pois apresenta um texto idílico, no qual defende a necessidade de um “plano racional”, ou seja, ele alimenta a idéia de que os recursos naturais deviam ser usados coerentemente, de acordo com os preceitos da moderna ciência e das exigências do capitalismo. Diante disso, acusa os moradores da região, o “boçal caboclo”, de cometer graves crimes de destruição da natureza, seja pela caça seja pela derrubada de árvores de extrema importância.

Diante desse estado acredita no poder público e na ciência como únicas instituições capazes de conduzir a região a se integrar à economia de mercado:

[...] não será possível que os homens sensatos do nosso bello paiz, de nosso querido Estado de São Paulo, incutam ao caboclo ignorante o espírito de conservação? não será possível crear-se uma lei que prohiba ao caboclo e ao lavrador a destruição inconsciente das nossas lindas florestas? não, o nosso povo roceiro ainda não entende isso, e emquanto a instrução publica e privada não introduzir no seu programma o ensino do bello e do util, nunca se effectuara esse meu ideal! [...]¹⁰

Nesse trecho, fica clara a preocupação de E. Krug com a vida do roceiro, qualificando-o como “nosso roceiro”, ao apontar a necessidade de

⁹ Possivelmente o gosto pelos temas antropológicos esteja ligado aos seus estudos na Alemanha e no final do século XIX o intercâmbio cultural que se estabeleceu com a etnologia alemã tinha laços profundos, com a presença de nomes como de Karl von Martius, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich, Max Schmidt, Theodor Koch-Grünberg e Fritz Krause. Além das referências a tais etnólogos, as obras sobre a expansão colonizadora têm como uma de suas principais características este tipo de descrição detalhada e atenção aos aspectos miúdos do real nas situações analisadas. FRANÇOZO, Mariana de Campos. **Um outro olhar**: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP, 2004.

¹⁰ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. In. **Revista do IHGSP**. p. 406.

uma instrução que desse conta de criar novas possibilidades de exploração do solo. De um modo geral, todo o seu texto, **As margens do Paranapanema**, é uma contemplação do mundo natural, no qual ele muitas vezes se indigna com a atuação irracional do homem, em especial o caipira e se mostra impressionado com as instalações das fazendas e com as lavouras cujos recursos de produção acompanham os passos da modernidade, ressaltando que deveria existir a “ *industrialização* das nossas riquezas” .¹¹

Embora Edmundo Krug tenha tido uma produção acadêmica ativa, com participação em associações especializadas e publicações em jornais e revistas do ramo, conforme atesta seu obituário, publicado na Revista do IHGSP, ele foi acometido de uma moléstia que o afastou dos trabalhos acadêmicos e o levou ao falecimento no dia 5 de outubro de 1951, em São Paulo¹².

Dentre as expedições que desbravaram os sertões a de *Cornélio Schmidt (1866-1938)* foi uma das mais longas e abrangeu quase todo o “ território desconhecido” . Esse também foi um dos observadores mais críticos quanto aos trabalhos realizados pela CGG, pois acreditava que era preciso acabar com os “ terrenos desconhecidos” .

Formado pela escola de Engenharia de Ouro Preto, dividia seus trabalhos entre a administração da propriedade agrícola, localizada na cidade de Rio Claro, os ofícios de engenharia e as longas excursões pelo interior, decorrentes do seu ofício no prolongamento dos trilhos ferroviários.

Segundo seu filho, Carlos Borges Schmidt, por volta de 1890, ele “ já freqüentava o Avanhadava. Cadernetas, datadas de 1890 e tantos outros documentos, assinalavam trechos do Tietê e apresentavam croquis do incipiente povoado do Salto do Avanhadava. Ali era seu centro, nas caçadas

¹¹ Idem. Ibidem. 405.

¹² CORDEIRO, J. P. Leite. Necrológio dos sócios falecidos em 1951. In. **Revista do IHGSP**. v. 50. ano 1953. p. 268-269.

anuais que realizava” .¹³ Ainda explorou vários rios em suas viagens, compondo mapas e cartas itinerárias de rios como Jacaré-Pepira e o curso médio do Tietê.

Cornélio Schmidt ganhou destaque pela polêmica criada com Orville Derby, chefe da CGG, em 1901. A divergência teve início com um artigo publicado por Derby, no qual procurava demonstrar que os trabalhos feitos pela referida comissão eram, até aquele momento, satisfatórios. Entre as obras destacadas por Derby, estava a exploração da região – realizada por Teodoro Sampaio – e a abertura da Estrada Boiadeira – por Olavo Hummel – empreendimentos que contribuíram para tirar o local do isolamento.

Contrariando as afirmações, Cornélio Schmidt escreveu um novo artigo, para o mesmo jornal, no qual mostra que os terrenos do oeste paulista ainda são “ desconhecidos” e que os trabalhos da Comissão ainda não foram suficientes para suprir a lacuna existente nos mapas paulistas. Essas afirmações partiam do conhecimento pessoal que Schmidt adquiriu da região em suas viagens, não deixando dúvidas que a área era “ inteiramente desconhecida e virgem de qualquer pegada de homem civilizado” ¹⁴.

Em 1904, mais uma vez Cornélio Schmidt voltaria à cena a frente de uma viagem de exploração pelo interior do Estado de São Paulo a pedido de seu amigo particular Carlos Botelho, Secretário da Agricultura. A proeza seria acompanhada pelo americano Thomaz Canty, pois o mesmo tinha por finalidade estimular a imigração de norte-americanos para a abertura de fazendas para produção agrícola. Segundo Silvia Figuerôa, o empreendimento não obteve sucesso, porém:

[...] o relatório que Cornélio Schmidt apresentou ao Secretário de Agricultura era animador quanto as potencialidades naturais e econômicas da região, e é possível que tenha contribuído

¹³ SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo. In. **Anais do Museu Paulista**. tomo XV. Ano 1961. p. 341.

¹⁴ Idem. Ibidem. p. 343.

favoravelmente para a decisão acerca da exploração dos “ terrenos desconhecidos habitados por índios” , classificação sobre a qual aparecia nos mapas boa parte do interior do Estado¹⁵.

Essa e outras viagens empreendidas por Cornélio Schmidt pelo interior do Estado fizeram dele um importante sertanista que se destacou ainda pela participação nas viagens de exploração da CGG pelos rios Feio-Aguapeí, Paraná, Peixe e Tietê.

O trabalho desses engenheiros representa parte no esforço de construir a região do Vale do Paranapanema, seus manuscritos, mapas, diários, entre outros documentos, foram registros que contribuíram para a compreensão desse panorama. Assim, gradativamente os órgãos oficiais vão traçando os limites da geografia regional e esboçando os aspectos econômicos, sociais e físicos. Essa montagem externa atendia aos anseios de uma classe dirigente que necessitava apresentar uma região, com sua composição física e econômica, dados essenciais para que se pudesse elaborar um plano de ocupação territorial, e, concomitantemente um projeto “ civilizatório” que afastasse a “ barbárie” das áreas extremas do Estado.

Esses documentos estiveram longe de ser decisivos na ocupação da região, porém, foram partes integrantes do projeto de sociedade nacional e poderiam ser utilizados em momentos difíceis para que se pudessem superar crises. Assim, é possível dizer que esses autores foram artífices da percepção e da construção de um espaço, delimitando-o, povoando-o, aos olhos da população urbana letrada, das agências estatais de colonização e da elite agrícola que projetava, nessas áreas, a oportunidade de expandir a lavoura cafeeira e/ou de incrementar seus negócios com a especulação imobiliária.

¹⁵ FIGUERÔA, Silvia. **As ciências geológicas no Brasil**: uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 196.

A GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

No dia 22 de maio de 1886, o jovem engenheiro Theodoro Sampaio, saindo da cidade de Itapetininga, partiu em uma expedição que iria percorrer 1.321 km durante quatro meses e cinco dias, pelos rios Itapetininga e Paranapanema. A empreitada contou com participação dos engenheiros Francisco de Paula Oliveira e João Frederico Washington e mais 11 homens para ajudar na transposição dos barcos e na navegação¹⁶.

A viagem foi marcada por uma série de contratempos como transposição das cachoeiras, falta de recursos, principalmente a dificuldade de aquisição de alimentos e o perigo do embate com os indígenas¹⁷. Apesar dessas dificuldades a expedição conseguiu produzir excelentes resultados, como, por exemplo, um relatório da exploração agrícola da região, um estudo de estradas e caminhos do sertão e a planta geral do Rio Paranapanema e mais 25 cartas detalhadas que continham informações dos seus principais afluentes. O relatório ainda foi contemplado com um estudo das principais características geológicas e topográficas de toda a extensão do rio, sendo, durante anos, referência para estudos da região e para outras explorações fluviais. Além disso, a viagem teve a preocupação de coletar dados físicos e sociais, que renderam, posteriormente, estudos sobre geologia e geografia física e humana.

¹⁶ O número de homens citado acima é exatamente no momento em que a expedição sai de Itapetininga, segundo T. Sampaio, seria preciso mais homens, mas poucos se aventuravam rio abaixo com medo de índios e animais selvagens, somente em Piraju que ele encontrou reforços de homens para continuar a descida. SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis: Vozes. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. p. 108.

¹⁷ A expedição comanda por Teodoro Sampaio não registrou nem um embate com índios, porém ele destaca que, logo após sair de Salto Grande, “ sempre conseguimos ahí alguma polvora e um pouco de farinha por alto preço, e uns poucos generos insuficientes para uma viagem atravez de uma região totalmente deserta e infestada de indios como a que iamos agora percorrer” . Idem. Ibidem. p. 110.

Na virada do século XIX, embora o conhecimento geográfico ainda não estivesse institucionalizado no país, já havia a elaboração de conceitos que se referiam à relação do homem com o meio natural, os quais eram difundidos nas escolas de engenharia e outras instituições. Desta forma, as Comissões Geológicas desempenharam papel importante na difusão do pensamento geográfico no país e, conseqüentemente, a expedição de Teodoro Sampaio constitui-se um passo significativo no desenvolvimento dessa ciência.

Segundo Robert Moraes, o trabalho “ geográfico liga-se diretamente com a produção do espaço, sendo um dos seus subsídios essenciais do planejamento [...] a geografia oferece modelos discursivos de interpretação do real”¹⁸. De um modo geral, essa perspectiva, aberta pelos estudos geográficos, atende aos anseios de um governo autoritário, que, visando a concentração do poder, alça um projeto de expansão e ocupação do território brasileiro que possa sedimentar e promover a expansão do modelo econômico e político então vigente. Dentro do contexto paulista de expansão das fronteiras, essas idéias chegam com entusiasmo e atendem aos anseios de setores agrícolas, que visavam utilizar ao máximo o território na expansão das lavouras cafeeiras e na diversificação dos lucros em outras atividades como a exploração de imóveis e criação de gado bovino.¹⁹

Uma das características do desenvolvimento das ciências em terras brasileiras foi uma aproximação das idéias positivistas com setores mais conservadores da sociedade, enquanto que idéias socialistas e liberais, que

¹⁸ MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias geográficas**. São Paulo. Annablume; Hucitec, 2002. p. 112.

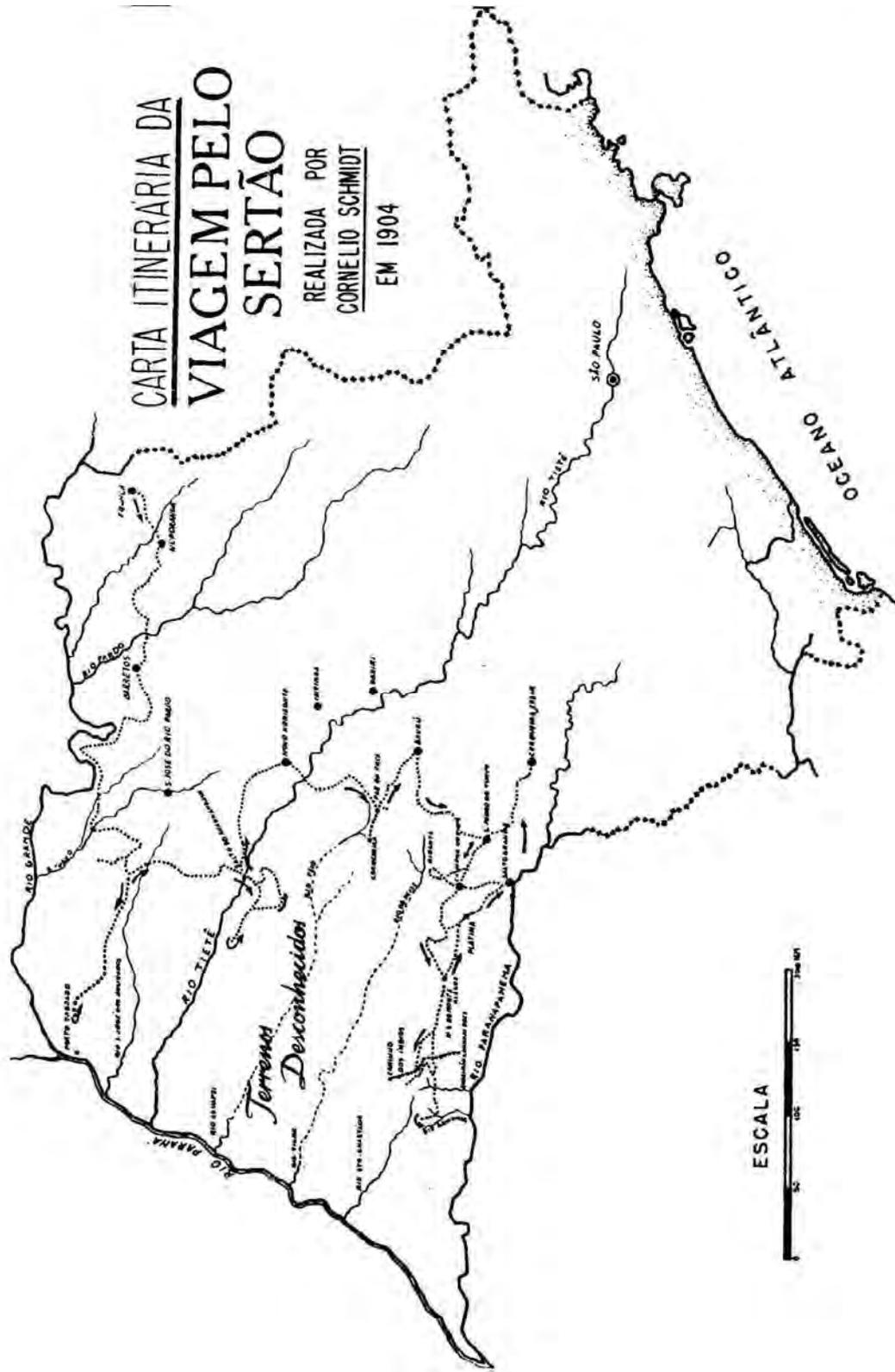
¹⁹ Robert de Moraes afirma que a idéia do expansionismo elaborada por Friedrich Ratzel irá encontrar ressonância nos meios acadêmicos nacionais. Segundo o autor falta um trabalho mais apurado das idéias ratzelianas no Brasil, pois o estudo do meio e da raça são grandes paradigmas da história nacional e as teorias de expansão territorial poderiam encontrar um campo muito profícuo para pesquisas. Idem. Ibidem, p. 116. Cf. também MORAES, Antonio Carlos R. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: RATZEL, F. **Geografia**. São Paulo. Ática, 1990. p. 07-27. _____ **Contribuição para uma historia critica do pensamento geográfico**: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel.. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo, 1983.

poderiam promover transformações mais estruturais, não encontraram respaldo nos meios acadêmicos. Assim, a “ geografia brasileira, [...] aparece nesse quadro como atividade da ‘ escola normal’ e, do ponto de vista da pesquisa, como ocupação de engenheiro”²⁰.

Mesmo que os trabalhos “ geográficos” fossem desvinculados de análises mais profundas e ainda estivessem atrelados ao ofício de engenharia, resumindo-se a explorações territoriais – nas quais se ocupava dos levantamentos fluviais, classificação de solos, estudos geológicos, estudos climáticos, confecção de cartas topográficas, etc. – a viagem da Comissão Geográfica e Geológica foi um marco da ciência paulista, pois se tornou pioneira entre os trabalhos exploratórios liderado por um cientista brasileiro e além de preencher em parte a lacuna geográfica que se delineava entre os rios Paranapanema e Tietê ampliou significativamente o conhecimento do território paulista e proporcionou o entendimento do processo de colonização, dos grupos sociais envolvidos, da economia e da política de ocupação das terras.

Mesmo depois da viagem empreendida pela CGG, a polêmica em torno dos “ terrenos desconhecidos” ainda persistiu e, em 1901, Cornélio Schmidt, diante desse debate, produziu uma nova delimitação geográfica para região, na qual buscava limites mais precisos para definir a grande lacuna que ocupava o Estado de São Paulo (ver mapa 03). Segundo ele esses limites eram:

²⁰ MORAES, Antonio C. R. **Ideologias geográficas**. p. 116.



Mapa - 03. Viagem empreendida por Cornélio Schmidt, em 1904, a viagem foi realizada durante 76 dias, partindo da cidade de Franca e terminou em Cerqueira César, ponto final da Estrada de Ferro Sorocabana.

[...] pelo N. a margem esquerda do rio Tietê até a sua confluência com o Paraná. Pelo oeste desde esta confluência até a barra do rio Santo Anastácio, no mesmo Paraná aos 9° 50' , mais ou menos de latitude sul. Pelo sul seguindo as vertentes do Santo Anastácio até as cabeceiras do Ribeirão Laranja Doce e deste ponto subindo a Serra dos Agudos para seguir pelo seu chapadão até as fronteiras do Rio Feio mais ou menos entre 7° e 15' de longitude O. do rio. Deste ponto ligue-se uma linha que corte a Serra dos Agudos na sua bifurcação que forma as vertentes do rio do Peixe, ficando esta linha equidistante das cabeceiras do Rio Feio e da Confluência do Rio dos Bugres e vá terminar no Salto do Avanhadava.

Os esforços de Teodoro Sampaio e Cornélio Schmidt²¹ visavam a demarcação do local para que a região passasse a figurar nos mapas. Porém, não tinham como objetivo ser uma missão salvadora, não se pretendia incluir o vasto território do oeste paulista por benevolência do poder público, mas era preciso dar exterioridade aos recursos naturais, à terra e suas qualidades, e isso tudo aconteceria para a inserção da região na economia cafeeira.

Segundo Teodoro Sampaio, o Vale do Paranapanema compreendia um território que abrangia as porções paranaense e paulista, e totalizava 109.000 km², estendendo-se desde a Serra do Mar, rumo ao oeste, até desaguar no Rio Paraná. Porém, ele estudou somente a parte do território paulista – aproximadamente 27.400 km², quase um quarto do território – cujas características eram muito distintas, tanto geológica como socialmente. O povoamento da região se estendia por quase toda a área estudada e somente na jusante da cidade de Salto Grande os povoadores tornavam-se mais escassos, predominando uma ocupação de agricultores com pequenas roças de subsistência e índios.

²¹ A descrição feita por Cornélio Schmidt foi realizada posteriormente a viagem de Teodoro Sampaio, em 1906, assim ele exclui toda a região que margeia o rio Paranapanema. SCHMIDT, Cornélio. Terrenos desconhecidos. **O Estado de São Paulo**. 15 de dezembro de 1901.

Por baixo do Salto Grande pode-se considerar a região como quase desconhecida; raros comerciantes, que na época das enchentes animam-se a descer o rio, alguns caçadores que se embrenham nas matas em longas excursões de passatempo, são os únicos visitantes desta região que o Paranapanema atravessa nesta parte inferior de seu curso²².

Além do propósito de exploração, a viagem tinha a preocupação de analisar a navegabilidade do rio. Com isso, uma melhor caracterização do referido espaço tornou-se imperativa. Por isso, Teodoro Sampaio propõe a divisão do Rio Paranapanema em cinco setores, cujos parâmetros de classificação foram os fenômenos geográficos do rio, desde a sua nascente até a foz.

1º Das cabeceiras até a Barra do Gareí; 2º do Guareí á Cachoeira do Jurimirim; 3º do Jurimirim ao Salto Grande; 4º do Salto Grande a Barra do Tibaji; 5º do Tibaji a Foz do Paraná.

O primeiro e o segundo blocos corresponderiam aos trechos mais acidentados, fato que impossibilitaria a navegação; o terceiro seria de acidentes geográficos acentuados, mas com a possibilidade de obras para superar os desníveis do rio. Abaixo do Salto Grande a possibilidade de navegação só seria viável a partir da Barra do Rio Tibaji, onde o rio é relativamente calmo e com poucas corredeiras que poderiam ser transpostas com maior facilidade e baixo custo.

Durante alguns anos, cogitou-se a possibilidade de se fazer uma ferrovia que pudesse ser integrada com a navegação fluvial, chegando até Salto Grande e interligando-se com um sistema de navegação fluvial envolvendo os rios Paranapanema, Paraná e Ivinhema, atingindo a Vila de

²² A sugestão de se usar o Rio Paranapanema como via de transporte não é algo muito comum, pelo relato de viajantes como E. Krug e C. Schmidt é possível perceber um complexo sistema de estradas e trilhas que cortam o “sertão” paulista. SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. p. 108.

Miranda, no Estado do Mato Grosso²³. Depois de alguns anos, analisando os apontamentos feitos pela CGG, os engenheiros da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) decidiram pelo abandono da navegação e a ferrovia avançou pelo espigão entre o rios Paranapanema e do Peixe.

Durante muitos anos, os trabalhos de reconhecimento geológico e geográfico feitos pela CGG foram o referencial de classificação, e serviram para outros estudos, incluindo aqueles destinados ao aproveitamento hidrelétrico do rio em meados do século XX.

Nas duas últimas décadas, as políticas públicas em torno do rio impulsionaram os municípios e o governo estadual a repensarem uma nova divisão do rio, optando pela diminuição dos setores e dando a seguinte classificação: Alto Paranapanema, Médio Paranapanema e Baixo Paranapanema, sendo mais utilizada correntemente pelo Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH), para implantação dos projetos²⁴.

Da mesma forma, a CGG realizou também a classificação do território regional em três ambientes com formações geográficas e geológicas distintas, dividindo-o da seguinte forma:

Cerca de metade desse território consiste em *campos*, a porção média adjacente, ao curso do rio e abrangendo a zona mais baixa, dos principais afluentes é a *região da mata*, a cordilheira marítima nas cabeceiras, a serra do Espírito Santo, a da Fartura, a de Botucatu, a dos Agudos, e a de todo espigão divisor dos Valles do Paranapanema e Tietê são as *terras altas*²⁵.

²³ SAMPAIO, Teodoro. Considerações Geográficas do Valle do Paranapanema. **Boletim da CGG**. São Paulo. n. 4, 1890, p. 38.

²⁴ Os estudos realizados pela CGG foram durante anos referência para vários outros projetos relacionados ao rio. Cabe destacar os estudos para implantação da Hidrelétrica de Salto Grande, em 1929, realizado pelo Serviço Geológico e Mineralógico, sob a coordenação do Eng. Raimundo Ribeiro Filho. GIAVARA, Eduardo. **O sonho iluminado**: a hidrelétrica de Salto Grande, memória e representação. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras. UNESP. Assis, 1983. p. 138.

²⁵ SAMPAIO, T. Considerações Geográficas do Valle do Paranapanema. p. 6.

Naquele momento, a elaboração de um subzoneamento seria importante para que a região fosse apresentada de forma mais clara aos leitores, a fim de que eles pudessem construir um panorama mais preciso sobre a ocupação do solo e delinear as características físicas e as potencialidades naturais a serem desenvolvidas.

A região encontrada por Teodoro Sampaio e sua comitiva ainda tinha uma paisagem rica em vegetação e fauna, características que contribuí para uma análise mais apurada do meio ambiente. O primeiro domínio geográfico descrito por T. Sampaio é a *Região da Mata*, extensiva por quase toda a Bacia do Paranapanema, que corresponde quase a um terço de todo o vale, com a qual ele teve mais contato. A formação geológica dessa região é composta por basalto, espécie de rocha que surgiu na superfície terrestre em decorrência de erupções vulcânicas e cuja decomposição deu origem a uma terra de cor avermelhada, popularmente conhecida como “ terra roxa” , que atinge uma grande da margem paulista do Rio Paranapanema, alguns afluentes e quase toda a planície paranaense.

A “ terra roxa” , de excelentes qualidades agrícolas, tem um solo argiloso propício à retenção da água e de nutrientes, elementos importantes para que este domínio tivesse florestas com troncos espessos, cuja altitude variava entre vinte e trinta metros. A excelente qualidade da terra e a densa vegetação proporcionaram a formação de uma camada de húmus, suficientemente rica para que os primeiros agricultores não precisassem dispensar maiores cuidados com no manejo da terra. Do lado paranaense, a formação basáltica, também possibilitou que a “ terra roxa” proporcionasse o surgimento de florestas de araucária por quase todo o território. Segundo o mesmo relatório, ainda era possível encontrar outras ocorrências geológicas

de “ terra roxa” nas terras altas, aproximadamente entre 600 e 800 metros de altitude²⁶.

Edmundo Krug, ao atravessar pelas “ terras roxas” do oeste paulista, também se deparou com exuberantes florestas e ressaltava que, próximos aos ribeirões e rios, as matas se apresentavam com uma “ vegetação vigorosa” ²⁷ .:

Ao longo do rio em ambas as margens o solo é riquíssimo, a rocha originária da tão afamada terra roxa emerge a cada instante no leito do rio e nos terrenos vizinhos. A mata virgem oferece aos conhecedores da boa terra os indícios mais incóspuos da sua superioridade: a *figueira branca* com raízes colossais, o *paó d’ alho*, a *peroba* com grossos troncos lineares, a *cabreuva*, o *cedro*, a *chimbuva*, *guarahitá*, o *jatahy*, *jacarandá* são ali árvores gigantescas. Enorme variedade de cipós ou planta sarmentosas faz através da mata uma rede impenetrável. Grande abundância de orquídeas e de bromélias cobrem troncos envelhecidos, enquanto da massa espessa de folhagem se levantam esbeltas e lindíssimas palmeiras de que também há aqui grande variedade²⁸.

Em outro momento de sua excursão ressaltava ainda que o vigor da floresta não estava somente nas árvores, mas nas cores e nos perfumes produzidos que impregnavam os sentidos:

O solo quasi que exclusivamente de terra roxa [...] As matas são de superior qualidade: árvores grossas e gigantescas abundam, causando verdadeiro pasmo. [...] Aqui se vê um belo e florescente ipê, cujo cerne é duríssimo. [...] Mais adiante depara-se com um enorme Jataí seguindo-se algumas caviúnas, saguarajis e diversas canelas. [...] Mas o cheiro que impregna a atmosfera e insuportável, é acre e semelhante a que exala o

²⁶ Idem. Ibidem. p. 12-13.

²⁷ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 378.

²⁸ SAMPAIO, Teodoro. Considerações Geográficas do Valle do Paranapanema. p. 13.

alho, fazendo nos perceber terrenos de superior qualidade: e o pau d' alho, a jurema, donde emana o aroma irritante²⁹.

Se as terras próximas ao leito do rio demonstravam todo esse vigor, em contrapartida, a baixa altitude acabava por desestimular as lavouras de café que necessitavam de altitudes maiores para a livrarem das geadas³⁰. Segundo E. Krug, em um futuro próximo essas terras mais baixas seriam uma grande reserva para lavouras de cereais, pois suas qualidades estimulariam os agricultores a diversificarem sua produção agrícola³¹.

Apesar das prodigiosas qualidades que tomava conta de quase toda região de “ terra roxa” ainda se usava técnicas antigas para se aferir a qualidade da terra. Desta forma, o padrão de riqueza da floresta era medido pela presença de algumas espécies de árvores – como o pau d' alho, jurema, etc. – e pela espessura da camada de húmus cuja medida mais usual “ deveria ser suficiente para um homem afundar nela até o meio da barriga da perna” , aproximadamente 88 cm, mas, segundo Warren Dean, muitos “ fazendeiros novatos” desconheciam as qualidades da terra e ignoravam

²⁹ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 386. Segundo a literatura do século XIX, o pau d' alho talvez tenha sido o padrão por excelência para se mensurar a qualidade do solo. A árvore ainda foi muito usada na fabricação de canga de boi, por ser madeira leve, e as folhas continham qualidades medicinais usadas no tratamento de lombriga. A condição de “ padrão” foi à garantia da sobrevivência da árvore e, muitas vezes, ocupava sozinha a vasta paisagem do campo. ZOCCHI, Paulo. **Paranapanema: da nascente a foz.** São Paulo. Audichromo, 2002. p. 89; DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo. Cia. das Letras, 1996. p. 197.

³⁰ Cornélio Schmidt ao chegar à cidade de Salto Grande do Paranapanema visita algumas fazendas de café próximas ao rio e destaca que a produção tem sido de excelentes resultados. Porém, próximo ao Rio Novo, uma plantação com aproximadamente 80.000 pés de café não escaparam aos efeitos da geada. Da mesma forma, é muito comum ao longo de seu percurso descrever os efeitos que as baixas temperaturas têm causado a região. SCHMIDT, Cornélio. Op. cit.; p. 445-6.

³¹ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 378. Os apontamentos feitos por E. Krug se concretizaram, anos mais tarde, com a consolidação da economia com a chegada da Estrada de Ferro. Pierre Monbeig ao estudar a região do médio Paranapanema, destaca que as “ terras roxas” , localizadas próximas ao Rio Paranapanema, eram excelentes produtoras de grãos e, em especial o milho. MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo. Hucitec, 1984. p. 78.

conhecimentos já acumulados com o trato da terra, assim, aprenderam com a experiência e deixaram os saldos negativos contabilizados para a Mata Atlântica³². Assim, em algumas propriedades no Vale do Paranapanema era comum os proprietários deixarem algumas árvores no meio do campo devastado, não por benevolência, mas por se tratar de referências que pudessem servir na hora de negociar o imóvel.

Em contraposição a exuberância das matas de galeria, o **campo**, cujas características eram bem distintas, foi a região mais apreciada pelas frentes pioneiras, devido à altitude ideal para o cultivo de café, à vasta planície que se ajustava aos interesses de criação de gado e à facilidade de preparo do solo para agricultura.

A região, conhecida também como cerrado devido à vegetação específica do oeste paulista, concentrava um ecossistema diversificado, cuja flora se apresentava de forma gradual, variando do “ campo sujo ” – com capins rasteiros e arbustos pequenos e esparsos — até o “ cerradão ” – caracterizado pela presença de árvores de raízes profundas com tronco longos e finos³³. (ver Figura 1).

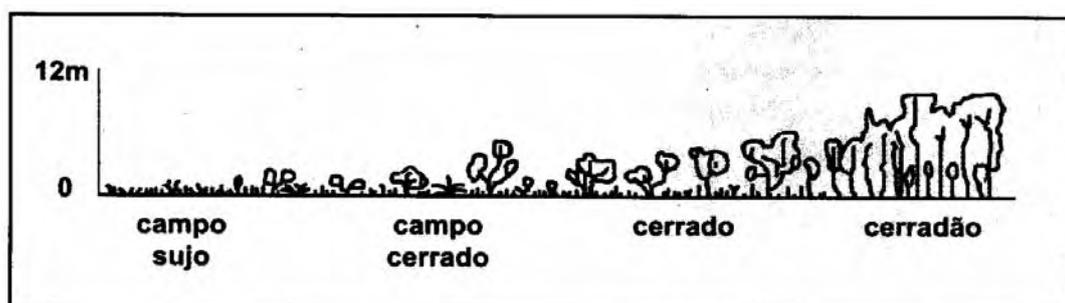


Figura 1 – Representação esquemática do gradiente fisionômico da vegetação de Cerrado³⁴.

³² DEAN, Warren. Op. cit., p. 197.

³³ Cf. AB' SABER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003; DURIGAN, G. et. ali. **Manual para recuperação da vegetação do cerrado**. São Paulo. Paginas & Letras, 2003. p. 2.

³⁴ DURIGAN, G. et. Al. Op. cit. p. 2.

Com a abertura das terras, a economia cafeeira nos primeiros anos do século XIX trouxe para a região muitos agrimensores para trabalharem no parcelamento das terras. Entre os que chegaram está o engenheiro e agrimensor Bruno Giovannetti, vindo da Itália, em 1914, e contratado pela empresa de José Giorgi, para auxiliar na expansão dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, de Salto Grande até as barrancas do Rio Paraná. Sua vinda para o Brasil lhe proporcionou o contato com a natureza “ exuberante e incólume” e, em muitos aspectos, diversa da geografia italiana. Empolgado pela paisagem, relatou suas impressões sobre a natureza e os homens em jornais da região, da capital e, até mesmo, em alguns periódicos italianos³⁵. Assim, ao se deparar com os campos, vê, nessa vegetação, a impossibilidade de se auferir algum lucro com a prática agrícola.

Os campos ocupam largas extensões em nossa zona. Praticamente inexplorados, alimentam apenas escassas cabeças de gados. Denominamos campos as terras fracas, cobertas de macega, com raros arbustos ressequidos, e com enormes manchas de areia branca que alcançam, em certos lugares, áreas extensas. A vegetação primária é o cerradinho com palmeira acaule “ indaiá” e moitas de bromeliáceas.³⁶

³⁵ Segundo o pesquisador José Antonio Tobias, os jornais regionais em qual Bruno Giovannetti colaborou são: A Comarca, Paraguaçu Paulista; Correio de Quatá, Quatá; Jornal de Tupã, Tupã; O Imparcial, Presidente Wenceslau; Diário Paulista, Marília; Jornal de Assis; Assis. Entre os da capital paulista estão: Fanfulla, Il Piccolo. Na Itália colaborou com os periódicos *La Carfagnana*, de 1915 a 1933, *Varietas* e *O messagero di Luca*. TOBIAS, José Antonio Tobias. **História de Campos Novos Paulista**: capítulos de boca de sertão do Paranapanema. Marília. Editora da Unoeste, 1990. p. 114.

³⁶ GIOVANNETTI, Bruno. **Esboço histórico da Alta Sorocabana**. São Paulo. Revista dos Tribunaes. S/D. p. 18. Os cerrados durante as primeiras décadas do século realmente eram vistos como improdutivos e sua função básica era a pecuária extensiva e o fornecimento de lenha e carvão. Essas atividades apesar de não serem altamente degradantes foram durante décadas as principais atividades que colocaram fim a grande parte do cerrado no Estado de São Paulo. Nas duas últimas décadas, a expansão agrícola e o uso de tecnologias tem sido os grandes agentes da degradação ambiental que colocou fim ao cerrado em extensas áreas de São Paulo e na região centro-oeste. O problema acendeu a necessidade de preservar o meio ambiente, pois novas pesquisas demonstraram que o cerrado é um importante ecossistema rico em biodiversidade e fundamental para manutenção da vida terrestre. DURIGAN, G. Op. cit., p. 1

No Estado de São Paulo, os **campos** se estendiam por uma planície que ocupava quase todo território paulista e ainda se expandia para Estados vizinhos, principalmente, Mato Grosso e Minas Gerais. Na região do vale do Paranapanema, a altitude média variava entre 450 e 750 metros, cujas planícies só eram interrompidas pelos rios e afluentes, que faziam profundos sulcos na terra e formavam uma rica mata ciliar. Com as amostras de solo recolhidas pela CGG, foi possível elaborar a primeira classificação geológica da região, o que auxiliou os técnicos a concluir que o solo regional poderia ser dividido em dois complexos: o “ solo arenoso” – predominante nos **campos** – e o “ solo argilo-arenoso” – composto basáltico que deu origem a “ terra-roxa” , predominante nas margens do Paranapanema e se espalhava por toda a planície paranaense.³⁷

Apesar das áreas de **campos** serem destacadas como uma grande reserva para o futuro, ainda existiam problemas de erosão e lixiviação, não mencionados nos relatórios da CGG. Porém, as conclusões que a Comissão chegou sobre os “ solos arenosos” , se tornaram, em poucos anos, insuficientes para explicar as qualidades físicas e os cuidados técnicos que se deveria dispensar ao manejo do solo.

Em 1949, Pierre Monbeig, usando as classificações de José Setzer, indicava uma nova classificação para os solos do oeste paulista. Dentro dessa nova composição, o “ solo arenoso” era apresentado em um grande grupo denominado “ Arenito Bauru” , porém o que se acrescenta é uma subdivisão em: Formação Bauru Superior e Formação Bauru Inferior³⁸.

³⁷ SAMPAIO, Teodoro. Considerações Geográficas do Valle do Paranapanema. p. 15.

³⁸ MONBEIG, Pierre. Op. cit., p. 78. Atualmente, o uso dessa classificação está ultrapassado, pois muito se tem produzido sobre a classificação dos solos em todo Brasil. O critério de adoção desses dados foi em virtude da obra de Pierre Monbeig concentrar informações relativas ao processo de ocupação do território e às variáveis ambientais presentes na região.

As conclusões de Pierre Monbeig apontavam para a Formação Bauru Inferior, presente em quase toda a extensão do Vale do Paranapanema, cuja constituição é de solos arenosos quase que inóspitos à prática agrícola. A extrema permeabilidade faz com que a água da chuva promova o processo de lavagem, retirando os nutrientes da superfície e movendo-os para as camadas mais profundas. Outra deficiência é a falta de calcário, minério presente em alguns tipos de solos arenosos, que acarreta a presença de produtos tóxicos como o alumínio e o aumento significativo da acidez, empobrecendo a lavoura. Contudo, a maior preocupação com os solos arenosos é a sua grande suscetibilidade às erosões, fato que demanda um cuidado maior com o manejo agrícola e exige a aplicação de curvas de nível e a manutenção de uma cobertura vegetal próxima às encostas dos rios para que se evite danos irreparáveis³⁹.

Apesar da inexistência de uma classificação e de uma sistematização dos cuidados que o agricultor deveria ter com o manejo do solo, os documentos possibilitaram observar que os primeiros habitantes já apresentavam sinais do manejo incorreto do solo, provocando a erosão de áreas. Em 1905, Edmundo Krug, ao passar próximo a Campos Novos do Paranapanema, depara-se com um desses acidentes e descreve-o da seguinte forma:

Depois de algumas horas de viagem, chegamos aos campos de Campos Novos de Paranapanema onde ainda tive ocasião de ver uma extensa vassároca que surprehendeu por demais o meu companheiro de viagem.[...] Qual não foi a surpresa do bom velho, quando em logar da fonte de agua, deparou com um enorme buraco de 30 metros de profundidade, 100 de largura e mais ou menos 300 a 400 metros de comprimento! Achavamos-nos deante de uma *vassároca*, deante de uma desta formações geológica modernas, de um destes enormes buracos carcomidos pelas pequenas aguas em logares arenosos, que tendem a crescer enormemente em poucos anos, caso o terreno no qual

³⁹ Idem. Ibidem, p. 80.

ellas se acham seja composto de elementos soltos e movediços. Estas areias finas e desprendidas destes logares vão depositar-se em as beiras do rio ou em caldeirões dos mesmos, engargantando, conseguintemente, o leito deste, ou actuando sobre as enchentes. Beiras de rios nos quaes se depositam-se taes sedimentos são, nos tempos de chuvas, muito flageladas pelas enchentes, sendo este o motivo porque sahir do Rio Paranapanema muitos metros alem do seu leito nos tempos chuvosos, pois *vassarócas* não são raras nos cerrados pelos quaes transitei e esta areia não se deposita immediatamente, rola levada pelas aguas dos riachos para longe.⁴⁰

A falta de habilidade no tratamento com esse tipo de solo também pode ser observada nos trabalhos realizados na Estrada Boiadeira, pelo engenheiro Olavo Hummel, em 1893, pois, em poucos anos, muitas das pontes construídas para passagem do gado vindo do Mato Grosso estavam destruídas em decorrência do solo arenoso⁴¹.

Mesmo diante de todos esses percalços, as conclusões de T. Sampaio, acerca dos campos foram positivas, pois ele acreditava que num futuro próximo a região poderia se tornar um importante celeiro, o qual deveria ser usado quando o homem pudesse dispor de tecnologias para que o meio não fosse totalmente degradado. Por isso, afirma que:

Os campos são na realidade reservas do futuro, serão um dia o teatro de uma lavoura mais inteligente e racional, quando o coefferente da população relativa deixar de *ser* uma fracção para se tornar o representativo de muitas dezenas de entes humanos por kilometros quadrados do nosso territorio. Então os campos que representam tantos mil kilometros de terras abertas e desempedidas, com superficie igual ou quasi

⁴⁰ KRUG, Edmundo. Op. cit., p. 442. Cornélio Schmidt, se depara com problema semelhante no caminho para o Bairro de São Mateus, relata que próximos as “ beiras d’ água, o terreno é tão arenoso que em tôdas elas tem muitas bossorocas (*sic*) ou desbarrancados profundos, e isto é o motivo pelo qual o caminho nos campos, com um ou dois anos de uso, fica fundo e com a aparência de velho e os moradores mudam-se com facilidade. SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo. p. 445-6.

⁴¹ Em 1904, o Eng^o Cornélio Schmidt, ao passar pela estrada, apontava a dificuldade que se tinha de transpor algumas pontes, pois o que havia eram somente restos. SCHMIDT, Cornélio. Op. cit.; p. 436.

nivelada, com uma temperatura branda e clima saudavel, serão de facto, como solo eminentemente aravel, o theatro de uma poderosa cultura intensiva.⁴²

Segundo os levantamentos feitos pela CGG, *terras altas* seriam aquelas que estariam acima 650 metros e seriam predominantemente compostas pelo solo arenoso. Contudo, usando os dados de Pierre Monbeig o que se via de fato era a Formação Bauru Superior, que se destacava por afloramentos de “ terra roxa ” e solo arenoso, entretanto, este último tipo possuía o calcário, cujas qualidades eram imprescindíveis para as lavouras.

Aqui na região a principal formação de terras altas se localizava na Serra dos Agudos. Segundo Teodoro Sampaio:

[...] a Serra dos Agudos tem encostas ingrimes ou talhadas a pique na vertente do rio do Peixe e que o valle deste rio é montuoso e possui boas terras. Ora ahi temos o mesmo aspecto de todas as terras altas desta parte de S. Paulo, as mesmas camadas de gres em fórmula de paredões como na Fartura, no Botucatu, em Itaquery, e por seguinte a existencia muito provavel de diques e lenções de rocha erupitiva, de que se origina a afamada terra roxa. É de crer que a altitude seja ahi inferior a das outras chapadas, a que nos tem os nos referido, mais ainda supponho que se acha em horizonte bastante elevado e apto a cultura de café⁴³.

Esses fatores físicos, juntamente com a altitude, que afastava o risco de geadas, foram decisivos para atrair os pioneiros que vislumbravam nessas

⁴² SAMPAIO, Teodoro. Considerações geographicas e economicas sobre o valle do Paranapanema. p. 17.

⁴³ Idem. Ibidem. p. 20. As características das terras altas, descritas por Sampaio, foi por volta de 1900, questão muito delicada na região, por se tratar do território indígena dos Kaingang foi disputada pelos pioneiros que vislumbravam nessas áreas a ampliação de suas terras. Dentre esses pioneiros o mais notório foi o Coronel Sancho de Figueiredo, destemido bugreiro, organizou várias dadas a fim de exterminar esses índios. Cf. RODRIGUES, Sônia da Silva. **Kaingang, Oti-xavante e Guarani no Povoamento do Vale do Paranapanema**. Dissertação (Mestrado) – Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 13.

regiões a possibilidade de investimento de suas economias na produção cafeeira. P. Monbeig afirma que:

[...] o Bauru superior é, entre os solos dos planaltos ocidentais, o que, depois da terra roxa legítima, oferece as melhores possibilidades à agricultura. Pela sua posição ao longo dos espigões, ele ofereceu aos pioneiros que haviam ultrapassado as manchas de terra roxa, um solo também capaz de exibir belos cafezais, pelo menos no início de seu aproveitamento. Pela sua posição topográfica e pelas suas qualidades, o Bauru Superior teve um considerável desempenho na elaboração da paisagem⁴⁴.

Entre as classificações sugeridas é possível notar que os trabalhos realizados pela CGG nortearam-se pela necessidade de se construir a idéia de uma região e, para tanto, se valeram de pressupostos científicos que pudessem sujeitar os recursos naturais às pretensões da economia agrícola exportadora. Com isso, o desempenho de homens como T. Sampaio, E. Krug e C. Schmidt fizeram surgir aos olhos dessa elite agrícola paulista um novo mundo, caracterizado como o “ Eldorado” ou a “ Nova Canaã” , que poderia oferecer aos interessados uma terra próspera, fecunda e abundante, regada por rios caudalosos e à espera da mão do homem para ser desbravada.

Longe dos discursos científicos e do poder do Estado, a vida cotidiana no extremo oeste paulista obedece a uma rotina conduzida, em grande parte, pelos interesses externos. A ocupação do Vale do Paranapanema é uma sucessão de levas migratórias iniciadas por volta de 1850 até as primeiras décadas do século XX. A distância com dos grandes centros urbanos e o isolamento de muitas comunidades abriu espaço para a região ser caracterizada de forma pejorativa e termos como “ barbárie” , “ reduto de pobreza” , “ vida lasciva e de doenças infecciosas” foram de uso comum em relatórios e diários viagem. Assim, além das classificações físicas feitas pela

⁴⁴ MONBEIG, Pierre. Op. cit.; p. 82.

Comissão, também houve o esforço de classificar os aspectos sociais que envolviam as comunidades rurais da região. Gradualmente, portanto, se configura uma estratégia do Estado de compor um quadro depreciativo que pudesse justificar a ocupação e a eliminação de tribos indígenas, caipiras ou qualquer outro grupo social que não fosse incorporado aos interesses do “ mundo civilizado” .

Com isso, o que se lê nas entrelinhas desses documentos, é um modo de vida singular, com características próprias, que se contrapõem às nascentes metrópoles, isto é, ao universo urbano-industrial, cuja denominação de “ áreas de fronteira” será o enfoque do próximo subitem.

O SERTÃO DESCONHECIDO

Conhecer dados precisos sobre as fronteiras do oeste paulista, por volta de 1850, era fato raro na elite agrícola, pois as políticas de ocupação de terras ainda não possuíam dados significativos sobre esses “ terrenos desconhecidos” e, conseqüentemente, tudo ainda era uma incógnita. Experiências anteriores, como as entradas dos bandeirantes no século XVII, corresponderam apenas aos interesses fugazes por índios e pedras preciosas e, por isso formaram poucos núcleos populacionais pelo interior do país e deixaram trabalhos significativos de exploração. Grande parte dessas investidas saiu de São Paulo, mas isso não permitiu que na virada do século XIX ainda tivesse dentro de seu território regiões inexploradas.

Nesse mesmo momento, afloravam as contradições entre a vida urbana e a rural: a primeira, ligada a modelos europeus de civilização e de consumo; a segunda, representada por um contingente de homens livres e mestiços, usualmente chamados de caipiras, espalhados pela infinitude do sertão e que, ao longo de séculos, foram reproduzindo uma “ economia natural de subsistência” baseada numa “ agricultura itinerante, [...] combinada com a exploração complementar das terras, das aguadas, das matas, através da caça,

da pesca e da coleta de frutos e tubérculos” . Marginais na economia viviam “ sem nada vender, [...] voltando à vida autárquica de economia artesanal doméstica que satisfazia, nos níveis possíveis, às necessidades comprimidas a limites extremos” ⁴⁵.

Cidades litorâneas como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, grandes centros econômicos de onde escoavam os produtos tropicais, era considerada o “ mundo civilizado” , já o interior poucas vezes despertou o interesse dos habitantes da colônia. O que havia de fato, segundo Sergio Buarque de Holanda, era um desestímulo da ocupação do interior ou do “ sertam” , designação das regiões distantes da costa, muitas vezes por força da própria administração portuguesa que proibia legalmente a posse de terras muito além das costas, conforme sugere a citação abaixo:

Os portugueses, esses criavam todas as dificuldades às entradas terra a dentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha. No regimento do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, estipulava-se expressamente, que pela terra firme adentro não vá tratar pessoa alguma sem licença especial do governador ou do provedor mor da fazenda real [...] Outra medida que parece destinada a conter a povoação no litoral é a que estipulam as cartas de doação das capitanias, segundo os quais poderão os donatários edificar junto do mar e dos rios navegáveis quantas vilas quiserem, ‘ por que por dentro da terra firme pelo sertam as nam poderam fazer menos espaço de seys legoas de hua a outra’ [...] ⁴⁶

Assim, a idéia de “ sertão” ou “ interior” passava impressões negativas; os terrenos longínquos, cobertos pela mata virgem e habitadas por índios selvagens, eram qualificativos que afastavam qualquer possibilidade de

⁴⁵ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Cia. das Letras, 2006. p. 346

⁴⁶ Apud HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Brasília. Editora da UNB, 1963. p. 91-93.

colonização dessas áreas. Muitas pessoas que decidiam por se isolar nessas terras queriam fugir dos recrutamentos do exército ou tinham alguma pendência com a justiça. Longe das convenções sociais, muitos encontravam nessas áreas liberdade de agir e de se expressar e a rotina do trabalho era conduzida segundo as necessidades pessoais ou do grupo⁴⁷.

Na segunda metade do século XIX, o mundo urbanizado estava mais presente nas cidades litorâneas, desta forma, cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo eram as irradiadoras do progresso, onde as novas idéias políticas e sociais tomavam conta dos salões sociais, academias e bares. A cidade de ar cosmopolita esbanjava, nos traços arquitetônicos, uma arte que reafirmava a presença da civilização; nas lojas, homens e mulheres, tinham acesso às novidades da moda e, a todo o momento, os habitantes eram lembrados de que suas raízes estavam muito distantes daqui: na Europa⁴⁸.

Toda abundância e ostentação do mundo cosmopolita restrito à costa brasileira se contrapunha ao interior do país: uma grande porção de terra que precisava ser “ desbravada e civilizada” . Os contrastes da realidade européia eram diametralmente opostos ao modo de vida interiorana do país e, em alguns momentos, essas realidades, confrontadas com as exigências desse universo, afloravam em conflitos de forma bem contundente. No final do século XIX, o exemplo claro dessa situação emergiu com o episódio de Canudos, uma rebelião de “ flagelados” , no interior da Bahia, cujas bases sustentavam-se no messianismo e na fixação do homem no meio rural – características opostas ao projeto modernizador em voga⁴⁹.

⁴⁷ PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro. Ediouro, 2006. p. 61.

⁴⁸ BARROS, Roque Spencer M. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo. Edusp: Convívio, 1986, p. 9.

⁴⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. p. 174-176. Cf. _____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. _____. **História da vida privada no Brasil** – 3. São Paulo. Cia. das Letras, 1998. p. 16-18.

Outras manifestações dessas incoerências ocorrem no confronto cotidiano do colonizador com as populações indígenas e com os bairros de pequenos agricultores que tinham um modo de vida muito peculiar, com técnicas, costumes e tradições seculares. Diante de imposições alheias ao seu universo social e político muitos desses habitantes do interior do país são obrigados a abandonar suas terras e se apartarem do grupo e de suas famílias.

No período estudado, a idéia de ocupação do interior do país ganhou estímulo com a vinda da Família Real, deste modo, foram incentivadas expedições como a de Langsdorf, de Jean Baptiste Debret, de Johann Moritz Rugendas, de Auguste de Saint-Hilaire, entre outras que percorreram o interior do país descrevendo a natureza, os costumes e as tradições. Os apontamentos feitos durante essas expedições, denominados “ literatura de viagem ” , tornaram-se documentos imprescindíveis para o conhecimento das regiões ainda inexploradas pelo homem⁵⁰.

A crescente indústria inglesa, ávida pela matéria-prima, combustíveis e minérios, entrevia nessas viagens e no material produzido importante instrumento ao desenvolvimento do capitalismo industrial, tornando os países periféricos fornecedores potenciais de recursos para a indústria inglesa. Desse modo, era preciso que essas reservas fossem classificadas, catalogadas e estudadas sistematicamente, a fim de mensurar a sua possível utilidade na ampliação das forças produtivas⁵¹.

Como já vimos no capítulo anterior, a Lei de Terras e a crescente produção cafeeira rumo ao oeste paulista, foram o estopim da questão agrária que estimula conflitos até os dias de hoje. Entretanto, a Lei de Terras, promulgada pelo governo Imperial, foi crucial na ocupação das fronteiras do

⁵⁰ Cf. MENDES, Elizabeth Camargo. **Os viajantes no Brasil - 1808-1822**. Dissertação (Mestrado) - FFLCH/USP. São Paulo, 1986.

⁵¹ Cf. FIGUERÔA, Silva. **As ciências geológicas no Brasil: 1875-1934**. São Paulo: Hucitec, 1995.

oeste paulista, o que proporcionou de imediato uma corrida pela ocupação de regiões extremas do Estado.

A imposição da lei reabilitou um fenômeno conhecido na realidade brasileira: a fronteira agrícola. O fenômeno foi estudado em vários momentos da história brasileira, de tal modo que é possível destacar, para esse trabalho, os estudos de Pierre Monbeig⁵² e José de Souza Martins⁵³.

Pierre Monbeig⁵⁴, com uma análise efetuada na década de 1940, ao fazer referência à problemática, destacava que a “ franja pioneira ” teria os mesmos princípios de um exército que avança na conquista de um território, assim, define que:

[...] a marcha pioneira não conhece nem generais nem estratégias, nem mapas. No máximo, poder-se-á falar em táticas locais. [...] o avanço do povoamento está longe de ter aspecto de um *front* contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar [...] em “ franja pioneira ”, expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a essa região instável e incerta, onde as manchas de floresta subsistem às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem mais distantes o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas.

⁵⁵

Portanto, a “ franja pioneira ” é um processo de consolidação da civilização e do capitalismo, de tal modo, que o índio nada mais é do que um precursor desse povoamento e sua preocupação está na alteração da paisagem pelas sucessivas levas migratórias decorrentes da expansão da ferrovia e da cultura cafeeira sobre as terras do oeste paulista. Deste modo, o conceito

⁵² MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo. Hucitec, 1984.

⁵³ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. _____. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **Estudos Históricos**. São Paulo, n. 10, p. 33-41, 1971.

⁵⁴ MONBEIG, Pierre. Op. cit., Em especial o Livro II.

⁵⁵ Idem. Ibidem. p. 165.

“ pioneiro” utilizado pelo geógrafo nos remete a relacioná-lo ao empresário do café, ao comerciante, ao empreendedor e ao pequeno agricultor⁵⁶.

A perspectiva indicada por José de Souza Martins, ao analisar a problemática da expansão demográfica sobre a região amazônica, na década de 1970, constitui-se uma releitura desses conceitos, para que sejam mais amplos e possam abarcar outros sujeitos desse processo. Portanto, seu trabalho “ é, antes de tudo, *modos de ver* a fronteira, diferentes entre si por que são diferentes [...] os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada” ⁵⁷.

Diante dessa controvérsia, destacou-se a idéia de *frente de expansão*, na qual, segundo Martins,

a fronteira sempre aparece com o limite do humano, [...] além dela está o não-humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano” ⁵⁸.

Frente a essas posições a ocupação do Vale do Paranapanema, a partir de 1850, é constituída por interesses diversos e pode ser divididas em dois momentos: no primeiro, denominado de **fronteira da demográfica** e iniciado por volta de 1850, foi caracterizado pela formação de grupos sociais provenientes da região sul do Estado de Minas Gerais. Por volta de 1890, chega a segunda – a **fronteira econômica**, que, distintamente da primeira, é marcada pela ação de grandes cafeicultores paulistas que projetavam a região como uma importante reserva de mercado, podendo ser utilizada na expansão dos cafezais, na diversificação agrícola ou especulação imobiliária. Nessa fase, a ferrovia será elemento decisivo na exploração das regiões abrindo cidades e

⁵⁶ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. p. 152-153.

⁵⁷ Idem. Ibidem. p. 152.

⁵⁸ Idem. Ibidem. p. 162.

dinamizando a economia com articulações, direcionamento e amplitude inéditos.

Os mineiros que compunham a **fronteira demográfica** eram, em sua maioria, agricultores vindos com a família em busca de grandes porções de terras a baixo custo nas frentes de expansão. As famílias vinham atraídas pela possibilidade de legitimarem uma posse sem a compra ou vinham com um pequeno capital, oriundos da venda de outras propriedades e jogavam toda a sua sorte na compra de vastas extensões de terras em lugares longínquos, depositando expectativas de fortuna e conseqüente mudança de posição social.

Na última década do século XIX, o governo paulista instalou algumas comissões para a legitimação das posses da terra e, nas décadas seguintes a terra foi sendo parcelada em grandes latifúndios. Entre os mineiros, alguns possuíam títulos de suas propriedades, outros atraídos pela “ prosperidade ” , somente ocupavam as terras como posseiros, não tinham nenhum papel que lhe assegurasse a propriedade. Apesar dessa diferença, os primeiros imigrantes – vindos de Minas Gerais – viviam um padrão de vida semelhante, mantendo pequenas lavouras que se destinavam à sua própria subsistência e, algumas vezes, um pequeno excedente agrícola era produzido para aquisição de sal, pólvora, ferramentas, medicamentos, bebidas, tecidos, etc.

Muitos que se estabeleceram nesse primeiro momento, vieram atraídos pelas terras férteis e baratas, tencionados a produzir lavouras de café, foram, entretanto, desestimulados pela falta de acesso a recursos e à infra-estrutura, elementos essenciais para que se pudessem tornar a lavoura economicamente rentável. Diante dessa situação muitos acabaram se restringindo a condição de pequenos agricultores, mantendo roças de milho, arroz e mandioca e a criação de algumas cabeças de gado e de porcos ou qualquer outro gênero com que pudessem garantir a sua sobrevivência. Em 1941, Romeu Pascoalick, imbuído das idéias utilitaristas, registrou suas memórias sobre a ferrovia e, procurou

demonstrar o papel da Estrada de Ferro Sorocabana — EFS — na ocupação territorial do Vale do Paranapanema, segundo o autor, anteriormente à ferrovia a região era composta de:

[...] singelas povoações, isoladas, com gêneros de vida próprios e deficientes: a criação do gado, suíno ou bovino, era o principal elemento; alguns raros e primitivos engenhos de açúcar, o cultivo de cereais para o consumo próprio [...] As relações eram limitadas, o burro era o único meio de transporte utilizável, e as primeiras colheitas de café, eram levadas por tropas até o ponto terminal da estrada de ferro⁵⁹.

Em 1890, Teodoro Sampaio, ao abordar os problemas do vale no artigo publicado no Boletim do CGG, também sugeria que a falta de transportes não era somente com os grandes centros, o que existia eram “ estradas medíocres e pouco povoadas” , impossíveis até mesmo de ligar os municípios vizinhos com uma comunicação mais eficiente e regular⁶⁰. Tudo isso contribuía para uma economia que tinha suas bases centradas na pequena produção e no mínimo necessário à subsistência, como por exemplo, a compra de sal ou pólvora.

Perante essas observações é possível perceber que a região do Vale do Paranapanema, vai se configurando nesses discursos científicos como regiões “ isoladas” , “ carentes” , de “ extrema pobreza” , etc. Porém, na visão do outro, ou seja, na visão do caipira, se é que possível dizer, existe uma infraestrutura, isto é, de “ caminhos” e “ picadas” que lhes garante a sobrevivência, de tal modo, que as necessidades apontadas pela CGG não são prioritárias no cotidiano dele; antes, são externas e atendem aos interesses de outra economia, a economia cafeeira.

⁵⁹ PASCOALICK, Romeu. Uma ferrovia paulista: a Sorocabana. **Separata da Revista do Arquivo Municipal**. Departamento de Cultura. São Paulo, n. LXXVI, 1941, p.183-196.

⁶⁰ SAMPAIO, Teodoro. Considerações geográficas e econômicas sobre o valle do Paranapanema. p. 4.

Atualmente sabemos que a subsistência de fato nunca existiu nas frentes de expansão do Vale do Paranapanema, de acordo com os apontamentos de José de Souza Martins o que havia era uma “ economia de excedente” , cuja situação leva o camponês a organizar sua economia em outras bases de relações de trabalho e troca. Conseqüentemente, os mecanismos de organização social do trabalho terão que assegurar meios de produção e de seleção de produtos que possam proporcionar os meios de subsistência familiar. Assim, na reta final, os produtos se tornam apenas mercadorias de troca e “ não produtos cujo preço de venda pelo produtor esteja eventualmente baseado numa contabilidade de custos, como ocorre na atividade organizada em bases empresariais” ⁶¹. Ainda vale complementar essa posição com uma observação do advogado Armando Nogueira Cobra, estabelecido na região nas primeiras décadas do século XX, de que na região o dinheiro só veio aparecer de fato com a chegada da ferrovia, em 1909 ⁶².

Com isso, é possível entrever nos relatórios uma visão mercantilizada dos problemas, apontavam que era necessário o prolongamento da ferrovia até a região para que pudessem ser inseridas numa economia de mercado. No entanto, o que se observa nas entrelinhas desses documentos é um complexo de cidades, vilas e bairros organizados dentro de bases econômicas que prezam pela troca e pela produção de pequenos excedentes agrícolas. Nessa *frente demográfica*, os mineiros, entusiasmados com o movimento migratório, abriram estradas e fundaram os primeiros núcleos populacionais que, nas décadas de 1880 e 1890, tornam-se cidades como Campos Novos do

⁶¹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. p. 188. Cf. _____. Frente pioneira. p. 35-36.

⁶² COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo. Hennes & Irmãos, 1923. p. 220.

Paranapanema (1885), Espírito Santo do Turvo (1885) e Conceição do Monte Alegre (1896)⁶³.

O segundo momento da ocupação territorial é a **fronteira econômica**, cujo fluxo migratório será diversificado e na qual as relações de trabalho e uso da terra sofreram sensíveis alterações, sustentando-se em outras bases econômicas e sociais. Como ação inaugural desse momento, a viagem empreendida pela CGG tem como finalidade maior pôr em evidencia a região, dar consistência física e social a um território que até então permanecia desconhecido pelo governo paulista. De acordo com a atuação do Conselheiro João Alfredo, presidente de província, a criação da referida instituição estava destinada a classificar as já mencionadas vias de comunicação, a propriedade da terra e as possibilidades de se empregar a colonização pública e, ainda, que era preciso também analisar as “ condições naturais favoráveis a industrialização” , conforme suas palavras sugerem:

As cartas serão acompanhadas de memórias descrevendo as feições físicas da província: a estrutura geológica; os recursos minerais e agrícolas; a meteorologia; a hidrografia, incluindo estudos de rios suscetíveis de navegação, e os meios de os melhorar e os utilizar; as qualidades dos solo; **as condições naturais favoráveis à indústria**, etc. ⁶⁴

Através dessas instituições, o governo pretendia criar situações favoráveis à ocupação das terras, portanto, os documentos são instrumentos para setores do governo e da iniciativa privada mensurarem as potencialidades de assegurar a constituição de um mercado de terras. Nesse contexto, os autores desses documentos — Teodoro Sampaio, Edmundo Krug e Cornélio Schmidt — foram participantes ativos da fronteira econômica e

⁶³ CORREA, Anna Maria Martinez. **Poder político e representatividade partidária no Vale do Paranapanema**: (1920-1930). Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 1988. p. 52.

⁶⁴ FIGUEROA, Silvia. **Modernos bandeirantes**. p. 37.

atuaram diretamente na elaboração desse inventário e na contextualização dos recursos naturais, dos aspectos sociais e das potencialidades que poderiam ser desenvolvidas na região.

O fator importante foi à disputa pela terra, os mineiros, possuidores de grandes propriedades na região, começaram a perder espaço no momento em que a ferrovia apontava a extensão dos trilhos para o Vale do Paranapanema, na década de 1890. Com isso, se configurou um novo cenário de disputa pelas terras que será caracterizado pela chegada de grandes fazendeiros cafeicultores, em sua maioria, paulistas provenientes de famílias abastadas, os quais passaram a disputar as grandes porções de terras. Estas aquisições eram feitas pela compra ou pela grilagem através do forjamento de documentos de propriedade que expulsava aquele que vivia sobre a terra ou qualquer outra pessoa que pudesse demandar o domínio em questão⁶⁵.

A chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana na cidade de Salto Grande, em 1909, exerceu papel fundamental na ocupação do Vale do Paranapanema, pois, além de aumentar a demanda pela terra, proporcionou um rearranjo da ocupação regional. Com isso, abriu-se um panorama de instabilidade, causado pela valorização das terras que margeavam a ferrovia.

Conseqüentemente, o avanço da ferrovia criou novos núcleos populacionais economicamente fortes, fato que resultou na formação de novos grupos políticos na região. Rapidamente, as tradicionais famílias de mineiros – pioneiros na colonização – residentes nas antigas vilas, localizadas em sua maioria na Serra dos Agudos, não encontravam mais espaço para atuar dentro

⁶⁵ PENÇO, Célia De Camargo F. **A evaporação das terras devolutas no vale do Paranapanema.** São Paulo: HVF representações, 1994. (em especial o capítulo 4). Cf. também LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998.

da burocracia regional e foram afastados das decisões político-administrativas locais⁶⁶.

Nas duas primeiras décadas do século XX, o imigrante europeu passa a ser elemento importante na configuração das novas relações de trabalho, baseada no colonato e na comercialização de terras⁶⁷. Com essa nova configuração, os tradicionais cafeicultores paulistas saíram fortalecidos, pois puderam direcionar o trajeto da ferrovia de acordo com os interesses imobiliários de seus vários investidores. Rapidamente os trilhos imprimiram um novo desenho regional, no qual despontavam cidades como Assis (1917), Ourinhos (1918) e Palmital (1919)⁶⁸.

Diante desse processo, que se inicia com as expedições científicas, pode-se perceber o acirramento das disputas pela posse da terra, estimuladas em grande parte pela ação de grileiros, cuja atuação torna o vale palco de violentos confrontos⁶⁹. Nesses dois momentos, uma característica comum foi a intensa atividade migratória que se sucedeu na região. Esse fato, segundo Martins, gera uma instabilidade entre os grupos sociais, sejam eles índios, posseiros, pequenos agricultores ou grandes fazendeiros que se sucedem na

⁶⁶ José Teodoro de Souza, era mineiro de Pouso Alegre, e segundo a historiografia regional chegou em meados do século XIX, e concedeu a doação de grandes porções de terras para formação das primeiras vilas. No dia 31 de maio de 1856, registra a posse de suas terras que, segundo Bruno Giovannetti, iriam “ desde o rio Turvo até frontear a rio Tibagi com o rio Paranapanema” . GIOVANNETTI, Bruno. **Esboço Histórico da Alta Sorocabana**. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 124.

⁶⁷ Os imigrantes mesmo adquirindo suas terras ainda continuam vinculados a grande propriedade, dedicando parte do ano nas colheitas de café ou algodão. As terras que foram vendidas a esses imigrantes deram origem a bairros rurais ou aguadas, expressão de seu comum no vale do Paranapanema. O nome aguada advém das propriedades estarem sempre próximas a um pequeno rio, ou seja, uma água.

⁶⁸ GIOVANNETTI, Bruno. Op. cit.; p. 53.

⁶⁹ P. Monbeig cita que o grande movimento das frentes pioneiras de 1880 a 1910, porém usamos balizam mais extensas e ainda acrescenta que os grandes fazendeiros vêm justamente na fase secundária adquirindo grandes extensões de terra. Entre as famílias que tiveram participação efetiva na aquisição de terras aqui na região estão a Família Almeida Prado e Toledo Piza com importantes propriedades no Vale do Rio Feio e do Aguapeí respectivamente. MONBEIG, Pierre. Op. cit.; p. 140

ocupação do território e primam sempre pela violência na tentativa de garantir o domínio de suas terras⁷⁰.

O clima de instabilidade, provocado pela frente de expansão, gerou relatórios que foram produzidos segundo os interesses de um poder público que visava colocar a região dentro das estatísticas econômicas do Estado. No entanto, torna-se recorrente nesses relatórios e diários de viagem a idéia de “sertão”. Contudo, as opiniões contidas nos relatórios são diversas, algumas mostraram uma visão mais centrada em dados econômicos, outras oscilaram entre uma visão idílica ou pejorativa do lugar e das pessoas.

Teodoro Sampaio, com uma posição mais crítica, destacava que a instabilidade demográfica e a posse da terra eram as principais barreiras a serem resolvidas. Segundo seus apontamentos, esse curso migratório “vae assim invadindo o sertão e desalojando incessantemente o bugre”⁷¹ e com posses “tão vagamente definidas quão firmemente sustentadas pelos interessados”⁷², fatores determinantes na violência que imperou entre brancos e índios.

Já Edmundo Krug, tem uma visão mais eclética, pois, em alguns momentos, assume um discurso idílico da situação em outros aponta alguns vícios da “raça”. Ao elaborar seu texto, tinha a preocupação velada com os problemas de grilagem e das mortes que aconteciam na região, de tal modo, que falaria somente de “conceitos que forem de interesse geral, commentando em observações subcjetivas e falando sómente em thése de assumptos mais melindrosos, pois não quero de modo algum que se supponha que quebrei as normas de hospitalidade”⁷³. Para ele, o “caipira”⁷⁴ e seu

⁷⁰ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. p. 147.

⁷¹ SAMPAIO, Teodoro. Considerações geographicas e economicas sobre o valle do Paranapanema. p. 22.

⁷² Idem. Ibidem. p. 28.

⁷³ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 371.

⁷⁴ Expressão usada pelo próprio Krug em vários momentos de seu relatório.

modo de vida, “ simples e singela” , aparecem como elementos de admiração. Ao apreciar o comércio de sal e pólvora, feito pelos moradores da região, enfatizava que o “ caipira” não dispensava o cuidado de comprar um “ chale de cores para a amavel namorada” ⁷⁵. Admirado com os traços físicos do “ caboclo” que habitava a região, interpelava a produção artística nacional a mostrar essa gente, seus costumes e tradições⁷⁶. Em outra situação, a caminho de São Paulo dos Agudos, lembrava “ como o nosso posso é indolente nas regiões menos férteis” e criticava que os moradores daquela região não dispensam atenção aos viajantes e “ eram acanhados e vadios” ⁷⁷.

Certamente a perspectiva mais contundente sobre a região foi a de Cornélio Schmidt que não economizou epítetos pejorativos para caracterizar a figura do “ caipira” , como por exemplo, “ indolente” , “ vadio” e “ preguiçoso” . Vale destacar sua visita a Fazenda do Padre Elisário, localizada na cabeceira do rio Turvo, lugar onde “ encontrou uma sucia de caipiras vadiando; porcos sujos e vadios” ⁷⁸; prosseguindo sua viagem, ao passar pela cidade de São Pedro do Turvo, igualmente, dizia que “ êstes moradores daqui são todos vadios” ⁷⁹. E não lhe sobra dúvida que “ o caipira tem de desaparecer devido à preguiça e à inutilidade” ⁸⁰.

Ao observar os trabalhos de cronistas regionais como Amador Nogueira Cobra e Bruno Giovannetti⁸¹, também estabelecidos na região entre as décadas de 1910 e 1920, é possível perceber que se trata de um período

⁷⁵ Idem. Ibidem. p. 416

⁷⁶ Idem. Ibidem. p. 439.

⁷⁷ Idem. Ibidem. p. 456.

⁷⁸ SCHMIDT, Cornélio. Op. cit.: p. 420.

⁷⁹ Idem. Ibidem. p. 424.

⁸⁰ Idem. Ibidem. p. 404.

⁸¹ Os documentos, relatórios de viagem e diários não falam de crimes envolvendo a posse da terra na região, talvez por se tratar ainda de assunto muito vivo na memória das pessoas preferiram se abster a emitir opiniões que pudessem criar algum desafeto. Por fim, acabaram por falar somente dos conflitos com os indígenas.

conturbado, a violência se alastrava em virtude da posse da terra e os conflitos armados se estendiam indistintamente entre brancos e índios. De tal modo, que Amador Nogueira Cobra, argumentava que a cidade de Salto Grande, final da linha férrea, era a “ boca do sertão” , lugar de onde se partia para “ um mundo cheio de percalços e riscos” ou se podia “ beber” as benesses do mundo civilizado, garantias difíceis de serem encontradas no “ sertão” ⁸².

O que se percebe nesses documentos é que as descrições oscilam entre uma visão nostálgica do “ sertão” , que deixava transparecer o bucolismo da vida no sertão, exaltando os prodígios da natureza e destacando a vida caipira como exemplo de um homem puro livre das vicissitudes dos grandes centros urbanos; e uma que o via como “ refúgio de criminosos de todo o Estado de São Paulo” .

A caracterização do sertão só pôde existir como o oposto do mundo civilizado e se referia tanto “ aos espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados e perigosos, dominados pela natureza bruta” como também aos redutos para degradados, homiziados, escravos fugidos e miseráveis advindos de uma sociedade que os excluía ⁸³.

Nessas áreas de fronteira, a transformação das lavouras de subsistência em lavouras de exportação se estendeu pelas “ terras virgens” e rapidamente se tornaram grandes latifúndios, obrigando a derrubada de matas, a elevação de cercas e a exclusão de caipiras e pequenos agricultores rendidos pela burocracia cartorária, que rapidamente viam seus títulos de propriedade serem desqualificados e, posteriormente, sua condição de agricultor. Raymundo Faoro ao estudar estas mudanças ocorridas na estrutura agrária, com a Lei de Terras, argumentava que era nessas fronteiras que o

⁸² COBRA, Amador Nogueira. Op. cit.: p. 183.

⁸³ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8. nº.15, 1995, p. 145-151.

lavrador, sem a propriedade das terras, vivia sob o domínio do latifúndio, e passava a ser “ apêndices passivos do senhor territorial que, em troca da safra, lhes fornece, em migalhas encarecidas, os meios de sustentar o modesto plantio” . Por grandes porções de terras se espalhavam casas miseráveis, feitas de pau-a-pique que abrigavam posseiros, peões, capangas e toda sua prole. Essas pessoas viviam à mercê do senhor, trabalhavam sem estatuto, sem lei ou qualquer outra garantia e, quando não mais atendiam aos interesses ou questionavam a posse da terra, eram mandados embora ou assassinados⁸⁴.

Diante da situação de instabilidade é plausível afirmar que a inoperância do Estado dentro das áreas de fronteiras abriu espaço para a caracterização pejorativa de “ sertão” . E será dentro dessa conceitualização que viajantes e exploradores lançam seu olhar sobre o universo inóspito e embrutecido pelo confronto com índios e a violenta disputa de terras.

Desvendar as fronteiras do “ Sertão Desconhecido” foi o grande empreendimento dos “ homens da ciência” na virada do século XIX. Através de apontamentos e dados colhidos em extensas viagens foi possível criar mapas, cartas topográficas e textos de onde emergiu o Vale do Paranapanema – região com características próprias que deveria ser integrada a economia cafeeira. Assim, o conhecimento regional não era apenas curiosidade de viajantes ou de cientistas, mas significava, antes de tudo, um fator estratégico para o poder público constituir o Estado-Nação e expandir suas fronteiras

⁸⁴ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo. Globo, 1997. v. 2. p. 418. Exemplo dessa ocupação de posseiros está no Relatório apresentado por Teodoro Sampaio, em 1890. Ao se deparar com humildes casebres, habitadas por pessoas pobres às margens do Paranapanema, relata que as terras fertilíssimas que avistava eram de propriedade da Família Camargo, senhora de vasto território nesta parte da Província, onde as suas grandes fazendas de criar contam não pequeno número de agregados e dependentes. SAMPAIO, Teodoro. Op. cit., p. 110.

sobre o território⁸⁵. As viagens empenhadas pela CGG forneceram subsídios para abertura dos “ terrenos desconhecidos” à economia cafeeira, ao traçado da ferrovia e à mercantilização das propriedades agrícolas.

Essas explorações da região constituíram um importante esforço de interpretar as condições sociais contemporâneas e tendiam a apresentar soluções para os destinos do país. Assim, a exploração regional se insere dentro de um paradigma nacional que, segundo Lilia Schwarcz, visava “ formular, pela primeira vez, modelos globalizantes, estudos pioneiros, na tentativa de buscar uma lógica para toda a nação” ⁸⁶.

Deste modo, as explorações ocorridas no extremo oeste do Estado de São Paulo além de constituírem-se uma importante plataforma política dos cafeicultores paulistas, também foi ponto importante para o debate científico. Cabe lembrar que o discurso científico estava distante das realidades dos moradores locais, assim, sempre foi recorrente em alguns cientistas classificarem essas comunidades, casas, aldeias e tudo aquilo lhes eram alheios como pobres, miseráveis e distantes das benfeitorias que o progresso poderia proporcionar.

Também é importante destacar que esse sentimento de aversão à vida caipira nem sempre foi consenso entre os cientistas, existiam aqueles que acreditavam que esses grupos sociais eram “ vítimas do progresso” ⁸⁷.

⁸⁵ LENCIONE, Sandra. **Região e geografia**. Edusp. São Paulo, 2003. p. 74. Robert de Moraes ao trabalhar a formação do território nacional, coloca a conquista do sertão como umas das urgências do processo civilizador. Assim, a idéia de conquista é “ identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente com o grande projeto nacional, sendo alçada a função básica do Estado. O discurso científico argumenta que durante o Império existia um “ país a se construir” , e na república é do “ país em construção” . O mote imperial é o da *civilização* [...] Neste quadro a natureza brasileira é vista como pura riqueza a ser apropriada, e o espaço e os recursos naturais são tomadas como inesgotáveis [...] MORAES, Antonio Carlos R. **Território e História no Brasil**. Hucitec/Annablume. São Paulo, 2002. p. 179.

⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo. Cia. das Letras, 1993. p. 40

⁸⁷ Como vimos na página 42 deste capítulo, Edmundo Krug é um cientista que acredita que o caipira seja vítima desse progresso.

Edmundo Krug, por exemplo, ao expor os motivos de sua viagem ao interior, destacava que pretendia mostrar ao governo paulista as “ riquezas” de uma zona vasta e, com isso, chamar a atenção dos representantes e políticos do governo para tratarem o assunto com mais cuidado. Acrescentava ele:

O que desejamos é o desenvolvimento de nossa lavoura, a exportação regular de nosso productos, a *industrialização* das nossas riquezas que jazem escondidas no subsolo, e o povoamento de nosso Estado por intermédio de uma colonização inteligente. [...] Si o governo presente e os vindouros não se descuidarem desta prospera zona, veremos em breve ahi se erguerem bellissimos estabelecimentos agrícolas, e os torreões das fabricas denunciarão pela fumaça, que ahi se ganha dinheiro⁸⁸.

Percebe-se, nessa proposição, que E. Krug achava necessário que as “ riquezas [...] escondidas no subsolo” fossem classificadas e inventariadas com o intuito de tornarem-se rentáveis futuramente. Portanto, a expressão riqueza natural, passa a ser qualificada por uma sociedade que dispõe de técnicas de exploração e investigação, cujas funções são apresentar as dinâmicas dessas riquezas e as qualidades desses fenômenos⁸⁹. Com isso, pode-se concluir que esses relatórios poderiam servir, num futuro, próximo, ao desenvolvimento da economia brasileira dentro dos moldes da lavoura de exportação.

Cornélio Schmidt e Theodoro Sampaio representavam as aspirações da elite agrícola, por isso, seus mapas e relatos de viagem muitas vezes visavam expor a natureza de forma a ser convertida em recursos econômicos, outros detalhes como as populações indígenas, pequenos agricultores e “ caipiras” eram apenas obstáculos a serem ultrapassados, como uma onça, um rio, etc.⁹⁰

⁸⁸ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 371.

⁸⁹ MORAES, Antonio Carlos R. **Meio ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 103.

⁹⁰ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 455-456.

Ao longo dos anos, a região, denominada de Vale do Paranapanema, foi várias vezes reconstruída de acordo com os interesses econômicos e políticos em voga no momento. Conseqüentemente, se originaram expressões como “ terrenos desconhecidos” , “ sertão do Paranapanema” , “ terras habitadas por índios ferozes” , “ Vale do Paranapanema” , “ Alta Sorocabana” , “ Vale Maleitoso” , cujo intuito era desqualificá-la. Com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, a região passou a ser denominada Alta Sorocabana, em alusão à distância que a ferrovia percorria.

Anna Maria Martinez Correa, ao estudar a região, percebeu que o Vale do Paranapanema não possuía balizas precisas, mas sim classificações externas impostas por órgãos burocráticos, os quais sempre determinavam as diretrizes da formação regional baseadas nos interesses econômicos e políticos ⁹¹. No entanto, essas balizas regionais, antes de tudo foram delimitadas pelo universo historiográfico, com elementos comuns das histórias de vida, das memórias, relatos de viagem, cartas topográficas, etc. Portanto, a “ região não existe a priori, é resultado de uma série de representações que possuem historicidade” ⁹². Assim, o que nos interessa é a região ou as regiões construídas e reconstruídas, ao longo dos anos, em relatórios, mapas e diários, desse modo, a região analisada nesse trabalho é aquela concebida e vivenciada cotidianamente por cientistas, viajantes e sertanistas que se embrenhavam pelo sertão afora.

⁹¹ Com o fim da ferrovia Sorocabana, na década de 1970, a região vem tentando se reorganizar regionalmente, muitas qualificações ainda são impostas por organismos externos como agências de governo ou o próprio governo. Porém, uma que tem respeitado padrões e limites geográficos é o do Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH), o qual, também tem se ligado diretamente as práticas agrícolas e ambientais. Segundo Anna Maria M. Correa, a imprecisão em se demarcar os limites regionais, ao longo do século XX, sempre esteve ligada aos interesses políticos, principalmente, a diminuição dos “ currais eleitorais” , os quais acabavam por estimular os chefes políticos a disputarem novas áreas. CORREA, Anna Maria M. Op. cit.: p. 46-47.

⁹² ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000. p. 24.

OS ÍNDIOS DO OESTE PAULISTA

A ocupação colonizadora dos tradicionais territórios indígenas também foi uma preocupação dentro das áreas de fronteira. Como já vimos, as primeiras levas de migrantes vislumbravam nessas regiões terras mais baratas e solos férteis, conseqüentemente, menores investimentos. Entretanto, a ocupação pelos colonizadores brancos estimulou o conflito pela posse da terra com grupos indígenas que viviam no local há vários séculos, o que abriu espaço para a violência mútua.

Os relatórios produzidos pela CGG e outros documentos de viajantes sempre colocaram os indígenas como empecilho a ser superado para que a colonização realmente se efetivasse. Nesse contexto, surge uma perspectiva preconceituosa contra os nativos e, em vários momentos, foi suscitada pelo governo a aplicação de algumas medidas que pudessem decidir o destino dos índios – muitas vezes, essas medidas oscilavam entre a catequização e o extermínio.

Dentre os vários documentos que analisamos, o texto *Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema*, escrito por Theodoro Sampaio, foi o mais detalhado registro para a época sobre as condições do indígena na região, mas nem por isso dispensa em alguns momentos uma visão preconceituosa sobre os mesmos. Segundo Theodoro Sampaio, os índios se dividiam da seguinte forma no Vale do Paranapanema:

Os coroados e os Cayuás ocupam principalmente as terras entre o rio Ivahy e o Paranapanema, mas passam sempre quasi sempre este ultimo rio para a margem norte, fazem incursões no valle do Rio do Peixee vão mesmo até as margens do Tieté. O Cayuá é mais numeroso e occupa maior extensão dentro do valle. Os chavantes habitam os campos e raramente apparecem na beira do rio. Estes indios, que parecem proceder de uma raça vencida e emigrada, temem-se tanto dos outros indios como do homem branco que lhe toma as terras⁹³.

⁹³ SAMPAIO, Teodoro. *Considerações geographicas e economicas sobre o valle do Paranapanema*. p. 40.

As informações desse primeiro momento foram elaboradas a partir de depoimentos e de alguns contatos com os índios da região. Posteriormente, outros estudos classificaram as tribos obedecendo a critérios étnicos e é possível perceber que muitos dos apontamentos de T. Sampaio foram referências importantes.

Da mesma forma como apontou o Relatório de T. Sampaio um estudo recente de Sônia Rodrigues, *Kaingang, Oti-xavante e Guarani no Povoamento do Vale do Paranapanema*, permite dividir as populações indígenas basicamente também em três grupos: os Coroados, índios pertencentes à etnia caingangue que habitavam as vertentes da Serra dos Agudos, próximo às nascentes do Rio do Peixe – muitas vezes, o grupo ultrapassou os limites do Vale do Paranapanema e ocupou grande parte da região sul; Os Caiuás, de filiação lingüística Tupi-guarani, que ocupavam quase toda a extensão do rio Paranapanema e ainda se distribuía pela bacia do rio Tibaji; e, por fim, os Xavantes, mais precisamente a etnia Oti-xavante, que constituía um grupo isolado e habitava a região do Médio Paranapanema – região denominada de “plateau central”, formada por extensas terras de campos e cerrados se estendia até a foz do Ribeirão Rebojo⁹⁴.

Os cainganges, que ocupavam uma vasta região da Província de São Paulo até a região sul, chegando à Argentina, foi o povo que mais ofereceu resistência à ocupação. Eles eram considerados de extrema habilidade com a caça e a pesca, ágeis no manuseio e no preparo das flechas. Cornélio Schmidt, em sua passagem pela cidade de Campos Novos do Paranapanema, descreve que os índios cainganges “são altos e bem proporcionados, usam [...] tanga,

⁹⁴ RODRIGUES, Sônia da Silva. Tentativas de aldeamentos em Campos Novos do Paranapanema (Sagrado Coração de Jesus da Serra dos Agudos e Catequese). In: **Terra Indígena**. Assis. Ano XV, nº 81, março de 2000, p. 46. Cf. RODRIGUES, Sônia da Silva. **Kaingang, Oti-xavante e Guarani no Povoamento do Vale do Paranapanema**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003. p. 13.

e têm lanças, flexas e arcos de mais de 12 palmos de comprimento e cacetes de 15 p. (polegadas)”⁹⁵.

Na excursão empreendida por T. Sampaio, era comum as pessoas reclamarem do índio, apontando que sua presença oferecia perigo e exigia vigilância constante do homem branco. Assim,

O índio é de facto a maior dificuldade que encontra o povoamento do valle do Paranapanema. Obrigado a fugir sempre diante do colono invasor, que lhe destróe as mattas, que lhe restringe dia por dia, a área das excursões venatórias, o índio, antigo senhor, reage como póde, mata e rouba á traição e jamais esquece a vingança como nunca se modera em atrocidades. É já bem longa a lista dos que pereceram victimas da ferocidade do índio nesses ultimos quinze annos: familias inteiras trucidadas, mulheres, meninos, animaes domesticos tudo parece de maneira mais cruel⁹⁶.

Com a vinda dos primeiros colonizadores, foi muito comum os caingangues investirem contra os forasteiros destruindo pequenas roças e animais utilizados na subsistência, no entanto, muitas dessas investidas tinham a finalidade de distanciar os posseiros de terras que eram usadas para caça ou caminhos de comunicação com outras tribos.

T. Sampaio em uma conferência (publicada em 1939, na Revista do Arquivo Municipal) que deveria ser dada em Itapetininga, para comemorar o cinquentenário de sua expedição, retomou alguns apontamentos de sua viagem e ao referenciar o índio caingangue lembrava que era:

Ladrão, audacioso, ronda o homem civilizado até colhe-lo de surpresa e lhe infligir nas roças o castigo de sua intromissão nas terras de seu domínio. Mata a quanto assim colhe de

⁹⁵ SCHMIDT, Cornélio. Op. cit.: p. 423.

⁹⁶ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 22.

improviso, para que não fique testemunha do seu crime, nem indício algum que possa orientar a desforra do lado branco.

[...]

Si se apoderam de um carro de bois, mortos o carreiro e o guia para lhes tomar as armas e as ferramentas, arrancam toda a ferragem que podem, e para facilitar o trabalho queimam o veículo, reduzindo-o a cinzas. O ferro é o precioso metal que motiva toda essa barbárie da parte dessa gente⁹⁷.

Os Xavantes, outro povo destacado nos relatórios, ocupavam extensa faixa de campos e cerrados que se estendia desde a cidade de Avaré até ao afluente do Rebojo⁹⁸. Estes não ofereceram resistência à ação colonizadora e foram exterminados logo nos primeiros anos da instalação da frente pioneira na região. Durante séculos, tiveram os caingangues como inimigos na disputa pelo território, principalmente, por áreas mais abundantes de caça⁹⁹.

Segundo o trabalho Sonia Rodrigues, o estopim para as ações de extermínio da etnia foram em decorrência das primeiras investidas dos Xavantes sobre as criações de animais – como bois e cavalos – próximo às cabeceiras do Rio S. Matheus e Jaguaretê. O fato de os brancos possuírem armas mais eficazes e a passividade do Xavante foram cruciais no processo de extermínio, sendo que, no ano de 1893, restavam apenas “ 1 homem, 4 mulheres e 4 crianças”¹⁰⁰.

Segundo o relatório da CGG:

⁹⁷ SAMPAIO, Theodoro. Um inédito de Teodoro Sampaio: conferencia que devia ser proferida na Escola Normal “ Peixoto Gomide” em Itapetininga. **Revista do Arquivo Municipal** . v. V. n. LVIII. p. 63-90. São Paulo, jun/1939. p. 83. Segundo, foi possível levantar Teodoro Sampaio não pode comparecer por estar com a saúde fragilizada o que tornou sua viagem inviável até o interior de São Paulo.

⁹⁸ As nascentes do Ribeirão Rebojo estão localizadas na cidade de Presidente Prudente/São Paulo.

⁹⁹ ROFRIGUES, Sônia da Silva. **Kaingang, Oti-xavante e Guarani no Povoamento do Vale do Paranapanema**. p. 120.

¹⁰⁰ Idem. Ibidem. p. 122.

Os Chavantes são índios do campo e vivem exclusivamente do que nelle ha: são de tez escura, quase negra, sujos e mais feios do que os Cayuás. [...] Segundo informam os sertanejos, esses índios se alimentam de cobra, ratos, lagartixa, vermes do chão, bicho de taquara, côco, palmito, etc. fazem as caçadas queimando o campo, pondo-lhe cerco e matando a paulada todo o animal que busca escapar do fogo.

[...]

Nada cultivam e por isso passam vida miserável. Com ferramentas toscas ou pontas de paó, fazem profundas escavações a busca de mel, [...] empregando dias n'um trabalho que lhes não dá comer por alguns instantes.

Os hábitos dos “ Chavantes” ainda foram observados por outros viajantes, os quais igualmente demonstraram repugnância pelos costumes alimentícios e pela falta de higiene no consumo de alimentos. Edmundo Krug, ao visitar a fazenda do Sr. Magalhães, em São Paulo dos Agudos, se depara com uma colônia de índios Chavantes e destacava que o índio dócil em sua maioria é “ indolente, pouco amante do trabalho: podendo se esquivar deste, foge logo para o matto onde fica alguns dias se alimentando e caçando e alimentando-se de larvas de insectos e de mel, voltando depois ao trabalho sem dar explicações algumas ao patrão [...]” ¹⁰¹

Segundo os documentos, os índios mais afeitos à presença dos brancos foram os índios Caiuás, considerados de boa índole e sempre abertos às “ benesses da civilização” . Tanto que os primeiros habitantes que se aventuravam pela região conseguiram estabelecer contato e trocar os artefatos indígenas por utensílios como ferramentas e roupas. Esses também foram os que mais assentiram nas reduções missionárias; assim, foram reduzidos ao aldeamento de Piraju, à cidade de São Sebastião do Tijuco Preto, e também há relatos da presença dos mesmos na colônia militar de São Pedro de Alcântara, há alguns quilômetros adentro do rio Tibaji, afluente do Paranapanema.

¹⁰¹ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 448.

Segundo os apontamentos de Theodoro Sampaio:

Os caiuás de que esses que encontramos em St. Inácio são autenticos representantes, vivem derramados no Vale do Paranapanema, para baixo do Salto Grande; vivem nas matas marginais deste rio e raro atingem o campo [...]¹⁰²

Quanto à índole do Caiuá, Sampaio acrescenta que:

O Cayuá é um índio forte e de mehora aparência do que o Coroado. De índole mais branda, mais communicativo e talvez mesmo mais astucioso o Cayuá é o mais numeroso nos poucos estabelecimentos de catechese existentes no Vale do Paranapanema. Da sua tribo há ainda muita gente nas mattas; e como o índio, apesar de domesticado, sempre é muito dessimulado há parta com elle entre os sertanejos grande repugnancia e seria desconfiança.¹⁰³

Outro aspecto apontado nos documentos é o trato com a agricultura, segundo a visão dos viajantes a agricultura dos indígenas é de “ princípios toscos” com resultados “ miseráveis” , que pouco atendem às necessidades básicas que o viajante julgava importantes. Exemplo dessa perspectiva foi exposta por E. Krug ao visitar uma aldeia caingangue, onde se deparou com técnicas diferentes das do branco colonizador, qualificando o método indígena como rústico no trato com a lavoura. Assim, descreve que as roças:

[...] são miserables plantações; as covas são abertas muito juntas umas as outras, dando em resultado o rachitismo e a produção nulla das plantas. Tendo os kaingangues instrumentos cortantes de bem pouco valor pratico, com os quaes eles podem cortar objectos mais ou menos miúdos, mais ou menos molles, e isto mesmo com muito custo, elles preferem para suas roças logares ferteis férteis, porem onde a vegetação seja escassa.¹⁰⁴

¹⁰² SAMPAIO, Teodoro. Um inédito de Teodoro Sampaio. p. 83.

¹⁰³ SAMPAIO, Teodoro. Considerações geographicas e economicas sobre o valle do Paranapanema. p. 41.

¹⁰⁴ KRUG, Edmundo. Os índios das margens do Paranapanema. In: **Revista do IHGSP**. São Paulo. Volume XXI, edição abrangendo os anos de 1916 a 1921. 1924, p. 328.

De um modo geral, estas descrições tendem a depreciar a imagem do indígena, pois conferem-lhe uma nuance de selvageria que o impossibilita de participar do processo civilizatório.

O estranhamento estabelecido é convertido numa violência disseminada por grande parte do Paranapanema, no entanto a hostilidade do índio, em alguns momentos, é compreendida pelos viajantes. Cornélio Schmidt ao manifestar suas opiniões sobre a violência que se estendiam sobre a fronteira demográfica dizia que ela acontecia “ com os índios que estão sendo exterminados pelos caboclos, e cada vez torna-se mais entranhado o ódio mútuo” ¹⁰⁵.

Os conflitos se estenderam por toda a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, foram marcadas pela extrema violência entre ambas as partes. As investidas indígenas, em sua maioria realizadas à luz do dia, utilizavam flechas e bordunas e não poupavam ninguém. Bruno Giovannetti, ao percorrer a região procurou coletar informações sobre o embate com do indígena com o forasteiro e descreve que:

Em 1874, os índios coroados resolveram assaltar de surpresa a vila (Campos Novos) para matar[...] o posseiro José Teodoro de Souza. O cacique da tribo reuniu um poderoso contingente de índios, calculado mais ou menos em 1.000, que ficou escondido durante uma inteira noite, no meio de um capão de mato[...] Entre as 9 e 10 horas um escrava foi procurar um frango no meio de uma capoeirinha, no fundo do quintal da casa de seu senhor, quando inopinadamente foi presa por um grupo de índios escondidos naquele lugar[...] De todos os cantos ocorreram homens e mulheres para batalha. Era preciso desferir um golpe de força, e o embate foi violento. O formidável tiroteio sacudiu a pacatez da Vila[...] Nuvens de flechas escureceram o horizonte[...] Às duas horas da tarde os índios sobreviventes, estrondosamente derrotados nessa

¹⁰⁵ SCHMIDT, Cornélio. Op. cit. p. 409-410.

tentativa de conquista, fugiram, e a calma voltou de novo no seio pacato da povoação¹⁰⁶.

De acordo com Amador Nogueira Cobra, o revide dos homens brancos não tardou: a ação se caracterizava pela arregimentação, por um fazendeiro local, da parentela e outros agregados que esperavam o fim dos dias festivos nas aldeias para atacarem. Assim, com os índios ainda dormindo aproveitavam para as investidas, matando homens e mulheres e aqueles que conseguiram escapar eram levados para as fazendas para serem domesticados e aproveitados no trabalho, às mulheres restavam apenas o casamento com os colonos. Amador Cobra ainda relata que alguns fazendeiros, diante da necessidade de exterminar o índio, investiram na prática do envenenamento, a técnica consistia em assustar os índios, expulsando-os momentaneamente, para se espalhar rapidamente veneno na água e nos alimentos que encontravam nas aldeias, depois de dias as primeiras baixas começavam aparecer indistintamente entre homens, mulheres e crianças¹⁰⁷.

Porém, Teodoro Sampaio, ao percorrer a região, constatou que, em outros momentos, a prática de investida contra o indígena também poderia acarretar mais prejuízos para os próprios colonizadores.

O Sr. Joaquim Pedro de Figueiredo nos fez a narração do triste caso da morte de seus filhos, dos dous escravos e da *batida* que organizou para castigar o bugre. Eram trinta e dous homens da

¹⁰⁶ GIOVANNETTI, Bruno. Op. cit. p. 102-104.

¹⁰⁷ Segundo estudo de Sônia Rodrigues, no momento que as frentes pioneiras estavam se estabelecendo na região, existiam três formas correntes de se estabelecer contatos com os indígenas da região que são: o aldeamento, a dada e as bandeiras. O Aldeamento foi a maneira encontrada pelo Estado de reduzir o índio a espaço estabelecido onde aprenderiam a cultivar a terra, a prática de ofícios e, o mais importante, seria catequizado e “civilizado” a fim de não mais oferecer riscos ao branco. As dadas eram as investidas que os fazendeiros e posseiros da região faziam contra as tribos indígenas com o claro objetivo de empurrá-los mais além da fronteira agrícola ou exterminá-lo. A bandeira contava com apoio do governo, não muito diferente da dada, apenas era destinada a capturar os índios e entregá-los aos aldeamentos para que fossem catequizados, porém na eminência da resistência o índio também era eliminado. RODRIGUES, Sônia da Silva. **Kaingang, Otixavante e Guarani no Povoamento do Vale do Paranapanema**. p. 13.

expedição, subiram a Serra dos Agudos e depois de dous dias de marcha já com a noite, deram com uma grande aldêa de bugres. Estes, tendo presentido o ataque, tomaram precauções, retiraram as famílias, deixando apenas os velhos e reuniram todos os guerreiros validos em numero de dous mil, que acho exagerado, e dividiram-se em partidas emboscadas nos arredores da aldêa. Quando a gente da *batida* investio contra esta, tendo deixado atrás alguns homens para cobrir a retirada, uma nuvem de flexas acolheu-a de todos os lados, travando-se porfiado combate desde o nascer do sol até cerca de 9 horas¹⁰⁸.

Com esse cenário de violência instalado na região, houve “ muita gente se dedicou ao serviço de matar índios e muitos indivíduos vangloriavam-se das façanhas praticadas e dos montes de cadáveres que fizeram [...] na sanha de bater o bugre [...] procediam impiedosamente”¹⁰⁹ e a “ luta entre coroados e colonizadores durou quarenta anos e só teve fim quando todos os índios foram exterminados”¹¹⁰.

Diante da violência que corria solta, muito se falou em uma solução que pudesse conter o extermínio. Os impactos da expansão sobre os povos indígenas pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, exposto na primeira viagem empreendida pela CGG, em que Teodoro Sampaio, diante dos relatos sobre a violência entre o sertanejo e o indígena, não deixou de criticar a ação missionária, cuja intenção era abrandar a “ alma do índio” :

A catechese é, a nosso ver, a melhor medida para a pacificação destes sertões, onde ha tudo a esperar da energia e tenacidade dos seus actuaes povoadores. Esta medida não deve ter em vista, como não pode ter, transformar o selvicola em agente de uma civilização que elle não comprehende. Do índio domesticado não licito esperar um operario como o requer a nossa civilização. Amançado ou domesticado pela palavra do missionario, o índio perde toda aquella nobreza selvagem sem ganhar em capacidade ou em grandeza moral; baptisado, mas

¹⁰⁸ SAMPAIO, Teodoro. Considerações geographicas e economicas sobre o valle do Paranapanema. p. 24.

¹⁰⁹ Segundo Amador Cobra, esses homens que estavam empenhados na caça ao índio eram chamados de bugreiros. COBRA, Amador Nogueira. Op. cit.: p. 137-138.

¹¹⁰ Idem. Ibidem. p. 48.

não christão e simplesmente credulo, elle arrastará uma vida apathica e miseravel, como essas plantas em estiolamento por haver mudado de *habitat*. No contacto com a raça mais forte, que o subjuga, elle só tem que perder, pelo efeito d' essa lei inflexivel e implacavel que explica a expansão e o aperfeiçoamento da especie humana¹¹¹.

Ainda é possível perceber nessa explanação que o caráter ideológico da primeira expedição da CGG cogitava o fato de frear os conflitos decorrentes da submissão do indígena à catequese. Com isso, o caminho mais plausível seria restringir a vida indígena aos aldeamentos e domesticá-los para o trabalho agrícola e para a criação, deixando as extensas terras onde viviam para ser reaproveitadas economicamente pelas lavouras de exportação.

Nos mesmos apontamentos, ainda é possível perceber que o autor se coloca receoso com a expansão do local e argumentava que a lei do mais forte tem sido “ inflexível e implacável” com os índios e catequese é a única maneira de “ protegê-lo contra o exterminio a que a conquista da terra fatalmente o condemna” ¹¹².

Diferentemente da posição esboçada no relatório de 1886, a exploração do Rio de Peixe, realizada em 1905, estava inserida em outro contexto econômico e político, já discutido no capítulo anterior. O chefe da expedição, Gentil Moura expõe outra postura da CGG frente ao indígena:

O caminho do progresso da cultura d' esta zona está claramente indicado. Os Campos Novos do Paranapanema é o sertão mais fácil de se povoar que o Rio Feio e Aguapehy. Cruzado já por uma estrada de rodagem que se acha construída até a foz do Rio Santo Anastácio e sendo em via de prolongamento um importante estrada de ferro que penetrará na sua parte central, não pode continuar por muito tempo a estagnação de seu povoamento. O inimigo perfidioso, sanguinario e vingatorio, o corôado selvagem, finalmente terá que acceitar a civillisação emigrar ou sucumbir e o sertão,

¹¹¹ SAMPAIO, Teodoro. Considerações geographicas e economicas sobre o valle do Paranapanema. p. 25.

¹¹² Idem. Ibidem, p. 25-27.

admirável sertão, abrir-se-ha, sem condições, aos inteligentes e valentes pioneiros da cultura e da humanidade ¹¹³.

Os apontamentos realizados pela expedição do Rio do Peixe vêm de encontro aos que defendem nitidamente os interesses da elite agrícola, que restringiu o espaço dos índios até o ponto de drasticamente repeli-los e/ou eliminá-los pelas investidas de fazendeiros na região. O relatório da CGG revela um caráter expansionista marcado pela necessidade de ampliação do território com a intensificação de um processo de genocídio dos nativos e a implantação de uma civilização no oeste paulista que não mais comporta “ a selvageria” .

Dentro da perspectiva que se constrói da região o índio também é um dos componentes da geografia regional: o destaque que se dá a ele é preconceituoso e demonstra claramente um projeto civilizatório que o suprime. Assim, as menções ao indígena que surgem nos relatos são depreciativas e consolidam a idéia de que era necessário o extermínio do índio para o sucesso do povoamento na região.

Independente das posições expressas nos relatórios, o que pode ser concluído é que a frente de expansão, localizada no extremo oeste paulista, foi palco de violentos embates entre os índios e o colonizador branco, que não pouparam crianças, mulheres, idosos ou animais. Porém, tanto as expedições armadas por comerciantes e fazendeiros como a ampla difusão das armas de fogo pelos sertanejos foram determinantes na dizimação dos índios. Os sobreviventes são reduzidos aos ínfimos aldeamentos e condicionados a uma vida sedentária, em que eram obrigados a trabalhar com pequenos ofícios

¹¹³ O texto foi escrito pelo botânico Gustavo Edwall como notas finais do relatório. **Comissão Geográfica e Geológica**. Exploração do Rio do Peixe. São Paulo. Typ. Rothschild, 1913.

manuais e, de tal modo, seriam convencidos do mundo melhor que poderia advir com a “ civilização” ¹¹⁴.

¹¹⁴ GUILLAUMON, R. Como el hombre se aposó de la tierra indigena en el “ Pontal do Paranapanema” en el Estado de “ São Paulo” – Brasil. In: STEEN, H. K.; TUCKER, R. P. **Changing Tropical Forests: historical perspectives on today’ s challenges in central & south america.** p. 208-9.

III

ENTRE VIAJANTES E CAIPIRAS

N'uma zona nova, cheia de florestas por toda a parte, como sucede nas boas terras de Campos Novos, é preciso cortar matta para fazer lavouras, não ha duvida; mas respeite-se a matta que não é absolutamente necessaria para a cultura, não se abandonem os terrenos desbravados, que sempre darão boas producções quando convenientemente tratados, e não se desdenhe plantar novas mattas nos terrenos que não tiverem outra applicação mais util e de utilidade mais imediata, porque a silvicultura dá tambem muito boa renda quando feita com critério.

Amandio Sobral

Boletim Agrícola, 1903.

Se pudéssemos traçar um perfil da região do Vale do Paranapanema na segunda metade do século XIX, os contornos seriam os de um mundo em transformação, pois o olhar que os “modernos viajantes” dispensaram sobre o território é permeado pelo conflito e pelos interesses. Esse novo horizonte que despontou foi regido pelos grandes fazendeiros que vislumbraram na região a oportunidade de expandir as lavouras de exportação e diversificar seus investimentos na expansão cafeeira, no prolongamento dos trilhos ferroviários e na especulação imobiliária.¹

Entre as décadas de 1890 a 1910, a região vivia a experiência da *frente econômica*, caracterizada pelos grandes empreendimentos agrícolas que contrastavam com a vida simples do caipira. Nesse momento, a disputa pelos espaços se acirrou marcando um novo cenário no cotidiano local. Justamente

¹ PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 228-229.

dentro dessa turbulência de transformações que emergiram novos paradigmas, advindos do mundo urbano-industrial. Assim, a “ familiaridade do homem com a Natureza vai sendo atenuada, à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos” , e a manutenção dos meios de subsistência não mais dependiam mais exclusivamente do “ meio circundante” ². Gradualmente, uma nova paisagem, marcada pela voracidade das grandes lavouras de exportação, em nome do “ progresso” , põe fim nas matas de cerrado e nas florestas que margeavam os rios da região.

Esse cenário que despontava ganhou vida através do olhar dos viajantes que, imbuídos de uma formação acadêmica e das ideologias cientificistas do final do século XIX, imprimiram uma perspectiva particular sobre a região, as populações locais pessoas e a reprodução de seus meios de subsistência. Muitos desses documentos, citados em vários estudos acadêmicos da região do Vale do Paranapanema, além de uma importante fase da história da ocupação territorial paulista, contemplam também o desenvolvimento da ciência nacional.

Os apontamentos de Teodoro Sampaio, em 1886, inauguraram as viagens que ocorreram na região, as quais foram seguidas pelas empreendidas por Edmundo Krug e Cornélio Schmidt; a última grande expedição foi a da Comissão Geográfica e Geológica, em 1905, encerrando assim o ciclo de viagens de exploração no vale do Paranapanema.

Durante esse período, os viajantes desempenharam papel importante na observação dessas mudanças, pois capturaram e construíram um panorama da região, preciso em seus aspectos geográficos e ideológicos ao tratarem das políticas de terra, dos índios e das comunidades locais. Por terem pouco ou nenhum vínculo pessoal, tais exploradores conseguiram elaborar análises que ora pendiam para relatos mais amigáveis ora para relatos com críticas mais contundentes, como o foram os de Cornélio Schmidt. Esses textos eram

² CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira e as transformações dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 176.

direcionados para um público diferenciado – de um modo geral, fazendeiros e investidores financeiros que, preocupados em diferenciar seus recursos, entreviam possibilidades de investimentos na expansão de terras. Assim, os relatos eram importantes fontes de informações que poderiam dar maior confiabilidade aos seus investimentos.

Nesse capítulo, a preocupação está centrada nos relatos desses viajantes e em como eles construíram suas impressões sobre a região, sobre o cotidiano dos moradores e sobre como eles produziam e reproduziam seus meios de subsistência. Com isso, as observações em torno da agricultura, os meios de produção e as dinâmicas de troca são elementos importantes para o entendimento da região e de sua organização social e econômica.

O MODELO AGRÍCOLA DAS FRENTES CIVILIZATÓRIAS

Como já foi visto no capítulo anterior, em meados do século XIX, as primeiras levas de colonos vindos da região de Minas Gerais começaram a se estabelecer na região. Essa primeira frente, denominada *frente civilizatória*, veio com a formação das primeiras lavouras e a exploração dos recursos naturais.

Antes disso, a deterioração da natureza se processava num ritmo lento e, nas primeiras décadas do século XX, ganhou proporções inimagináveis e, em poucos anos, quase toda a cobertura natural da região cedeu lugar a um modelo de agricultura exportadora e à pecuária extensiva.

Por volta do século XVII, a região do Vale do Paranapanema, pertencente à coroa espanhola, foi palco dos interesses jesuítas, os quais, empenhados no projeto de catequização dos indígenas, dominaram quase toda a bacia do rio Paraná, com missões que se estenderam até o rio Paranapanema. No vale, a experiência foi desenvolvida em duas reduções – Nossa Senhora do Loreto e Santo Inácio Menor – próximas à foz do rio Tibagi.

A experiência jesuíta nesses dois aldeamentos, foram inseridas práticas agrícolas e plantas fora do domínio indígena e foi estimulado o cultivo sistemático junto as tribos indígenas aldeadas. Os vestígios dessa intervenção trabalho foram observados por Teodoro Sampaio, anos mais tarde, quando chegou às ruínas dessas reduções:

A 2 de Agosto alcançávamos a barra do Santo Ignácio, onde estão as ruínas do antigo aldeamento ou reduções, de que hoje não restam sinão um amontoado de telhas quebradas, alguns esteios desaprumados da velha capella, e uns tantos pés de laranjeira que o índio frequentemente visitava³.

Por estas palavras, é possível verificar que a paisagem já estava modificada. A laranja era o símbolo desse empreendimento colonizador, pois, sendo um fruto de provável origem asiática, foi introduzida no país logo nas primeiras décadas da colonização e se tornou uma das tantas outras espécies vegetais trazidas para o Brasil pelo intercâmbio que os portugueses mantiveram com a Índia e a China⁴. No aldeamento visitado, ela se tornou símbolo dessa influência jesuíta e deveria compor parte dos recursos que eles utilizavam para atrair o indígena ao mundo cristão.

Na mesma expedição, Teodoro Sampaio se deparou com uma população indígena que já não vivia mais só, dividia seu espaço com o colonizador luso-brasileiro que, oriundo das Minas Gerais, ocupava gradativamente os seus campos de caça, destruía a floresta e se alojava no meio natural.

Como vimos anteriormente, a primeira viagem da Comissão Geográfica e Geológica se concentrou basicamente em explorar a navegabilidade dos rios Itapetininga e Paranapanema, em cujas margens Teodoro Sampaio descreveu suas primeiras impressões sobre a população e seus meios de subsistência. Tais impressões, muitas vezes, foram permeadas pelas concepções científicas

³ SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. p. 110.

⁴ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo. Cia. das Letras, 1996. p. 102-103.

do autor, assim, a cultura caipira foi descrita em vários momentos como “ pobre” , “ insuficiente” ou de “ pouco recursos” . Este discurso se alinhava com os interesses da elite paulista que pretendia construir a idéia de uma região tomada pela pobreza e pela miséria e, deste modo, o relatório de Sampaio oferecia subsídios para que essas argumentações ganhassem força.

Na verdade, o que se via por parte dos cientistas e da elite agrícola era uma preocupação com a falta de conhecimento sobre a região. Isso pode claramente ser visto nas palavras de Teodoro Sampaio que, ao entrar no rio Paranapanema, depara-se com um universo singular e desconhecido “ quasi deserto, uma solidão [...] onde a matta virgem com os seus rumores mysteriosos domina por toda a parte” ⁵. Ao se embrenhar rio abaixo, avista, próximo à vila do Espírito Santo⁶;

[...] alguns pobres casebres de moradores ausentes, pequenas roças de milho, o gado pastando em um pedaço de campo que ahí vem ter á beira d'agua, e ao longe para o nordeste, dominando o valle coberto de mattas, [...] A escassez da população á margem do rio é muito sensível, incutindo a toda hora no espirito esse sentimento de tristeza proprio das regiões desertas⁷.

Esse sentimento de solidão que tomava conta da expedição aumentava com a descida do rio. Quando a expedição chegou à vila do Salto Grande do Paranapanema, mais uma vez, era preciso ressaltar as “ mazelas da vida caipira” , a escassez de alimentos e outros recursos para a continuidade da expedição.

No dia 29 de Julho, após breve demora na foz do rio Pardo, entrámos na grande bacia do Salto Grande. Neste sitio ergue-se

⁵ SAMPAIO, Teodoro. **Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema**. São Paulo. Comissão Geográfica e Geológica, 1889. É preciso também estar atento ao problema de se residir próximo aos rios que era contrair a febre-amarela e malária. Daí decorre que a experiência e o conhecimento da doença afastaram essas populações da beira do rio.

⁶ Sua chegada a vila do Espírito Santo se deu no 1º dia do mês junho, atualmente a vila citada por Teodoro Sampaio, é a cidade de Angatuba.

⁷ SAMPAIO, Teodoro. **Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema**. p. 4.

agora pequena povoação na margem paulista, destinada a prosperar em vista da sua posição e boa qualidade das terras que a circundam; mas são ainda em pequeno numero os seus habitantes, quasi todos mui pobres, e com pequenas lavouras de cereaes que apenas dão para o consumo local. [...] Por muito procurar, sempre conseguimos ahí alguma polvora e um pouco de farinha por alto preço, e uns poucos generos insufficientes para uma viagem atravez de uma região totalmente deserta e infestada de indios como a que iamos agora percorrer.

Em 1905, Edmundo Krug, em sua viagem ao Vale, produziu um discurso semelhante, que também enfatizava um cenário tomado de “ pequenas roças” espalhadas em meio às matas que cobriam a região. Diante de um universo tão diverso do seu cotidiano, Krug procurou, em vários momentos, legitimar a idéia de “ pobreza” e “ dificuldade” em que a população local vivia.

O povo dahi vive de pequena lavoura e ganha o seu necessario sustento carreando mantimentos e outros gêneros de primeira necessidade a Campos Novos do Paranapanema e a São Pedro do Turvo, possuindo cada familia invariavelmente o seu fuso e tear, sobre o qual fazem os mais lindos artefactos⁸.

Em outra ocasião, ao dialogar com um membro da família Paiva, um dos primeiros habitantes luso-brasileiros da região, Krug buscava destacar um mundo em transformação, cujo cotidiano ele procurou caracterizar pela “ fartura” , pela “ abundância” e pela “ fecundidade da terra” – algumas das qualidades lembradas pelo autor na tentativa de mostrar uma terra próspera que aguardava apenas uma colonização “ racional” . Assim, nos extremos do sertão paulista:

[...] tudo se plantava ahí, só se comprava o sal necessario para a cosinha, e mesmo as roupas, os tecidos para estas, eram feitos na própria fazenda, dizia-me (Sr. Paiva) que o trigo cresce e produz admiravelmente, nunca tendo elles tido

⁸ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. In: **Revista do IHGSP**. São Paulo, vol. 23. p. 439.

necessidade de comprarem em lugares afastados uma só sacca de farinha para o fabrico de pão⁹.

Apesar da visão romântica de Edmundo Krug reiterava que os caminhos do sertão são sempre longos e os recursos que os moradores dispunham eram freqüentemente “insuficientes”¹⁰. Elementos que nos levam a comparar essas descrições “com o modo de vida caipira”, uma agricultura que prove os recursos essenciais apenas para a manutenção do grupo – ora ou outra eram produzidos pequenos excedentes, carregados até as vilas maiores onde eram trocados pelos gêneros que faltavam: em especial, sal e pólvora.

O uso da terra exclusivamente para pequenas lavouras abriu espaço para uma crítica muito contundente feita por Cornélio Schmidt. Dizia ele que as propriedades adquiridas por esses novos migrantes vindos de Minas Gerais, eram, na maioria das vezes, grandes latifúndios que acabavam sendo subutilizados com “pequenas roças milho e feijão” – produtos característicos das lavouras de subsistência. Essas plantações geralmente não ultrapassavam 15 alqueires de terra (aproximadamente 36 hectares), tamanho suficiente apenas para a produção de alimentos que garantissem a sobrevivência da família e a criação de algumas cabeças de gado e de porcos.

O que é válido destacar nessa crítica de C. Schmidt é a visão “mercantilizada” que ele deixa transparecer ao olhar o modo de produção desses pequenos lavradores da região do Vale do Paranapanema, caracterizando-os como caipiras que ocupavam o solo e produziam apenas para o próprio consumo, fora da esfera comercial.

O gosto do caipira estava na liberdade que esses grandes latifúndios ofereciam: a mata virgem, a abundância de caça e o horizonte sem fim atraíam esses homens que, a cada ameaça de aproximação do mundo civilizado, abandonavam suas terras e partiam para locais mais longínquos.

⁹ Idem. Ibidem. p. 436-437.

¹⁰ Idem. Ibidem. p. 432.

Quem captou essa situação foi o advogado Amador Nogueira Cobra que, ao entrever uma familiaridade do “sertanejo” com os grandes latifúndios, comenta que:

O sertanejo tem gosto especial pelas grandes extensões de matas virgens onde, a cada ano agrícola roça, planta e faz colheita sem necessidade de carpir. O segundo ano em diante é que começa a “sujar”, isto é, no terreno, segunda vez aproveitado, as plantas daninhas crescem ao lado do milho, “abafando-o”, exigindo carpa, muito cara e difícil. [...] O benemérito trabalhador nacional — enfrenta o jequitibá e desbrava a selva bruta — não aprecia a lavoura com plantações enfileiradas e arruadas; quando esta atinge uma zona, já está ele longe dali; mudou-se para além e foi, de novo abrir morada na orla da floresta¹¹.

Um dos fatores que foi preponderante na formação desses latifúndios foi o baixo valor da terra. Fato que foi apontado por Teodoro Sampaio ao fazer uma comparação dos baixos preços das propriedades da região do Vale do Paranapanema com as de outras localizadas próximas aos centros urbanos ou que já tinham sido desmatadas. Segundo seu estudo,

Nos sertões de Campos Novos, onde as posses tem notável extensão, o preço de terras legitimadas varia de 3\$000 a 5\$000 por alqueire (2,4 hectares), não sendo beneficiadas, caso em que ascende o preço de 15\$000 ou 20\$000 nos sitios mais proximos dos povoados. Abaixo do Salto Grande, do lado do Paraná, se tem vendido terras virgens aos preços de 4\$000 a 10\$000 o alqueire. Nos valles do Turvo e do Pardo, onde a população é mais condensada, o valor da terra varia entre 15\$000 e 70\$000 o alqueire. Nas manchas de terra roxa, onde a cultura do cafeeiro é possível, como no Rio Novo, Fartura, Rio Verde, Espírito Santo da Boa Vista, oscilla o preço entre

¹¹ Amador Nogueira Cobra ao relatar esse modo de vida se refere basicamente ao posseiro, o qual não possui a propriedade da terra e ocupa áreas extremas do sertão paulista, pois longe dos grandes lavouras de exportação dedica parte do seu tempo a uma lavoura de pequenos gêneros alimentícios apenas para consumo próprio. Quando a grande lavoura de exportação chega próximos aos limites de suas terras abandona a casa e a roça e parte para lugares mais distantes de “terra livre” para que possa novamente reerguer a roça e a casa, à espera de um dia qualquer se sujeitar as mesmas mudanças. COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo. Hennies & Irmãos, 1923. p. 196-197.

20\$000 e 75\$000. Em S. Sebastião do Tijuco Preto o preço mínimo das terras é de 20\$000, e ainda menos se encerram campos¹².

O exemplo descrito por T. Sampaio também se repete no relatório de Edmundo Krug que comparou, em outra época, o custo de um alqueire de terra – aproximadamente 5\$000 – e o aluguel de uma casa – 12\$000 ao mês. Diante desses dados, é possível perceber que a oferta barata de terras atraiu muitas pessoas interessadas na aquisição de grandes posses. Por outro lado, o baixo custo também seduziu agricultores que não possuíam um capital inicial para investir em benfeitorias como a limpeza dos terrenos e a preparação do solo para receber as primeiras lavouras. Assim, é visível nos documentos pesquisados que os viajantes sempre encontravam grandes latifúndios com pequenas lavouras que contrastavam com a mata virgem.

Quem deu destaque à “ subutilização ” do solo foi Cornélio Schmidt que, durante a sua viagem pelo interior do Estado, fez uma breve parada na propriedade do Sr. Manoel Ignácio, próximo à cabeceira do rio Capivara. Ali ressaltava que a fazenda de aproximadamente 1.800 alqueires era “ de cultura excelente e pouco aproveitada ”, sendo que somente 200 alqueires eram destinados à criação de 150 cabeças de gado e o restante estava coberta de campo e mata¹³. Segundo o autor, esse baixo aproveitamento se dá em virtude da “ índole vadia ” do caipira que não trabalhava e ficava os dias deitado, ou pescando, ou se embrenhava na mata em busca de caça.

Essa argumentação utilizada pelo autor fazia parte do debate da eugenia que ganhava espaço na sociedade brasileira, nos primeiros anos do século XX. Assim, C. Schmidt expõe implicitamente em seu relatório a questão da raça: o caipira passa a ser, dentro desses relatórios, o personagem principal de um discurso que vulgarmente o classifica pela indigência, pela vida lasciva e pela

¹² SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 35-36.

¹³ SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo. In. **Anais do Museu Paulista**. tomo XV. Ano 1961. p. 429.

indolência. Reafirmando suas posições científicas, Schmidt, em visita a um povoado próximo ao Salto do Avanhandava, teve a oportunidade de conhecer a população local, por ele descrita da seguinte forma:

[...] No Salto o povo cuida em pescar. No tempo da piracema em setembro ou outubro, depois das primeiras chuvas, finda a subida dos peixes, eles nada fazem. Passam sentados todo dia, ou deitados. Plantam os mais trabalhadores, meio ou 3/4 de alqueire de milho, feijão ou arroz; engordam 2 ou 3 porcos; com algum peixe que pescam compram rapaduras (o doce) e algum sal e passam o resto do ano mais felizes e ricos que qualquer sultão¹⁴.

De um modo geral, os autores aqui apresentados não demonstravam abertamente a preocupação de enquadramento da população local dentro de um conjunto teórico evolucionista ou qualquer outra teoria que pudesse explicar os problemas sociais. Porém, os apontamentos de Schmidt é parte de uma situação maior que era a conotação pejorativa feita ao caipira ou qualquer outro tipo de agricultor que utilizava a terra a fim de produzir alimento para consumo próprio. A associação que sempre se fazia era de uma agricultura de baixa produtividade e de técnicas arcaicas como a queimada ou a “ agricultura de coivara” .

O que pode ser inferido é que existia a preocupação em descrever uma “ região pobre” e apontar as raízes dessa pobreza. Portanto, não é errôneo dizer que as teorias do darwinismo social e da eugenia permeavam os pensamentos tanto de Cornélio Schmidt como de Teodoro Sampaio – embora para este último a questão da raça não seja sua preocupação principal, pois acredita que a conquista do sertão é obra do “ sertanejo” que dia-a-dia luta contra o indígena para conquistar a terra¹⁵. Entretanto, assumia sua

¹⁴ Idem. Ibidem. p. 399-400.

¹⁵ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 4.

aproximação com cientificismo ao estudar as estruturas lingüísticas e as matrizes étnicas das tribos da região¹⁶.

PEQUENAS LAVOURAS

Dentre as “ pequenas lavouras” que se espalhavam pela região do Vale do Paranapanema muitas eram de milho, arroz, café, cana-de-açúcar entre tanto outros gêneros usados para o consumo próprio, cujo excedente era destinado ao comércio local. Segundo, Edmundo Krug, no comércio da cidade do Espírito Santo do Turvo:

[...] o principal ramo de lavoura ahi é a cultura de mantimentos, principalmente do arroz e do milho, pois vi desses generos de primeira necessidade, enormes quantidades, ignorando, porém, para que direção eram transportados, julgando serem consumidos na própria zona, pois para serem levados a mais próxima estação de estrada de ferro era despeza demasiadamente grande, devido a grande distancia¹⁷.

O milho, de origem americana e muito apreciado na culinária indígena, foi um dos produtos mais importantes das lavouras de subsistência, cuja área de influência abrangia quase todo o país. Segundo Antonio Candido, este cereal formou o “ triângulo básico da alimentação caipira” ¹⁸, sua lavoura foi uma das que mais sofreu alterações tanto no manejo agrícola como no beneficiamento dos grãos e ainda proporcionou a convergência de interesses

¹⁶ SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo. Cia. das Letras, 1993. (em especial capítulo 2) p. 43-66.

¹⁷ KRUG, Edmundo. *As margens do Paranapanema*. p. 460.

¹⁸ Segundo Antonio Candido, essa dieta era composto pela mandioca, milho e o feijão. O arroz não foi incorporado pelo caipira, pois exigia certos cuidados. Sua incorporação aconteceu somente anos mais tarde, devido a sua popularização no meio urbano. Esses alimentos, que compunham o triângulo da dieta caipira, foram gradualmente sendo absorvidos pelos mestiços e modificados com as contribuições que os portugueses trouxeram, assim, diversificaram o preparo, acrescentando o sal, a banha de porco e outros temperos desconhecidos da cultura indígena. CANDIDO, Antonio. *Op. Cit.*; p. 51-53.

de pequenos e grandes agricultores que buscavam a subsistência de pequenas famílias, ração para indústria suína, fabricação de óleo e farinhas.

Candido, ao estudar os costumes dos moradores da região de Bofete, interior de São Paulo, observou os vários destinos que se dava ao milho no cotidiano doméstico: na cozinha podia ser comida verde, com um simples cozimento ou assado; ainda podia ser utilizado no preparo de pamonhas, curaus, bolos etc. Quando seco, podia ser empregado na fabricação da farinha e do fubá – matéria-prima para a preparação de iguarias como bolos, broas, pães, polenta, angu, cuscuz entre tantas outras¹⁹.

No Vale do Paranapanema, o aproveitamento que se dava ao milho não difere muito da região de Botucatu, analisada por Antonio Candido. No relatório apresentado por Teodoro Sampaio, o milho é apresentado como um produto, cujo cultivo ocupava grande parte das lavouras na região, devido ao consumo em larga escala, pois, além de ser utilizado na pecuária e na engorda de porcos ainda era a base da alimentação do povo²⁰.

Outro ramo que se liga diretamente às roças de milho é a criação de suínos, atividade que também ganha destaque para grande parte dos pesquisadores que percorreram as zonas pioneiras do Estado. Herança da migração dos agricultores que vieram das Minas Gerais, a atividade se estendeu por quase todo o Estado de São Paulo e foi indistintamente praticada nas grandes fazendas, nos sítios, chegando até mesmo aos quintais de residências das cidades pequenas.

Nas primeiras décadas, a atividade mereceu a preocupação da Secretaria de Agricultura de São Paulo, que pretendia melhorar a produção e, para isso, foi sugerida a introdução de raças de maior produtividade e a diversificação das rações utilizadas²¹.

¹⁹ Idem. Ibidem. p. 53.

²⁰ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 82.

²¹ CORREA, P. Lima. Secção de industria pastoril: criação de porcos. **Boletim de Agricultura**. São Paulo. Secretaria de Agricultura e Obras. Vol. 17, junho 1905, p. 466-480.

A produção local estava longe dos padrões esperados pela Secretaria de Agricultura e, nos apontamentos feitos por Edmundo Krug, é descrita uma situação precária:

[...] as vendas que se effectuam são geralmente de porcos magros, o comprador engorda-os longe do lugar da compra, para depois vendel-os novamente. [...] Também a raça aqui existente de nada vale, é uma raça degenerada, de porquinhos meudos, com focinho extremamente longo, percebe-se no aspecto total do porco que elle deve crescer muito pouco e que engorda com grande difficuldade²².

É possível perceber que não era somente a qualidade nos padrões agrícolas que era esperada na região, os relatórios também se preocuparam em expor quais eram as “ deficiências ” existentes na criação suína.

Mesmo diante de todas as “ deficiências ” , Teodoro Sampaio afirmava que a grande indústria do Vale do Paranapanema foi a da criação do “ gado suino ” e segundo seus apontamentos o município de Campos Novos respondia com 6.000 cabeças anualmente²³. Um década mais tarde, o Boletim Agrícola, apontava que a criação de porcos ainda era uma das atividades mais praticadas na região, e destacava que a vasta produção de milho era para sustento do gado suíno²⁴.

Mesmo diante das críticas de Krug, a criação de porcos se ajustava aos interesses da cultura caipira pela praticidade de reprodução e engorda, graças à alimentação variada como milho, mandioca entre outros produtos produzidos em quase todas as épocas do ano nas pequenas roças. Além disso, o aproveitamento do porco é quase total: a carne é de fácil preparo e pode ser consumida juntamente com o couro; em caso de sobra, havia a técnica de se fazer defumados, lingüiças e chouriços; a banha produzida do derretimento da

²² KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 414-415.

²³ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 32.

²⁴ SOBRAL, Amandio. A agricultura em Campos Novos do Paranapanema. In. **Boletim de Agricultura**. Secretaria de Agricultura e Obras. Vol. 8, ago, 1903, p. 721-730.

gordura do porco, sem dúvida, era uma das melhores qualidades do gado suíno, pois poderia ser utilizada como óleo na preparação de alimentos e, depois de endurecida, na conservação de carnes ou no fabrico de sabão para a higiene doméstica e pessoal.

Nos textos de Cornélio Schmidt é possível perceber que muitos moradores utilizavam os porcos apenas para o consumo próprio, outros, apontados por Krug, comercializavam os animais em feiras nas cidades de São Pedro do Turvo e Santa Cruz do Rio Pardo. Algumas pessoas, talvez em busca de preços mais atraentes, atravessavam grandes distâncias para comercializar os animais em cidades como Botucatu, Cerqueira César ou São Paulo dos Agudos. Nesses mesmos carregamentos transportavam-se milho, arroz ou feijão para serem trocados por sal e outros gêneros necessários²⁵.

Um dos momentos desse comércio de carros de bois, nas primeiras décadas do século XX, foi descrito por Nassime Direne, filho de um comerciante na cidade de Salto Grande, que relembrou o período em que a vila foi o final da Estrada de Ferro Sorocabana. Batizada de “ boca do sertão” , a ferrovia ficou estacionada na cidade entre os anos de 1906 e 1912, período em que o local gozou do privilégio de ser centro comercial da região. Direne lembrou que:

[...] aqui na cidade (*Salto Grande*) tinha o fazendeiro Procópio Nogueira [...] (*meu pai*) contava que ele criava porcos e ele levava porcos para a antiga São Paulo de Agudos de carro de boi. Então, ia dois carros de boi, um levando os porcos e outro levando o milho. Isso antes da estrada de ferro. Depois, na volta, eles traziam o carro de boi só lotado de sal e às vezes traziam farinha de trigo²⁶.

²⁵ Cornélio Schmidt, em passagem pela vila de São Matheus, observou a saída de um carro de carga que vai com destino a Cerqueira César, distante aproximadamente 200 km, o caminho a ser percorrido exigia alguns cuidados a fim de se evitar surpresas com os índios, assim, se dobrava o número de homens armados que seguiam o carregamento até a cidade de São Pedro do Turvo. A carga com destino certo também retornava com sal, produto essencial na dieta da população e dos animais. SCHMIDT, Cornélio. Op. cit. p. 439.

²⁶ Entrevista com o Sr. Nassime Direne. Salto Grande 04/05/97. A entrevista foi concedida para o desenvolvimento de um projeto de iniciação científica sobre a implantação da Usina Hidrelétrica de Salto Grande.

Diferentemente do sucesso que a criação de porcos fazia, o gado bovino não teve a mesma viabilidade comercial. Nos relatórios publicados pelos cientistas que exploraram o Vale do Paranapanema, há uma análise contundente quanto ao “ subaproveitamento” da criação e de seus derivados, pois, de um modo geral, existe um consenso quanto à qualidade das terras na região para a criação de gado.

Entretanto, Teodoro Sampaio mencionava em suas notas que a região dos “ campos” , compreendida entre a mata que acompanhava o Rio Paranapanema e o espigão divisor do Vale do rio do Peixe, eram terras com uma vegetação rala, de “ vastas campinas” propícias à pecuária²⁷. Essas características naturais foram fundamentais para que os primeiros imigrantes se estabelecessem no Vale.

Segundo o relatório de Teodoro Sampaio, existiam várias espécies de gado na região, “ dando-se todas perfeitamente, sobresahindo, porém, as raças mais conhecidas eram o gado do tipo *franqueiro*²⁸ e o *caracú*²⁹, as quais eram “ rezes de admiravel belleza” ³⁰.

Warren Dean, ao estudar as mudanças ocorridas na região da Mata Atlântica, descreve que esses rebanhos eram criados em extensas pastagens, sem técnica de reprodução ou severidade no trato. Os animais que “ sobreviviam eram aqueles que escapavam às onças e resistiam às doenças e rigores da planície sem abrigo” . A rusticidade era o grande valor desses

²⁷ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 17.

²⁸ O gado franqueiro foi introduzido no Brasil pelos jesuítas no século XVI. Importados da Espanha, serviam aos aldeamentos e missões jesuítas no sul do Brasil. Com o fim dos empreendimentos missionários esse gado saiu da região sul e foi transportado para Franca, interior de São Paulo e lá recebeu esse nome em alusão a cidade.

²⁹ Uma das grandes qualidades da raça caracú é a resistência que desenvolveu ao longo dos séculos desde quando chegou ao Brasil. Fruto de muitos cruzamentos enfrentou em solo nacional condições das mais difíceis como chuvas, parasitas, adaptação a alimentação, fato que tornou a raça ideal e resistente para as condições insalubres do sertão.

³⁰ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 33.

animais, viviam soltos e não necessitavam de “ nenhuma intervenção humana [...] a única preocupação era à captura para castrar e marcar” ³¹.

Apesar da rusticidade e das “ deficiências” na criação, o gado na economia regional sempre desempenhou papel relevante no fornecimento de carnes, no transporte dos produtos agrícolas e nas atividades como o arado, a moagem de milho e de cana-de-açúcar. Embora a preocupação dos moradores fosse apenas a criação de gado para atender o consumo local, os relatórios de Teodoro Sampaio, Edmundo Krug e Cornélio Schmidt apontam sérias deficiências nesse modelo de criação: como uso de raças degeneradas e o “ subemprego” dos derivados. Segundo, Edmundo Krug:

O gado que aqui pasta nas bellas campinas já está extremamente degenerado, elle dá pouco leite, e é de suppor que em poucos annos, por não dar o mesmo um resultado satisfactorio, os criadores, por serem pobres, desanimam por completo deste ramo da industria³².

Semelhantemente, T. Sampaio descrevia que:

Além do pouco leite extrahido para o gasto, nada mais se aproveita da vacca senão as crias, porquanto poucos são, nos sítios, os individuos que se alimentão de tão sadia e nutritiva carne, por preferirem a do porco, da qual fazem quotidiano uso em detrimento da própria saúde. [...] Não fabricam manteiga, quando é sabido que a podiamos ter melhor e mais barata do que a importada do exterior³³.

Ainda que Krug apontasse essa degeneração da raça como um fator negativo, ressaltava que muitas pessoas não conseguiam melhorar as condições de aproveitamento do gado devido à “ pobreza” que imperava na

³¹ DEAN, Warren. Op. cit.:. p. 128.

³² KRUG, Edmundo. Nas margens do Paranapanema. p 414.

³³ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 32.

região. Acrescentava que um processo de ensino, informação e difusão de técnicas agrícolas ainda encontraria obstáculos na ignorância do “ caipira” .

O lavrador atrasado não compreende taes cousas, assumptos de zootechnia são assumptos desconhecidos e até enfadonhos para elle, uma propaganda por escripto de nada serviria, porque elle não a leria, e mesmo que a lesse, não a entenderia. O caipira deve ver as cousas com os próprios olhos, deve enxergar praticamente os efeitos produzidos do melhor sobre o peor, só assim que as experiências trariam resultados práticos !

³⁴

O que se pode concluir é que havia um julgamento errôneo quanto ao modelo de criação existente na região, pois os estudiosos enxergavam a prática agrícola, a pecuária e a criação de porcos como “ pobres” , devido ao fato de não se inserirem nos modelos agropecuários “ modernos” e não visarem o mercado consumidor. Com isso, as palavras de Edmundo Krug se tornam muito importantes, pois sugerem que a “ pobreza” que atingia a região contribuía para a falta de conhecimento de técnicas do caipira.

Embora tenha sido o ponto chave das viagens empreendidas na região, porque despertou o interesse dos exploradores, a cultura cafeeira, também não obteve tanto sucesso como a criação de gado e as roças de milho, arroz e feijão. De um modo geral, os comentários em torno da cafeicultura tangiam problemas como as geadas, os solos inadequados para a lavoura, porém, a irregularidade de transporte foi um problema lembrado em todos os relatórios, fato que torna o empreendimento cafeeiro inviável devido aos custos de transporte.

Segundo as notas de Teodoro Sampaio, em 1886, a concentração das principais lavouras cafeeiras estava próxima à cidade de São Sebastião do Tijuco Preto e a região de Campos Novos ocupava posição menor dentro desse contexto, cuja exportação, em todo o vale, correspondia a aproximadamente 1.325 toneladas. Entretanto, o mesmo relatório assinalava

³⁴ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 415.

que o local poderia, com a chegada da ferrovia, se tornar mais expressivo dentro desse cenário regional.

Os mineiros que vieram para a região – em meados do século XIX – tinham como objetivo a formação de lavouras cafeeiras, mas a falta de recursos, de conhecimento e de técnicas que pudessem dar início ao cultivo do café, acabou inviabilizando a abertura dessas lavouras; os que arriscavam acabavam em situações de calamidade, causadas por intensas geadas destruidoras de muitos cafezais, restando apenas os galhos secos e os prejuízos.

Um exemplo dessa situação foi dado no dia 27 de agosto de 1905, em um pouso de Cornélio Schmidt na propriedade de José Candido Carneiro: ali encontrou um cafezal de aproximadamente de 20.000 pés, pouco antes destruído por uma geada. Em suas anotações declara que a qualidade das terras, próximas ao Salto do Avanhandava são boas, mas a altitude de aproximadamente 400 metros não é ideal e, conseqüentemente, poderia deixar a lavoura muito suscetível à geadas³⁵. Essa mesma situação será presenciada em outros locais como em Salto Grande e no Jaguaretê, onde encontra pequenas roças de café abandonadas devido às sucessivas geadas.

A situação da economia regional descrita através dos olhares desses cientistas compõe um universo alheio ao modelo de agricultura destinado ao mercado externo, o que denuncia um perfil tendencioso desses relatórios, cujas intenções políticas e econômicas de apresentar a região do Vale do Paranapanema fora do “ mercado produtivo” , isto é, fora da cafeicultura tornam-se claras. Deste modo, será oportuno o uso de conceitos como “ isolamento” , “ degeneração” e “ pobreza” inseridos dentro de um discurso que pretendia mostrar uma região carente que precisava dos benefícios da modernização.

³⁵ SCHIMDT, Cornélio. Op. cit. 404.

Cabe lembrar que a vida no interior do país sempre criou certo desconforto no governo brasileiro, pelo menos é o que sugere o estudo de Mary Del Priore e Renato Venâncio sobre os costumes rurais no Brasil Colonial, no qual eles perceberam que os moradores do interior eram mal vistos pela administração portuguesa e, em muitos casos, esses locais eram rigorosamente classificados como centros de concentração de bandidos, fugitivos da justiça e do serviço militar. A agricultura de subsistência, a vida ociosa e lasciva “ era considerada, pelos enviados da metrópole, como causa de “ atraso” e “ pobreza” . Da perspectiva portuguesa, a função da colônia era a de produzir para exportar ou para abastecer as fazendas exportadoras e, obviamente, quem não estivesse integrado a esse sistema era malvisto” ³⁶.

Outro aspecto que também exerceu papel fundamental na composição desses relatórios, foi a hegemonia que o positivismo exercia nos meios acadêmicos, em especial, nas últimas décadas do século XIX. E foram justamente esses ideais de uma sociedade que pudesse ser regida pelas leis científicas que conduziu o olhar dos exploradores. Portanto, o Vale do Paranapanema foi mostrado como uma região “ pobre” , mas que dispunha de “ recursos naturais” propícios à introdução de seus negócios ao mercado cafeeiro e aos incipientes capitais que se formavam no país.

Essas idéias encontraram respaldo em vários setores da sociedade paulista e foram importantes na constituição de uma imagem negativa da região, o que resultou na produção de documentos que puderam ser apreciados pelas academias científicas, pelos órgãos do governo e pelas instituições políticas e financeiras que pretendiam expandir o capital cafeeiro no final do século XIX e começo do XX.

Culturalmente se acirra o debate em torno do urbano e do rural: de um lado, era mostrado um Brasil que pretendia ser moderno e, de outro, um Brasil

³⁶ PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 61.

Rural mergulhado em uma lavoura arcaica e povoado de pessoas que produziam somente para o consumo próprio.



Figura 2 – Almeida Júnior. *Apertando lombilho*, 1895. Óleo sobre tela 64x68 cm. Pinacoteca da Estado de São Paulo.

Tais características podem ser apreciadas em duas obras artísticas muito inspiradoras desse trabalho. A primeira, de Almeida Jr. (figura 2), pintada no começo do século, retrata o cotidiano da vida caipira. Entretanto, o que de fato nos interessa nessa obra é a preocupação do artista em mostrar o homem e a sua relação com o mundo natural, a vida simples, as pequenas choças em meio à mata. De fato, o que vemos nesta obra é um retrato muito próximo da vida caipira no sertão retratada nos diários e nos relatórios. O cenário das pequenas casas envoltas por uma vegetação virgem se mostra distante do incipiente mundo urbanizado que começava a se formar no Brasil.

Antonio Candido, ao estudar os mecanismos de reprodução do cotidiano mostrou que a vida caipira não era dissociada da natureza, a floresta na

verdade era a complementação de sua dieta e servia ainda como ambiente privilegiado para as horas de lazer. “ Havia entre as atividades do caipira uma correlação estreita, e todas elas representavam, no conjunto, síntese adaptativa da vida econômico-social” ³⁷. Dentro desse contexto, as práticas diárias de pesca, de caça, de coleta de frutos e o labor agrícola representavam um conjunto de atividades complementares do cotidiano caipira. Com isso, os espaços de trabalho e de lazer

“ encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias – de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma só realidade” ³⁸.

Em contraposição a obra de Benedito Calixto (1853-1927), *Fazenda de Café do Vale do Paraíba* (figura 3), já retrata uma grande fazenda destinada à lavoura de exportação com um cenário bem diverso da obra anterior. A vista panorâmica está completamente humanizada, o retrato da fazenda já apresenta áreas degradadas, o rio no canto inferior já não possui mais a mata ciliar e está assoreado. Nas encostas a falta de cobertura mostra profundos sulcos causados pela erosão que toma conta da paisagem.

O contraponto existente entre essas duas obras está justamente no antagonismo que elas representam: uma representa uma grande lavoura que avançava sobre a mata e a outra representa as populações caipiras que viviam da exploração de pequenas roças entremeadas nas florestas. Desta forma, a obra de Calixto se enquadra dentro do “ modelo ideal de agricultura” , com grandes extensões de terra e modernos equipamentos.

³⁷ CANDIDO, Antonio. Op. cit.; p. 173.

³⁸ Idem. Ibidem. p. 173.

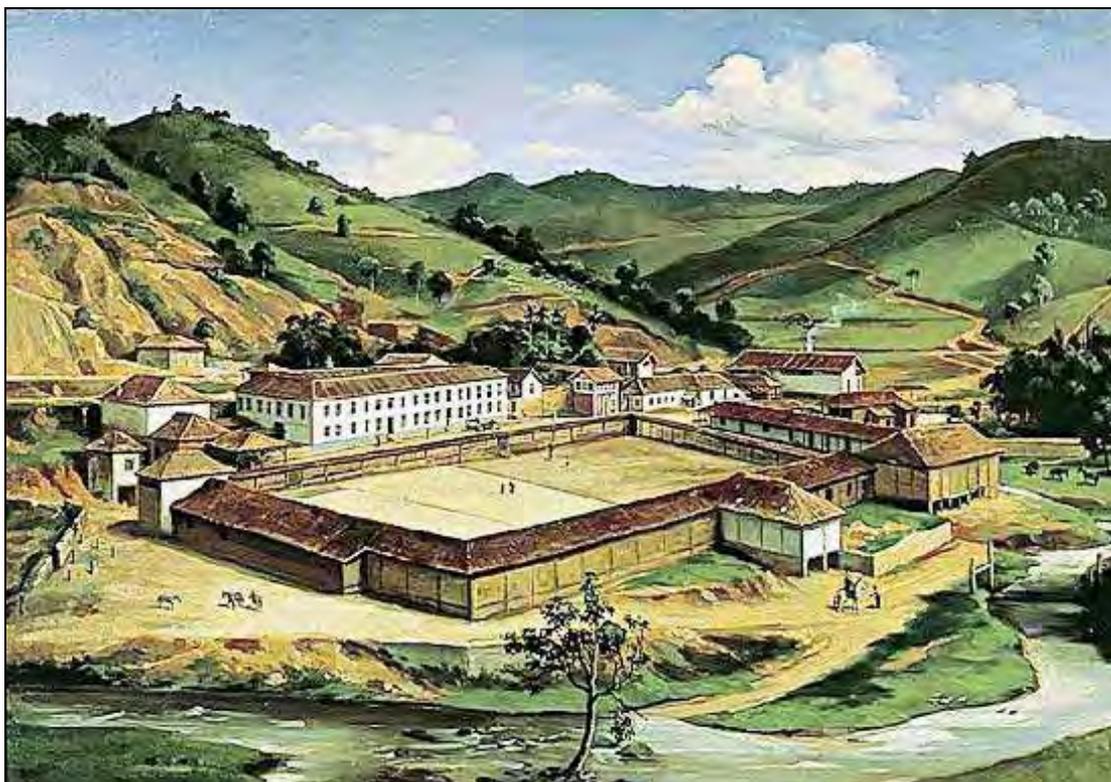


Figura 3 – Benedito Calixto. *Fazenda de Café – Vale do Paraíba*. Óleo sobre tela 70x102 cm. Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

O que há de fato no modo de vida que se reproduzia nas fronteiras do oeste paulista era a preocupação de se garantir os níveis de vida e a sociabilidade da vida em grupo, que só poderiam existir se houvesse um equilíbrio entre as necessidades do grupo e os recursos do meio físico disponíveis. Com isso, pode-se perceber que a evolução do grupo foi, ao longo da história, um “ vasto processo de emergência de necessidades sempre renovadas e multiplicadas, a que correspondem recursos também renovados e multiplicados para satisfazê-las, dando lugar à permanente alteração dos vínculos entre o homem e o meio natural” ³⁹.

No oeste paulista, esse desequilíbrio começa a tomar proporções consideráveis com a chegada dos complexos agro-exportadores que impõem

³⁹ Idem. Ibidem. p. 23.

novas relações de comércio e de propriedade da terra e, gradualmente, os pioneiros perdem espaço de cultivo e de produção.

Assim, o avanço da economia cafeeira fez com que as necessidades da vida caipira fossem diretamente afetadas pela emergência de novos padrões de consumo, pela produção agrícola alheia à sua subsistência e pelas novas relações de trabalho que remeteram a um universo social e econômico muito diverso do deles.

A ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA

As décadas de 1890 e 1900 foram importantes no processo de ocupação regional, pois marcaram o início da crise da vida caipira e o afloramento da economia agro-exportadora, que exerceu papel preponderante na devastação do Vale do Paranapanema. Dentro desse contexto, os relatórios de viagens, elaborados entre 1886 e 1905, são importantes referências para se compreender a dinâmica desse período e os conflitos pela posse da terra, bem como os mecanismos de destruição usados pelos vários grupos sociais que ocupavam a região nesse momento.

Como já vimos anteriormente, os grupos sociais que se estabeleceram no Vale do Paranapanema exerceram papel fundamental na configuração da paisagem local, uma vez que eliminaram os indígenas que viviam na região. Posteriormente ao estabelecimento dos luso-brasileiros, é possível perceber, através das fontes históricas, a ousadia desses “pioneiros”, pois destruíram florestas, devastaram rios e eliminaram os índios, vistos apenas como mais um elemento da paisagem.



Figura 4 – Arvore cortada na cidade de Quatá, o fato é recebido como grande evento para ser comemorado, chegando ao ponto de merecer fotografia.

Em parte, essa violência contra o homem e a natureza era uma indício das críticas dos exploradores ao modelo de agricultura empregada e ao uso dos recursos naturais. Tema que figura nos apontamentos feitos por Teodoro Sampaio, em 1886. Na ocasião, ele se deparou com uma agricultura tradicional e sem maiores cuidados com o manejo do solo, por conseguinte, o que se via era a derrubada indiscriminada de árvores de importante valor comercial apenas para o cultivo de pequenas roças que mal serviam para sustento próprio ou para a engorda de porcos.

[...] a destruição das mattas aqui é feita de um modo bárbaro. Causa indignação, diz ainda o Sr. Pereira Gomes, ver abater-se imensidade de mattas da melhor madeira de lei, como cabiúna, canela preta, cabreúva, peroba, angico, sobragi e muitas outras, cujos troncos chegam a 100 palmos de altura e circunferência correspondente, entregar-se tudo à implacável voragem do fogo, para plantar-se 10, 15, 20, 30 e mais alqueires de milho para criar e engordar porcos! Ou senão para plantar capim fino, que em vasta escala constitui as grandes invernadas de engordar gado! Enfim, aqui pode-se dizer que se derruba uma gigantesca perobeira para em seu lugar se plantar quatro grãos

de milho!! Se isso se dá o nome de lavoura, eu não sei o que seja destruição!⁴⁰

Edmundo Krug também se indigna diante dessa situação de irracionalidade no uso dos recursos naturais e talvez este sentimento provenha de sua aproximação com a cultura européia que, em meados do século XIX, já havia passado pela escassez dos recursos naturais, os quais se esvaíram em menos de um século de industrialização. As suas conclusões caminham no intuito de mostrar às autoridades e à elite agrícola a existência de uma região rica em recursos naturais e as possibilidades de uso racional pelo homem⁴¹.

Aqui e acolá o caminho interceptava capões de Perobeiras, que devido a sua grossura não foram ainda cortadas pela mão pouco delicada do caipira lavrador, que não attendendo o valor real dessas arvores multiseculares, roçam-n'as para fazer uma pequena lavoura, que só lhe produz alguns nickeis de lucro!⁴²

Em outro momento de sua viagem, se depara com situação semelhante:

O caminho é por vezes lindamente ornamentado com as altas e soberbas mattas virgens de ambos os lados, apresentando arvores gigantescas e de um verde tão agradável aos olhos, que o viajante, involuntariamente, percebe que percorre fértil terra, e sente immensamente que estas possantes testemunhas de séculos idos tenham de ceder em breve a arma cortante de um boçal caboclo para ahi, nesse mesmo lugar ser feita uma rocinha cujo producto não vale a millesima parte do valor existente actualmente. Barbarismo!

Em 1900, diante do crescimento das lavouras por quase todo o Estado de São Paulo, a Secretaria de Agricultura decide formar os Distritos Agronômicos; os quais foram distribuídos pelo interior a fim de acompanhar as

⁴⁰ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 34.

⁴¹ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 369-370.

⁴² Idem. Ibidem. p. 420.

lavouras, oferecer suporte técnico, realizar conferências e formar e inspecionar campos experimentais⁴³, além de serem distribuídos pelas cidades de Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos do Pinhal, Sorocaba e Iguape.

O responsável pelo Vale do Paranapanema, é o 5º Distrito Agrícola, sediado em Sorocaba, que, preocupado com as práticas agrícolas, solicita ao agrônomo José Amandio Sobral que organize um breve relatório das condições agrícolas da região. No documento, publicado no Boletim de Agricultura, o autor demonstra preocupação com as práticas agrícolas inadequadas, pois, diante da visita feita região esperava que:

[...] a florestas venham a ser melhor aproveitadas do que tem sido até agora em outras zonas, onde já há necessidade de cuidar da cultura de plantas florestaes, pois a sua ausencia não só obriga a ir buscar longe a lenha e principalmente as madeiras de construção, como também tem modificado consideravelmente as condições da atmosphaera e, por consequencia, do solo. A lição das outras zonas deve ter calado nos nossos lavradores, porque essas zonas têm-se successivamente estragado. [...] N'uma zona nova, cheia de floretas por toda a parte, como succede nas boas terras de Campos Novos, é preciso cortar matta para fazer lavoura, não ha duvida; mas respeite-se a matta que não é absolutamente necessária para a cultura, não se abandonem os terrenos desbravados, que sempre darão bôas produções quando convenientemente tratados ⁴⁴.

De um modo geral, ao apontar os problemas da região, os exploradores procuravam atentar para as possibilidades de desenvolvimento, logo, essas análises, impressas nos relatórios, podem ser divididas em dois grupos: o primeiro ficaria circunscrito às conclusões do Engº Teodoro Sampaio, nas quais ele procura ressaltar a falta de infra-estrutura viária, como estradas e ferrovias e a insuficiência de aldeamentos indígenas e a precariedade do comércio regional também foram temas pertinentes ao relatório, que tem um

⁴³ MARTINS, Zoraide. **Agricultura paulista**: uma história maior que cem anos. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991. p. 122.

⁴⁴ SOBRAL, Amandio. A agricultura em Campos Novos do Paranapanema. p. 725.

caráter essencialmente descritivo e se baseia nos dados que foram coletados na época de sua viagem – o que lhe confere um aspecto mais científico.

Entre as benfeitorias viárias que Teodoro Sampaio acreditava serem necessárias para o desenvolvimento da região estava o prolongamento da “ grande estrada do sertão ” que ligava Botucatu a Campos Novos:

O prolongamento da estrada do sertão através destes campos seria não só um dos meios mais rápidos para attingir o território meridional de Matto Grosso, como facultaria ensejo de se ir povoando mais depressa essa vastíssima região que a tenacidade do colono nacional vai, dia a dia, tomando do índio. A Estrada assim estendida e guardada por postos militares seria na realidade o melhor auxílio à expansão agrícola e commercial destas novas regiões.⁴⁵

O segundo conjunto de conclusões pode ser atribuído aos exploradores Edmundo Krug e Cornélio Schmidt. Os dois não tiveram a preocupação de uma coleta mais apurada de dados, pois não estavam preocupados com análises mais aprofundadas da agricultura, da indústria ou do comércio. Relataram, em regra, as impressões da natureza, o modo de vida dos grupos sociais, as características físicas das cidades. Um ponto conflitante nos dois relatórios foi o tratamento dado ao habitante da região – habitualmente classificado como “ caipira ” ou “ caboclo ” – ; nos relatórios, aparece como um sujeito “ indolente ” e “ vadio ” e se torna o pivô dessa agricultura ineficaz e degradante do meio ambiente.

Em meio às análises realizadas se destaca a do Eng^o Cornélio Schmidt, que criticava a falta de equipamentos adequados que pudessem garantir uma melhora na lavoura, ironizando as condições de vida no sertão conclui: “ as mulheres são mais inteligentes que os homens, porque as maquinas de costura

⁴⁵ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 38-39.

tiveram bastante aceitação, ao passo que o arado e as máquinas agrícolas não estão ainda conhecidas”⁴⁶.

Portanto, a agricultura que se praticava na região era na verdade fruto das condições de instabilidade que se vivia nas fronteiras do oeste paulista. Segundo Antonio Candido,

“ plantava-se para viver, com pouca ou nenhuma utilização comercial do produto; no solo novo, a colheita era enorme em relação ao plantio, [...] Em caso de enfraquecimento do solo, associado à precariedade da técnica, era possível recorrer a novas terras, onde se criavam as condições anteriores”⁴⁷.

É possível concluir que os recursos técnicos, como a utilização de insumos ou do arado, citado por Schmidt, eram desnecessários, pois o modelo vigente prezava por terras virgens, as quais não exigiam maiores cuidados no trato.

Na verdade, os apontamentos feitos por C. Schmidt, já apontavam para uma nova realidade que se manifestava no Vale do Paranapanema: a agricultura destinada à exportação. Dentro desse contexto, aparecem novos modos de produção, novas relações de trabalho que indubitavelmente abalam as estruturas de organização da vida caipira. Conseqüentemente, essa nova conjuntura exige novas tecnologias de produção que rapidamente se tornam necessidades para o caipira.

Entre as décadas de 1850 a 1890, o Vale do Paranapanema atravessou um lento processo de ocupação, caracterizado pela formação de bairros rurais que viviam das pequenas produções que garantiam apenas a subsistência. As transformações acontecidas a partir da década de 1900 foram regidas pelos interesses dos grandes fazendeiros que vislumbravam na terra ainda virgem e inculta a ampliação de suas lavouras cafeeiras – de tal modo que pudessem repor suas perdas na cafeicultura – e ainda projetavam que o excedente de

⁴⁶ SCHMIDT, Cornélio. Op. cit.; p. 409.

⁴⁷ CANDIDO, Antonio. Op. cit.; p. 86.

terras poderia ser convertido na exploração imobiliária com o avanço da ferrovia⁴⁸.

A franja pioneira que avançava sobre a região formava um cinturão de cidades importantes que se estendia do centro do Estado até a região sul. Assim sendo, cidades como São Paulo dos Agudos, Santa Cruz do Rio Pardo, São Domingos e São Sebastião do Tijuco Preto formavam a concentração do comércio e de serviços, sendo, por isso, pontos de ligação entre o universo “civilizado” e a infinitude do sertão.

Além de oferecerem um universo de produtos importados, esses núcleos ainda eram difusores de notícias de jornais e outros ganhos que a modernidade proporcionava. Seduzidas por esse novo cenário, as populações rurais do entorno passaram a incorporar no seu cotidiano novos padrões de consumo e de comportamento. Deste modo, a vinda à cidade não era somente para a aquisição do sal e da pólvora, mas também de outros produtos. Teodoro Sampaio ao avaliar o comércio na cidade de São Sebastião do Tijuco Preto observou que

[...] o comércio de importação, representado por tecidos de vários gêneros, chapéus, claçados, louça, ferragens, assucar, farinha de trigo, bacalhau, sal, vinho, cerveja, licores, drogas medicinaes, etc., é bastante avultado, sendo todavia dificultado pelos transportes. O municipio de São Sebastião do Tijuco Preto, um dos mais centraes, com uma população de 7 mil almas, importa anualmente de 15 a 20 mil arrobas, no valor de mais de 300:000\$000.⁴⁹

Além das alterações dos padrões de consumo, o modo de vida do caipira passa por outras, causadas, em parte pelas grandes propriedades que se

⁴⁸ Bruno Giovannetti ao comentar sobre as divisões de terra no Vale do Paranapanema relembra que, na década de 1890, foi o momento que mais concorreram da vinda de agrimensores e engenheiros empenhados nas primeiras vendas de terra na região. GIOVANNETTI, Bruno. Esboço histórico da alta sorocabana. p. 90-99. Cf. também PENÇO, Célia de C. F. **A “evaporação” das terras devolutas no vale do Paranapanema.** p. 39-45.

⁴⁹ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 35.

estabeleciam na região. Nesse contexto, surge a figura do colono – meeiros, arrendatários ou assalariados – que estava sujeitado às novas rotinas de trabalho através dos acordos que o impossibilitam de garantir sua própria subsistência.

Dentre os grupos sociais que irão compor esse novo panorama, o imigrante europeu terá papel primordial em assumir a posição de colono e os contratos de assalariamento. O trabalhador nacional, em grande parte possuidor de terras, acaba por manter a produção dos gêneros alimentícios na propriedade e alguns se aventuram nos períodos de entressafra a trabalhar para as grandes lavouras de café. Conseqüentemente, surge uma rotina de trabalho metódica e alguns gêneros que compõem sua dieta alimentar eram adquiridos através da compra em armazéns.

A partir da década de 1900, as grandes fazendas destinadas às lavouras de exportação tornaram-se mais presentes e empurravam cada vez mais os pequenos agricultores para regiões mais distantes. Teodoro Sampaio expõe em seu relatório de viagem que a região do Vale do Paranapanema poderia ser dividida acima e abaixo da Vila do Salto Grande do Paranapanema: para cima, havia uma economia mais consolidada, com cidades que já exportavam café e eram centros econômicos e de serviços (dentre essas cidades merecem destaque São Sebastião do Tijuco Preto e Itapetininga); para baixo o que se via era um completo isolamento, devido ao fato de os recursos serem poucos e haver uma irregularidade nos transportes, o que dificultava maiores empreendimentos na agricultura⁵⁰.

Duas décadas depois da exploração da CGG, Cornélio Schmidt e Edmundo Krug, tiveram a oportunidade de relatar empreendimentos agrícolas diferentes das “pequenas lavouras de subsistência”. Esses empreendimentos, localizados na franja pioneira do Estado, destinavam-se aos produtos agrícolas para exportação, em especial, a produção cafeeira e,

⁵⁰ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 35.

para isso, tinham uma considerável infra-estrutura que impressionava o visitante e contrastava com as antigas propriedades dos caipiras.

Dentre esses empreendimentos estava a Fazenda Val das Palmas⁵¹, descrita por Cornélio Schmidt, em 1905.

A Fazenda Val das Palmas, esta situada entre duas vertentes, uma é a Água Parada, afluente do Ribeirão Batalha. Foi aberta com grandes dificuldades e gastos, pelo proprietário Cel. Figueiredo (José Ferreira de Figueiredo). Possui perto de 700.000 pés de café, todos novos, grande colônia, maquinismos, etc., tem uma regular plantação de cana, engenho de açúcar com 2 turbinas, com produção média de 4.000 arrobas de açúcar e 100 pipas de aguardente. Está com uma colheita regular de 50.000 arrobas e tem perto de 11.000 alqueires de terras, toda coberta de mata virgem⁵².

Esta fazenda foi, durante as primeiras décadas, uma das mais importantes produtoras de café do Estado de São Paulo. Sua história é um breve retrato da luta pela posse da terra na região do oeste paulista, pois a propriedade, na segunda metade do século XIX, teve origem com a posse de Azarias Ferreira Leite e seu parente João Batista de Araújo Leite, os quais, oriundos da cidade de Lavras, Minas Gerais, ocuparam uma extensa área próxima à cabeceira do rio Batalha, afluente do Rio Tietê. Posteriormente, a posse foi comprada pelo Cel. José Ferreira Leite, que a transformou em um grande empreendimento agrícola destinado a produção e exportação em larga escala do café.

⁵¹ Fazenda Val das Palmas está situada no interior do Estado de São Paulo, município de Bauru, distante 10 km do centro da cidade. No começo do século XX, a propriedade foi a maior produtora de café do país, chegou a ter uma estação própria de trem para o escoamento da produção e tráfego de passageiros. Atualmente, A fazenda Val das Palmas é parte de um espólio abandonado, que vem nos últimos anos tentando ser recuperado em um esforço de particulares e a prefeitura de Bauru. Em 1999, a sede da fazenda foi invadida por militantes do Movimento Sem Terra e incendiada. Em 2003, segundo uma matéria publicado no OESP, por Agnaldo Brito, a estação ferroviária é a residência da família Evangelista que estão desabrigados e residiam no local. BRITO, Agnaldo. **O Estado de São Paulo**, 03/04/2006.

⁵² Antes de acabar o diário C. Schmidt, torna a fazer alusão a fazenda e acrescenta que a propriedade dispunha de luz a base de gás de acetileno, as quais estavam dispostas na iluminação da casa e dos terreiros de café. SCHMIDT, Cornélio. Op. cit.; p. 416.

O coronel José Ferreira Leite, era um político influente e grande produtor de café na cidade de Descalvado; acionista da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais foi o responsável pela expansão dos trilhos até sua cidade. Com a aquisição da fazenda, pretendia expandir sua cultura cafeeira e prolongar os trilhos da ferrovia para dentro de suas terras. A propriedade passou então a se chamar Fazenda Val das Palmas e rapidamente se tornou referência na produção cafeeira nacional.

Outro exemplo desse momento de transformação é a Fazenda Fundo da Várzea que pertencia ao Sr. Euclides Martins e era situada na cidade de Avaré. A propriedade, de aproximadamente de 300 alqueires, tinha uma excelente produção de grãos e um gado de qualidade superior, por isso foi tomada como exemplo pelo Engenheiro Edmundo Krug.

A lavoura do lugar não é feita com o auxilio de colonos estrangeiros. São agregados que ahi moram, e, si entendi bem o meu amigo, elles teem que ajudar o proprietario pagando com mantimentos colhidos e trabalho equivalente a porção de terra que pretendem lavar. [...] Existem 50 aggregados, com as sua familias, que teem colhido muitas e muitas vezes, n'um só dia, mais de 600 cargueiros de milho⁵³.

Durante sua passagem pela fazenda pôde presenciar:

[...] que de 150 alqueires de roças que plantou juntamente com seus aggregados, colheu 45.000 saccas de milho. [...] Em um pequeno lugar cultivado com mandioca, talvez uma area equivalente a um quarto de alqueire, produziram-se 50 alqueires de farinha. [...] Com o milho colhido são engordados porcos que a fazenda cria em quantidade e exporta para Avaré⁵⁴.

Um aspecto que merecia destaque era o novo regime de trabalho, agora baseado no arrendamento de terras. Apesar das lavouras serem de gêneros alimentícios, não é possível classificá-las como lavouras de subsistência, pois,

⁵³ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 387.

⁵⁴ Idem. Ibidem. p. 386.

pela descrição, é possível perceber que existia uma grande área cultivada cuja produção era destinada à engorda de porcos para exportação.

Edmundo Krug e Cornélio Schmidt, ao tomarem essas fazendas como exemplos de investimento de capitais na região, já esboçavam os reflexos da especulação imobiliária que se fazia no Vale do Paranapanema, com grandes porções de terras que passaram para mãos de famílias abastadas da capital, as quais gozavam de influência política e econômica e tinham o objetivo de expandir seus negócios com a cafeicultura. Muitos valiam-se dessa mesma influência para direcionar os trilhos da ferrovia para dentro de suas propriedades, bem como para conseguir elevar vilas a condição de comarca, entre outras medidas que pudessem garantir a valorização de suas terras.

Concomitantemente ao desenvolvimento do capital agrícola na região, as pequenas vilas ganhavam uma nova dinâmica social conduzida pela incorporação de instituições burocráticas, religiosas e pelo fortalecimento do comércio. Em meio a essas transformações, uma que despertou o interesse de Edmundo Krug foi, sem dúvida, os armazéns, ali:

O observador atento que se collocar na frente de um grande armazem acompanhando seu movimento interno e externo, vera que há bastantes cousas interessantes ahi para se estudar. Fora do estabelecimento, ao Sabbados e principalmente, aos Domingos reina grande movimento, ou são os caipiras que trazem algum mantimento para a Villa afim de converter em dinheiro, que será logo empregado na compra de algum lenço ou chale de cores para a amavel namorada, polvora e chumbo para a caça domingueira ou qualquer outro objecto de urgente necessidade, ou são os carros de boi ou cavalleiros que passam em corrida para chegarem o mais breve possivel ao destino almejado⁵⁵.

Não obstante, é possível perceber no relatório que o armazém ultrapassava a simples função do comércio, pois funcionava como ponto de encontro de pessoas da cidade e do campo, além de ser o local privilegiado de

⁵⁵ Idem. Ibidem. p. 416.

negociação dos produtos agrícolas e de aquisição do sal e da pólvora, elementos essenciais para vida no sertão.

Antonio Candido, no já referido estudo, refere-se aos armazéns, situados nas vilas, como importantes núcleos de articulação da lavoura regional, pois agiam diretamente na compra e na venda dos produtos agrícolas e, muitas vezes, penhoravam essas lavouras com o compromisso de venda⁵⁶. Edmundo Krug, ao passar por São Pedro do Turvo, esteve em situação semelhante, pois na análise da produção agrícola local recorreu às suas informações ao amigo Cel. Antonio de Souza Guimarães, proprietário de um comércio e uma máquina de beneficiamento de arroz.

Nos relatórios as vilas aparecem também como centro das decisões políticas e como locais de realização de eventos religiosos. O advogado Armando Nogueira Cobra, em entrevista aos antigos moradores apontava que:

As famílias sertanejas se ocupavam nos pesados mistéres da lavoura e da criação de gado que lhe absorviam todos os cuidados. Iam as povoações, de quando em vez, cumprir deveres religiosos, votar em dias de eleições e adquirir objetos necessários ao seu viver primitivo e sem conforto. [...] Dos generos mais necessários era o sal que procuravam com empenho e o que mais caro lhe custava, chegando a ter, em meio deles, função de moeda e de instrumento de permuta.⁵⁷

Dentro desse novo panorama é possível entrever nos relatórios de Cornélio Schmidt e Edmundo Krug e, ainda, no livro de Amador Nogueira Cobra que as vilas aparecem como o centro privilegiado das relações econômicas e sociais, e, em alguns momentos, como local de garantia da “civilização”⁵⁸. Esses relatórios deixaram vislumbrar um novo panorama social que impunha uma nova dinâmica na propriedade fundiária, mudanças nas relações de produção e de trabalho. Essas mudanças, com matrizes sociais e

⁵⁶ CANDIDO, Antonio. Op. cit.; 166.

⁵⁷ COBRA, Armando Nogueira. Op. cit.; p. 96.

⁵⁸ Idem. Ibidem. p. 98.

econômicas diversas, afetaram o modelo de agricultura dos primeiros migrantes mineiros e os transportaram a uma nova realidade caracterizada pelas grandes lavouras de exportação. Com isso, se inicia o processo de desarticulação de todas as tradições e costumes desses agricultores que, gradativamente, são empurrados para pequenas propriedades ou, na maioria das vezes, tornam-se mão-de-obra nessas grandes propriedades agro-exportadoras.

Antonio Candido ao explicar suas conclusões sobre a cultura caipira assinala que o mundo urbano-industrial ofereceu vários artigos que facilitavam a vida do caipira, como por exemplo, roupas, utensílios domésticos e alimentos de difícil preparo. Com isso, há a ilusão de que sobraria mais tempo e comodidade, mas o que de fato aconteceu foi o desequilíbrio da renda, ou seja, há uma diferença entre o produto vendido pelo caipira e aquele que se compra nos armazéns. Entretanto, é válido lembrar que o caipira “ vive em franco desequilíbrio econômico, em face dos recursos que a técnica moderna possibilita. Antes, o atraso técnico e a economia de subsistência condicionavam, em São Paulo, uma sociedade global muito mais homogênea” ⁵⁹.

No horizonte da fronteira econômica, surge uma economia baseada nos produtos de exportação, proporcionando profundas mudanças nesse universo de relativo equilíbrio e acentuando as diferenças, o que promoveu a extrema pauperização e a conseqüente diminuição da qualidade de vida cotidiana e “ quando esse processo econômico se avultou, o caipira ficou humanamente separado do homem da cidade, vivendo cada um o seu tipo de vida” ⁶⁰.

Restou ao caipira ou ao caboclo abandonar suas terras e procurar novas frentes para desbravar ou se atrelar ao grande proprietário. Aqui no Vale do Paranapanema essa associação se dá em especial para a derrubada da mata

⁵⁹ CANDIDO, Antonio. Op. cit.; p. 30-32.

⁶⁰ CANDIDO, Antonio. Op. cit.; p. 223.

virgem e as atividades em serraria atividades que, na maioria das vezes, eram temporárias e perigosas.

A FERROVIA E O FIM DOS HORIZONTES

Nas décadas de 1890 e 1900, profundas transformações na região, impulsionaram novos padrões de sociabilidade e de consumo, bem como de propriedade e de costumes. O estopim dessa mudança estava na consolidação do modelo de agricultura agro-exportadora que estimulou o avanço sobre as áreas de floresta virgem, instigando a especulação imobiliária e o processo de grilagem que desencadeou conflitos pela posse da terra.

Dentro dessa onda “modernizadora” da agricultura regional, floresceram os primeiros núcleos urbanos do Paranapanema que, ainda incipientes, já agregavam funções importantes de comércio, burocracia e vida religiosa. A cidade, como centro iminente de consolidação do universo urbano-industrial, vivia um mundo de contradições entre as benesses do progresso e o “atraso” da cultura caipira.

Em 1892, os prenúncios de mudanças no sertão tornam-se realidade com a abertura da Estrada Boiadeira, cuja função era ligar a província paulista com o Estado do Mato Grosso. A expedição encarregada de cortar o vale foi chefiada pelo Engenheiro Olavo Hummel⁶¹ e o trabalho final da Comissão resultou em uma estrada com 24 pontes, com uma largura média de 4 metros⁶², com o objetivo de ligar a cidade Campos Novos do Paranapanema ao rio Paraná. Passados alguns anos, o trabalho de Hummel não deu o resultado esperado.

Ao indagar algumas pessoas que utilizavam a via, Edmundo Krug diz que muitas reclamavam de uma taxa cobrada pela concessionária responsável por

⁶¹ HUMMEL, Olavo. **Relatorio apresentado ao cidadão Dr. Jorge Tibiriçá M. D. Secretario dos Negócios da agricultura pelo chefe da Comissao Geografica e Geológica.** São Paulo: Comissão Geografia e Geológica, 1892.

⁶² GIOVANNETTI, Bruno. Op. cit.; p. 27-28.

passar o gado para o lado paulista e que a estrada era deserta entre o rio Paraná e os Campos de Rancharia, somando-se a isso ainda a ameaça que os índios representavam aos tropeiros⁶³; por isso, em poucos anos a estrada caiu em desuso. Cornélio Schmidt, ao passar pela estrada, em meados de 1904, teve muita dificuldade em avançar rumo aos campos do Jaguaretê, pois havia somente restos de pontes e em alguns pontos a mata já havia tomado conta do caminho⁶⁴.

Em 1909, a Estrada de Ferro Sorocabana inaugurou a Estação de Salto Grande, penetrando definitivamente no Vale do Paranapanema. A presença da ferrovia foi fator preponderante na abertura de um novo contexto na economia e na política regional. Assim, a antiga conjuntura das famílias de mineiros, pioneiros na colonização, não encontrava mais espaço para atuar dentro da burocracia que regia os destinos locais.

As cidades e vilas que compunham o cenário regional estavam localizadas, em sua maioria, na Serra dos Agudos, distribuindo-se em uma linha que começa na vila de Espírito Santo do Turvo e ruma para o oeste, passando pelas cidades de Campos Novos do Paranapanema, Platina e Conceição do Monte Alegre. Esses núcleos foram, de um modo geral, doações de José Teodoro para que pudessem ser formadas as primeiras vilas da região. Campos Novos, vila formada a partir da doação de terras, foi lembrada pelo engenheiro italiano Bruno Giovannetti – chegado à região por volta de 1914, contratado como engenheiro para trabalhar no prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana até as margens do rio Paraná.

Nos primeiros tempos tudo era tosco e pobre: casebres cobertos com sapê com paredes de pau a pique, ruas cheias de tocos de árvores recém abatidas, duas praças quase invisíveis por estarem asfixiadas no meio do matagal que se alastrava

⁶³ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 437.

⁶⁴ SCHMIDT, Cornélio. Op. Cit.; p. 436. Em 1906, o governo paulista realiza uma nova empreitada na Estrada Boiadeira, a cargo da Firma Tibiriçá & Diederichesen e sobre a chefia do Eng^o Otto Meusser novamente chegam a barranca do rio Paraná, e lá inauguram o Porto Tibiriçá (Presidente Epitácio). GIOVANNETTI, Bruno. Op. cit. p. 28.

intensamente fora das linhas geométricas traçadas e que só um tosco cruzeiro indicava a existência das mesmas⁶⁵.

Da mesma forma, Edmundo Krug ao se deparar com a cidade, ironizava a precedência da pastagem no cenário supostamente urbano, seu aspecto rudimentar e de poucos recursos.

Não me consta que n'esta localidade haja iluminação, além da luz da lua, [...] em um passeio pelas ruas do povoado, que mais se parecem com um parque inglês do que com ruas de uma cidade ou villa. Verdade é que nossas cidades ou villas do interior são, devido as condições precárias das municipalidades um tanto desleixadas, mas fazer das ruas pastagens para animaes, é caso um tanto raro⁶⁶.

Cornélio Schmidt, ao passar por Campos Novos, também fez suas críticas e apontou que a falta de comércio e de maior movimento na economia são fatores que criavam uma cidade sem vida⁶⁷.

De um modo geral, esses apontamentos revelaram a perspectiva cosmopolita dos exploradores viajantes, portanto, as necessidades e precariedades apontadas só fazem sentido se entendidas dentro do universo cultural deles, pois as carências apontadas se limitavam às suas experiências particulares em cidades como São Paulo, ou mesmo, européias. Assim, os comentários depreciativos sobre a falta de infra-estrutura que garantisse meios de comunicação regular, ou mesmo sobre a condição das estradas para interligar as vilas a centros comerciais maiores, são feitos a partir de necessidades particulares desses viajantes ou da elite agrícola que queria viabilizar a região ao mercado agrícola. Portanto, dentro das condições pré-existentes de pequenas lavouras de subsistência havia um arranjo nos meios de transporte que garantiam a sobrevivência dos grupos sociais que se formaram no vale.

⁶⁵ GIOVANNETTI, B. Op. cit. p. 100-101.

⁶⁶ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 421.

⁶⁷ SCHMIDT, Cornélio. Op. cit. p. 427.

Edmundo Krug, ao compor seu texto sobre a região do Paranapanema, relembra alguns depoimentos colhidos na sua passagem: “ havia nessa época grande quantidade de onças e um sem número de caça, o que tudo desapareceu com o progresso” . Com isso, é possível perceber que o insólito panorama começava a ceder espaço para mudanças na vida cotidiana dessas pequenas vilas do Vale do Paranapanema que gradualmente incorporam elementos profissionais e burocráticos urbanos.

Com o avanço dos trilhos, também se acirraram os ânimos pela posse da terra, assim há um consenso entre os exploradores e os membros da CGG que era preciso resolver tal problema crônico e afastar a “ desordem” . Apontado desde 1890, como um obstáculo, o problema persistiu por quase todo o século XX, sendo motivo para episódios violentos e para muitas mortes em torno da terra. Em 1890, Teodoro Sampaio advertia que:

A questão de terras é uma das mais importantes no Paranapanema. A região nova, com vasta superfície desocupada e disponível, recebendo povoadores todos os dias, a terra deve, por via de regra, valorizar-se a cada momento. A ideia de que essas terras notoriamente boas, são reservas para um futuro não muito distante, desperta então o espírito da especulação. O interesse privado avoluma-se e muitas vezes busca transpor as raia do justo e do honesto, levantando-se arrogante perante o interesse publico tibiamente defendido, quando não abandonado, e não raro fica a victoria a quem não tem por si o escudo do direito⁶⁸.

Na mesma expedição, Sampaio teve a oportunidade de conferir pessoalmente alguns títulos de propriedades de pessoas que moravam na região e logo percebeu que esses documentos eram um “ acervo de inexactidões, já pela impropriedade das indicações já pela falta de elementos indispensaveis, já pela impossibilidade completa de com elles fechar o perímetro da vastíssima propriedade” ⁶⁹. E foi justamente dentro desse

⁶⁸ SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. p. 28.

⁶⁹ Idem. Ibidem. p. 29.

emaranhado de papéis e documentos falsos, de cartórios comprometidos com as falsificações e de uma burocracia destinada a retificar o poder da elite agrícola, que a terra foi sendo, pouco a pouco, espoliada dos índios, dos caipiras e dos pequenos posseiros que se distribuíam pelo vasto território do Vale do Paranapanema.

Em 1904, longe do fim dos conflitos pela posse da terra, Edmundo Krug se declarava conhecedor de:

[...] plantas de vastas extensões de terras da zona do Paranapanema feitas por engenheiros de nomeada, que estão completamente erradas; conheço também cartórios na zona sulina cujas escripturas não estão selladas, não tendo ellas portanto valor judicial é feita o agrimensor também tem o seu bom pedaço de terreno na transação.

Desta forma, muita gente da capital torna-se riquíssima, e proprietaria de zonas fertilíssimas sem tel-as visto ou sem ter tido um vintem para comprar-as! Triste facto, porem completamente verdadeiro⁷⁰.

Por volta de 1914, Bruno Giovannetti, exercendo sua atividade de agrimensor, pôde notar que as pendências em torno da posse da terra ainda persistiam e concluiu que em “ uma terra sem elemento nativo, sem gente, os aventureiros estranhos com capacidade de mando, souberam fazer-se senhores poderosos, levando vida nababesca com as fabulosas rendas de um pedaço de papel, forjada na casa do compadre chefe político” ⁷¹. É notável nessas observações que o indígena não aparece como elemento humano, chega a ser contraditório, pois o mesmo autor coletou depoimentos dos antigos moradores para compor sua obra, na qual eles relatavam os violentos embates com os indígenas.

Rapidamente, a ferrovia avançou sobre as terras do oeste paulista, tornando-se, pelo seu progresso, a grande destruidora da floresta existente e a responsável pela modificação da paisagem com seus trilhos que cortavam

⁷⁰ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 447.

⁷¹ GIOVANNETTI, Bruno. Op. cit. p. 92.

antigas campinas e penetravam na floresta virgem, onde novas vilas se formavam e outras se enfraqueciam diante da nova economia. Portanto, o que se via era um panorama de destruição entremeado por casas e um estilo de vida provisório. Conforme a ferrovia avançava, tudo mudava, os negócios eram transferidos e as esperanças eram novamente reerguidas na estação mais próxima. Esse aspecto foi relatado por Edmundo Krug, ao passar pela cidade de Mandury – ponto terminal da Estrada de Ferro Sorocabana. Ressaltava ele o contraste apresentado entre as casas do sertão e a moderna arquitetura da ferrovia, tornando esta última imponente em meio às casas locais. Assim,

(...) percebia-se pela construção provisória dos grandes armazéns existentes e de alguns hotéis, todos feitos de taboa de Peroba, que eram um contraste pouco estético com a estação que ainda reluzia no seu vestido novo e domingueiro. (...).⁷²

Bruno Giovannetti também, em suas primeiras incursões pelo do Vale do Paranapanema, relata que geralmente o que era visto “ no começo, era transitoriedade em tudo: as casinhas dos primeiros moradores davam a impressão de um nomadismo sem um destino preciso” ⁷³. Diversamente dos exploradores das décadas anteriores, dizia ele que nesse novo panorama “ o horizonte é o café, com raras manchas de floresta, verdadeiros monumentos que se elevam soberbamente sobre o grande tabuleiro verde sem fim, todo tomado pela plantação fantástica, jorrando vida e ostentando o símbolo nobre do trabalho livre e fecundo” ⁷⁴.

Nesse panorama de transformação, aqueles primeiros imigrantes oriundos de Minas Gerais, que se viram sem possibilidade de integração na economia cafeeira, ocuparam uma posição periférica com produções incapazes

⁷² KRUG, Edmundo. Op. cit. p. 401.

⁷³ GIOVANNETTI, Bruno. Esboço Histórico da Sorocabana. p. 76.

⁷⁴ Idem. Ibidem. p. 12.

de fazer frente aos grandes capitais que dominavam a produção do gênero. Essa mesma elite cafeeira e as empresas colonizadoras atuaram diretamente na região na compra de terras, grilagem e ainda exerceram influência nos desígnios políticos, econômicos e sociais, além de orientar o traçado da ferrovia, afastando sua expansão dos antigos núcleos populacionais criados pelos mineiros.

Não obstante, o que determinava o ritmo desse novo tempo era a lavoura de exportação e a idéia de “ progresso” , trazida não somente pela ferrovia, mas pelos imigrantes estrangeiros que se faziam presentes em massa e, assim, formavam uma nova sociedade que tentava plasmar as longínquas tradições européias no “ sertão” .

Dentro desse conjunto de mudanças expostas pelos exploradores é possível concluir que eles foram importantes articuladores na construção desse cenário, pois, mesmo atuando de forma parcial, é possível ler nas entrelinhas todos os componentes sociais, econômicos e científicos que foram preponderantes na configuração do espaço regional. Então, as explorações desenvolvidas entre 1886 a 1905 podem ser vistas como importantes retratos de uma época, que trazem documentos importantes para a compreensão histórica do Vale do Paranapanema. Esses exploradores atuaram como artífices desse momento, mostraram, a partir de seus olhares, um universo em transformação e criaram problemas ao apontar necessidades e carências do “ mundo caipira” , submetendo-os ao processo de modernização.

O que vimos nas décadas que se seguiram foi a perpetuação dos problemas da terra, ainda existentes nos dias atuais. O caso mais notório dessa situação, ainda em voga na mídia nacional, é o Pontal do Paranapanema, que, nos últimos anos, reacendeu o debate em torno das terras devolutas e explicitou claramente a posição da elite agrícola, que tão ferozmente defende cada palmo de terra legal ou ilegalmente conquistada. O vigor desse debate tem se acirrado, nas duas últimas décadas, com a consolidação de duas instituições a UDR – União Democrática e Ruralista – e o MST – Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porém, desse conflito ideológico, o que se consolidou de fato foi o poder que os grandes fazendeiros exercem sobre a máquina pública, fato que resultou em um sistema jurídico e político comprometido com o clientelismo desses grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos aqui apresentados nos permite afirmar que em cem anos de exploração do Vale do Paranapanema, o que se sucedeu foi um intenso processo de destruição, histórica e geograficamente distribuído de forma equânime por toda a região, que atingiu matas, animais e toda a bacia hidrográfica. A concretização desse processo se deu a partir da instalação do homem branco no vale e do modelo agro-exportador, em meados do século XIX.

Somente é possível entender essa ocupação como um processo de interesses externos e construídos politicamente no bojo da expansão da cafeicultura. Para tanto, foi preciso a rearticulação da elite cafeeira em torno de objetivos comuns e na formação de um staff governamental que pudesse geri-los.

Nesse contexto, a criação das instituições científicas como o Instituto Agrônomo de Campinas e a Comissão Geográfica e Geológica, ambas em São Paulo, visavam oferecer suporte técnico e intelectual para que as demandas suscitadas pudessem ser atendidas.

Ao longo das últimas décadas desempenharam papel decisivo na formulação e delimitação do espaço geográfico paulista. Na região do Vale do Paranapanema o papel desempenhado pela CGG não foi diferente, atuou decisivamente na confecção de mapas e na delimitação regional.

Outros cientistas como Teodoro Sampaio, Cornélio Schmidt e Edmundo Krug foram artífices na configuração regional, pois conferiram a região características distintas ao cotidiano da população regional. Porém, como membros dessas instituições a visão construídas por esses era permeada por um universo distinto e diversificado, de característica cosmopolita, cientificista e, principalmente, de orientação voltada à economia cafeeira.

Portanto, aos “ olhos da ciência” o modo de vida que se difundia nas fronteiras do oeste paulista era um subproduto degenerado das relações capitalistas. O caipira era apresentado como “ bárbaro” , “ destruidor” da floresta e mero produtor de “ lavouras de milho para alimentar porcos” . Em outros momentos, é apresentado como “ vadio” e o almejado desenvolvimento da região só seria possível com o aniquilamento dessa forma de vida.

Ainda é possível ler nas entrelinhas desses documentos formas de vida e de relacionamentos dentro de uma economia voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade. A idéia de carência de recursos e de pobreza são montadas externamente pelos cientistas como forma de legitimar a ocupação por um modelo de agricultura mais alinhada com o modelo exportador, o qual poderia conduzir a região às “ benesses da civilização” .

O trabalho desenvolvido por estas instituições foi de fundamental importância na formação científica nacional. No contexto regional esses trabalhos tiveram pouca relevância na vida cotidiana das pessoas que aqui viviam. Entretanto, como fontes históricas têm se mostrado importante para pesquisas acadêmicas, mas muito pouco se discute sobre a sua composição.

O material pesquisado, além de romper com a idéia de povoamento e da expansão ferroviária como condutora da colonização, nos oferece uma perspectiva abrangente para podermos ampliar as interpretações sobre o interior paulista, em especial, o extremo oeste.

O povoamento se dá ao longo da Serra dos Agudos, cujas características eram propícias a pequena agricultura. A escolha da região foi determinante aos mineiros, pois, desprovidos de muitos recursos, se estabeleceram em uma região de vegetação rala, muitas pastagens naturais e abundância de água. Ao longo da segunda metade do século XIX, não conseguiram produzir mais do que gêneros alimentícios e a reprodução de um modelo que convencionamos denominar “ modo de vida caipira” .

No que se refere à expansão ferroviária, cabe lembrar os velhos paradigmas de estudos regionais, cujo teor apontava a ferrovia como condutora da civilização e desbravadora de zonas pioneiras.

Deste modo, o material aqui estudado rompe com essa idéia, pois o que houve de fato foi o avanço dos trilhos sobre áreas já povoadas por populações indígenas e caipiras que se estendiam por quase todo o vale do Paranapanema.

A formação da região com o empreendimento ferroviário se deu em condições políticas e econômicas direcionadas ao fatiamento das grandes propriedades, visando à exploração imobiliária e ao estabelecimento de uma nova elite agrícola regional. Do mesmo modo, é possível entender que antigos fluxos populacionais estabelecidos em São Pedro do Turvo, Campos Novos do Paranapanema e Platina foram desprestigiados pelo traçado da ferrovia por congregarem grupos políticos que faziam oposição aos interesses dos grandes empresários da cafeicultura.

Portanto, a Estrada de Ferro Sorocabana ao avançar sobre o Vale do Paranapanema buscou um traçado desimpedido dos tradicionais problemas de regularização de propriedade e do poder da oligarquia local. Assim, é possível entrever na bibliografia histórica regional que os antigos fluxos migratórios de mineiros cedem espaço para as tradicionais famílias cafeicultoras.

Esse acirramento pela propriedade agrária na região promoveu um aniquilamento das populações indígenas e a destruição de grandes extensões de mata virgem e de rios em favor da agricultura agro-exportadora.

Além da análise e da releitura desses documentos científicos produzidos por essas instituições, cabe destacar que ainda temos muito que pesquisar sobre o interior paulista e sua formação histórica. As explorações da CGG e as viagens empreendidas por Edmundo Krug e Cornélio Schmidt são apenas alguns exemplares dessas atividades. Ainda temos outras fontes históricas inéditas depositadas em arquivos públicos municipais, jornais, periódicos, revistas e boletins publicados pelos departamentos e repartições públicas.

Essas fontes se mostram importantes e consistentes para a leitura nas mais variadas vertentes disciplinares. Porém, o material tem sido utilizado de forma muito sumária, sem uma reflexão e contextualização de sua produção. Nessas circunstâncias se abre um importante caminho para a elaboração de outros trabalhos que possam sair das clássicas questões agrícolas que, muitas vezes, se reduzem as relações de escravos e senhores ou de imigrantes e cafeicultores. Os documentos nos oferecem uma visão além desses binômios e proporciona a dinâmica das relações sociais e econômicas dos homens livres no momento de transição do trabalho escravo.

Por conseguinte, forma-se, nesse contexto, um importante debate sobre a temática das áreas rurais e sobre a desmistificação de que a ferrovia se associava à modernização em São Paulo. Essas transformações que aqui se sucederam deixaram seqüelas profundas de exclusão social e violência contra índios, populações ribeirinhas e caipiras.

Atualmente, o que se percebe é a dificuldade de algumas regiões como Vale do Ribeira e o Vale do Paranapanema de transpor os resquícios dessa cultura de exploração e de se integrar a uma economia sustentável.

BIBLIOGRAFIA

AB' SABER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003;

ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris: a agroindústria e a eco-história.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, 1987.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 8. nº.15, 1995, p. 145-151.

ANDRADE, Pedro Paulo de. **A devastação da floresta no Vale do Paranapanema:** uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944) 2004. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2004.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões:** entre a história e a memória. Edusc: Bauru, 2000. p. 24.

AZEVEDO, Fernando. **Cultura Brasileira.** 5º ed. revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1971.

BARROS, Roque Spencer M. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade.** São Paulo. Edusp: Convívio, 1986,

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformações de seus meios de vida. São Paulo. Editora 34, 1998.

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO. **Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore.** São Paulo. CCSP, S/D.

COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista.** São Paulo. Hennes & Irmãos, 1923.

CMMAD. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMTE, **Auguste. Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república.** São Paulo. Edunesp, 1999.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala a colônia.** São Paulo: Edunesp, 1999.

COSTA, Luís Augusto Maia. **O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas. (1886-1903).** Dissertação de Mestrado. FAU/USP, 2001.

CORDEIRO, J. P. Leite. **Necrológio dos sócios falecidos em 1951.** In. Revista do IHGSP. São Paulo: Vol. 50, ano 1953, p. 268-269.

CORREA, Anna Maria Martinez. **Poder político e representatividade partidária no Vale do Paranapanema: (1920-1930).** Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 1988.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata atlântica brasileira.** São Paulo. Cia. das Letras, 1994, p. 216.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Editado por William Outhwaite & Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. **A propriedade da terra no Vale do Paranapanema: a Fazenda Taquaral (1850-1910).** São Paulo: Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 1987.

DURIGAN, G. et. ali. **Manual para recuperação da vegetação do cerrado.** São Paulo. Páginas & Letras, 2003. p. 2.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo. Globo, 1997. v. 2.

FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. **História das Ciências no Brasil.** São Paulo: EPU; Edusp, 1979. p. 20.

FIGUERÔA, S. **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional. (1875-1934).** São Paulo. Hucitec, 1995.

FIGUERÔA, S. **Modernos Bandeirantes.** Dissertação (mestrado em história da ciência) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Letras. Universidade de São Paulo, 1987.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. **Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GIAVARA, Eduardo. **O sonho iluminado:** A hidrelétrica de Salto Grande: memória e representação. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras/Unesp. Assis, 2001.

GIOVANNETTI, Bruno. **Esboço histórico da Alta Sorocabana.** São Paulo. Revista dos Tribunais. S/D.

GUILLAUMON, R. Como el hombre se aposó de la tierra indigena en el “ Pontal do Paranapanema” en el Estado de “ São Paulo” – Brasil. In: STEEN, H. K.; TUCKER, R. P. **Changing Tropical Forests:** historical perspectives on today’ s challenges in central & south america. p. 208-9

HALL, Michael. Italianos em São Paulo (1880-1920). In. **Anais do Museu Paulista.** Tomo XXIX. São Paulo, 1979. p. 201-215.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções** – 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** Brasília. Editora da UNB, 1963.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo. Hucitec, 1998.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia.** Edusp. São Paulo, 2003.

LIMA, Arnaldo do Rosário. **Teodoro Sampaio:** sua vida e sua obra. Tese de mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1981.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura Ilustrada:** liberalismo e escravidão nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Unicamp, 2001.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva:** São Paulo na Federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Frenteira:** A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **Estudos Históricos.** São Paulo, n. 10, p. 33-41, 1971.

MARTINS, Zoraide. **Agricultura paulista**: uma história maior que cem anos. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

MEADOWNS, Donella H., MEADOWS Dennis L., RANDERS, Jorgen., BEHRENS III, William W. **Limites do crescimento**. Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade, São Paulo: Perspectiva, 1973.

MELONI, R. A. **Ciência e produção agrícola**: a imperial Estação Agronômica de Campinas 1887-1897. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

MENDES, Elizabeth Camargo. **Os viajantes no Brasil - 1808-1822**. Dissertação (Mestrado) - FFLCH/USP. São Paulo, 1986.

MILIET, Sérgio. **O roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Bipa, 1946.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo. Hucitec, 1984. p. 78.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias geográficas**. São Paulo. Annablume; Hucitec, 2002.

_____. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: RATZEL, F. **Geografia**. São Paulo. Ática, 1990. p. 07-27.

_____. **Contribuição para uma historia critica do pensamento geográfico**: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel.. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo, 1983.

_____. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Território e História no Brasil**. Hucitec/Annablume. São Paulo, 2002.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. p.106.

PASCOALICK, Romeu. Uma ferrovia paulista: a Sorocabana. **Separata da Revista do Arquivo Municipal**. Departamento de Cultura. São Paulo, n. LXXVI, 1941, p.183-196.

PENÇO, Célia de Carvalho Ferreira. **A evaporação das terras devolutas no Vale do Paranapanema**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1980.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1994.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro. Ediouro, 2006.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional**: estudos econômicos; propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883. 2ª ed. fac-similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. da Letras, 1995.

RODRIGUES, Cyro. M. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da Corte Portuguesa ao início da República. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. nº 4 (1), jan/abr 1987.

RODRIGUES, Sônia da Silva. Tentativas de aldeamentos em Campos Novos do Paranapanema (Sagrado Coração de Jesus da Serra dos Agudos e Catequese). In: **Terra Indígena**. Assis/SP. Ano XV, nº 81, março de 2000, p. 46.

RODRIGUES, Sônia da Silva. **Kaingang, Oti-xavante e Guarani no Povoamento do Vale do Paranapanema**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 13.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e Arte**: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.

SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis: Vozes. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

SANTOS, Ademir Pereira dos. **Terrenos desconhecidos: solos historiográficos sobre uma mesma base documental**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Unesp, Assis, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lillian Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo. Cia. das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.

_____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. _____. **História da vida privada no Brasil** – 3. São Paulo. Cia. das Letras, 1998. p. 16-18.

SILVEIRA, Célia Regina da. **A epopéia do caipira**: regionalismo e identidade nacional em Valdomiro Silveira. Dissertação de mestrado. FCL-Assis. 1997.

SKIDMORE, T. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SZMRECSANYI, Tamas & SILVA, Sérgio. **Historia econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 2002.

TOBIAS, José Antonio Tobias. **História de Campos Novos Paulista**: capítulos de boca de sertão do Paranapanema. Marília. Editora da Unoeste, 1990.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIEIRA, Flávio Lúcio R. Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito. **Revista Saeculum**, João Pessoa, n. 10, pp. 79-112 .

ZOCCHI, Paulo. **Paranapanema**: da nascente a foz. São Paulo. Audichromo, 2002.

WOSTER, Donald. Para fazer a história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

Documentos

COMISSÃO GEOGRAFICA E GEOLICA. **Exploração do Rio do Peixe**. São Paulo. Typ. Rothschild, 1913.

COMISSÃO GEOGRAFICA E GEOLICA. **Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema**. São Paulo. Typ. Rothschild, 1890.

CORREA, P. Lima. Secção de industria pastoril: criação de porcos. In: **Boletim de Agricultura**. São Paulo. Secretaria de Agricultura e Obras. Vol. 17, junho 1905, p. 466-480.

DAFERT, F. W. As terras do Estado de São Paulo. In: **Coleção dos trabalhos agrícolas apresentado nos Relatórios anuais da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de São Paulo**. Instituto Agronômico de Campinas: Campinas, 1893.

DAFERT, Franz W. A falta de trabalhadores agrícolas em São Paulo. In. **Lista de publicações officiaes do Instituto Agronômico de Campinas nos annos de 1888-1893**. Campinas: Instituto Agronômico de Campinas, 1894.

LOBATO, Monteiro. Uma velha praga. In: **O Estado de São Paulo**. 12 de novembro de 1914. p. 3.

HUMMEL, Olavo. **Relatorio apresentado ao cidadão Dr. Jorge Tibiriçá M. D. Secretario dos Negócios da agricultura pelo chefe da Comissao Geografica e Geológica**. São Paulo: Comissão Geografia e Geológica, 1892.

KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. In: **Revista do IHGSP**. São Paulo, vol. 23. p. 369-461.

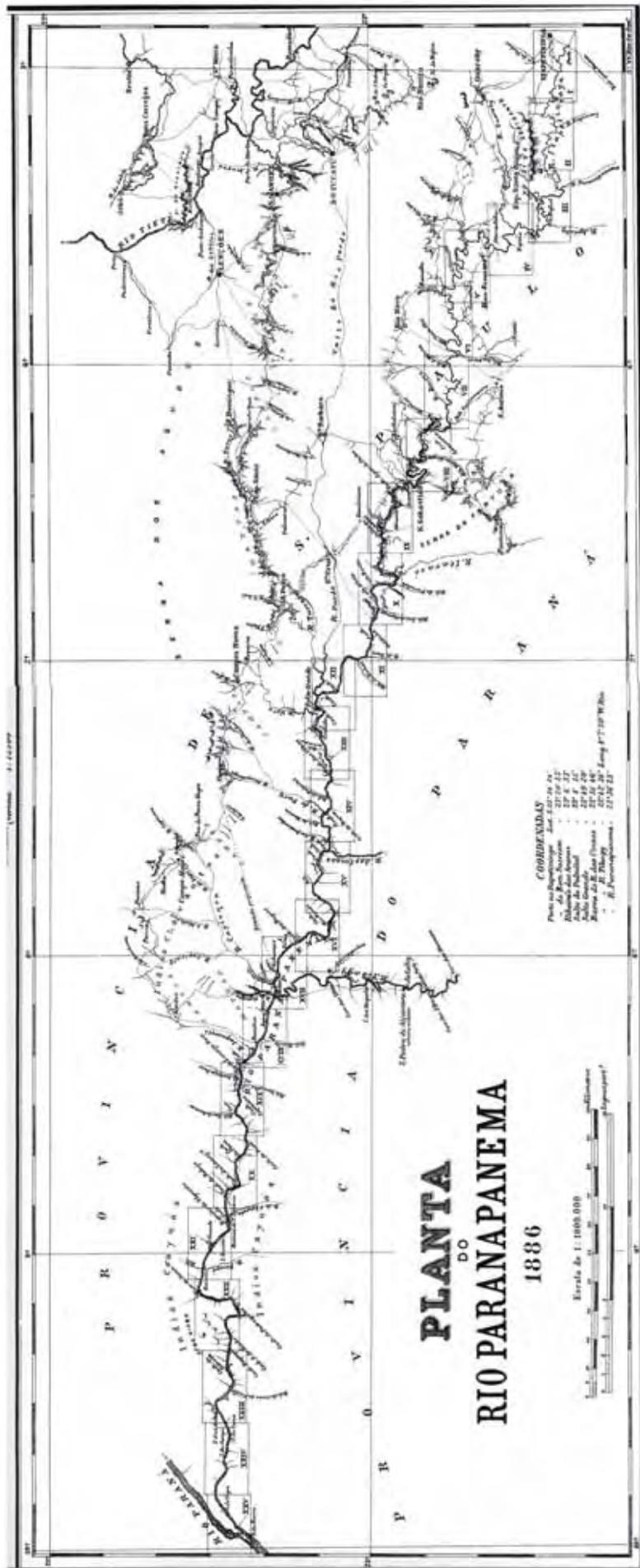
KRUG, Edmundo. Os índios das margens do Paranapanema. In: **Revista do IHGSP**. São Paulo. Volume XXI, edição abrangendo os anos de 1916 a 1921. 1924, p. 328.

LOEFGREN, Alberto. Contribuição para a flora paulista; região campestre. **Boletim da Comissão Geográfica e Geológica**. São Paulo. 1890. n.º 5. p. 157-205.

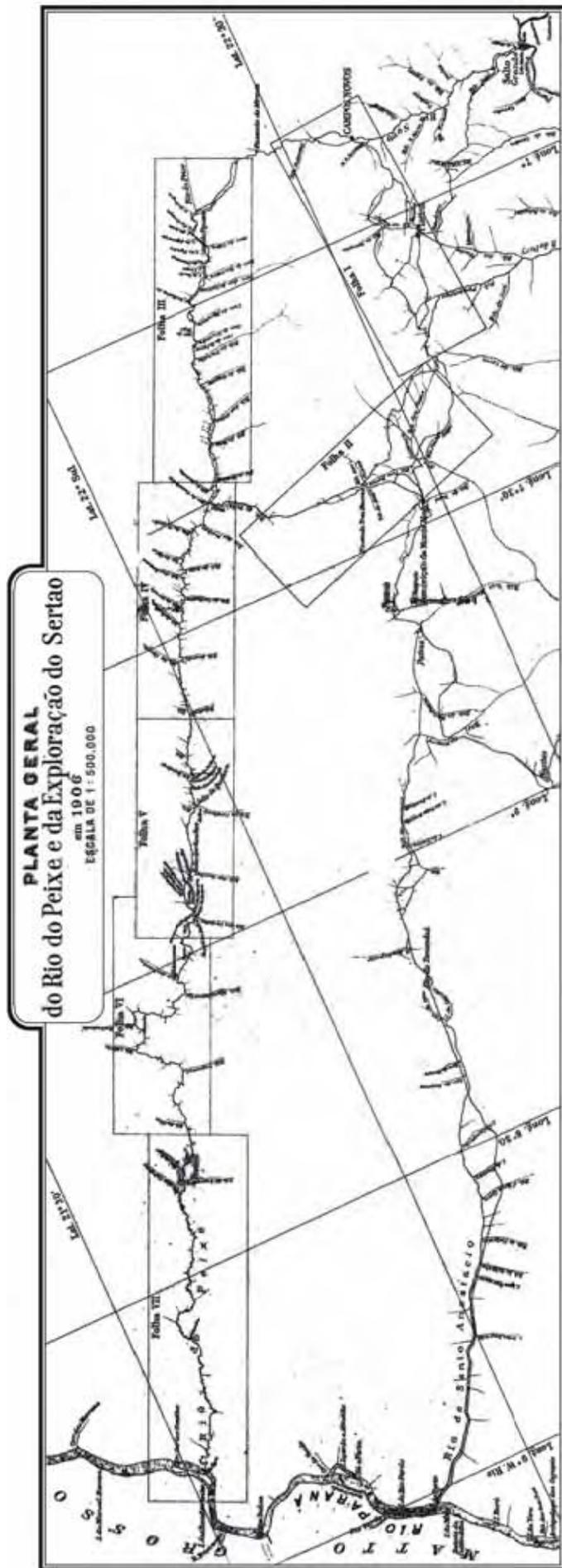
SCHMIDT, Cornélio. **Terrenos desconhecidos**. O Estado de São Paulo. 15 de dezembro de 1901.

SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. **Boletim da Comissão Geográfica e Geológica**. São Paulo. n.º. 4, 1890, p.01-30.

SOBRAL, Amandio. A agricultura em Campos Novos do Paranapanema. In. **Boletim de Agricultura**. Secretaria de Agricultura e Obras. Vol. 8, ago, 1903, p. 721-730.



Mapa publicado no relatório final da expedição dos Rios Itapetininga e Paranapanema. COMISSÃO GEOGRAFICA E GEOLÓGICA. Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema. São Paulo, Typ. Rothschild, 1890



Mapa publicado no relatório final da expedição do rio Peixe, COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. Exploração do Rio do Peixe. São Paulo. Typ. Rothschild, 1913.